

UNIVERSIDADE TECNOLÓGICA FEDERAL DO PARANÁ
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM TECNOLOGIA E SOCIEDADE -
PPGTE

FLÁVIA GRANZOTTO FACHINI

**ANATOMIA DA VIOLÊNCIA DE GÊNERO NA REDE SOCIAL
VIRTUAL *FACEBOOK***

TESE DE DOUTORADO

CURITIBA
2021

FLÁVIA GRANZOTTO FACHINI

**ANATOMIA DA VIOLÊNCIA DE GÊNERO NA REDE SOCIAL VIRTUAL
FACEBOOK**

Anatomy of gender violence in the virtual social network Facebook

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Tecnologia e Sociedade, da Universidade Tecnológica Federal do Paraná – UTFPR, como requisito parcial para a obtenção do título Doutora em Tecnologia e Sociedade.

Orientador: Dr. Francis Kanashiro Meneghetti

CURITIBA

2021



[4.0 Internacional](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/)

Esta licença permite compartilhamento, remixe, adaptação e criação a partir do trabalho, mesmo para fins comerciais, desde que sejam atribuídos créditos ao(s) autor(es). Conteúdos elaborados por terceiros, citados e referenciados nesta obra não são cobertos pela licença.



Ministério da Educação
Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Câmpus Curitiba



FLAVIA GRANZOTTO FACHINI

ANATOMIA DA VIOLÊNCIA DE GÊNERO NA REDE SOCIAL VIRTUAL FACEBOOK

Trabalho de pesquisa de doutorado apresentado como requisito para obtenção do título de Doutora Em Tecnologia E Sociedade da Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR). Área de concentração: Tecnologia E Sociedade.

Data de aprovação: 25 de Maio de 2021

Prof Francis Kanashiro Meneghetti, Doutorado - Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Prof.a Cintia De Souza Batista Tortato, Doutorado - Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná (Ifpr)

Prof.a Cristianne Teixeira Carneiro, Doutorado - Universidade Federal do Piauí (Ufpi)

Prof.a Marilia Abrahao Amaral, Doutorado - Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Prof.a Nanci Stancki Da Luz, Doutorado - Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Documento gerado pelo Sistema Acadêmico da UTFPR a partir dos dados da Ata de Defesa em 25/05/2021.

Dedico este trabalho aos meus amigos e à minha família

AGRADECIMENTOS

Agradeço, antes de tudo, a minha família, em especial: minha mãe Marta Granzotto e minha irmã Rafaela Fachini.

A todas as pessoas que de alguma forma perpassaram a minha trajetória acadêmica, como a todos aqueles com quem eu pude trocar saberes e afetos. Ao meu orientador Francis Kanashiro Meneghetti, agradeço pela jornada de trocas, a sua dedicação, apoio e ensinamentos que levarei não só para minha vida profissional mas também pessoal.

As professoras que compuseram a banca de qualificação deste trabalho Marília Abrahão Amaral, Nanci Stancki da Luz, Cintia de Souza Batista Tortato e Tânia Maria Baibich e também a Cristianne Teixeira que compõem a banca de defesa desta tese, contribuindo para o processo de construção desse trabalho.

Aos trabalhadores e trabalhadoras e ao corpo docente da Universidade Tecnológica Federal do Paraná – UTFPR, em especial, àqueles vinculados ao Programa de Pós-graduação em Tecnologia e Sociedade – PPGTE e da linha Tecnologia e Trabalho na qual eu fui discente.

Aos meus colegas discentes do Programa de Pós-Graduação em Tecnologia e Sociedade - PPGTE com quem eu pude realizar trocas, compartilhar o peso das dificuldades, aproveitar os momentos de descanso e alegrias, em especial aos integrantes do Núcleo de Estudos da Violência Organizacional - NUEVO e à minhas amigas: Mayara Yamanoe e Rejane Cioli.

Aos colegas docentes da Universidade Federal do Paraná – Setor Litoral, onde trabalhei por quase dois anos como professora substituta no curso de Serviço Social e na especialização em Questão Social durante o processo; da Pós-Graduação Bagozzi; da Residência Multiprofissional em Saúde Mental – ESSP/SESA, locais em que atuo como professora.

A todos discentes, orientandos de TCC, estágio supervisionado e monitoria com quem eu pude realizar trocas de saberes e assim me qualificar enquanto professora e melhorar como pessoa.

Aos meus colegas trabalhadores do Serviço Social; do SUS e da Saúde Mental com quem eu pude realizar trocas, compartilhar experiências e saberes, construir processos de trabalho e intervenções que visem o atendimento qualificado e alinhado a Reforma Psiquiátrica.

À todas as pessoas usuárias do Sistema Único de Saúde, em especial, àquelas em situação de violência, vulnerabilidade e/ou risco social com sofrimento emocional na qual eu sou técnica e assistente social de referência.

Às parcerias que se consolidaram ao longo dessa trajetória, agradeço a Nicole Kollross pelas trocas afetiva, auxílios e oportunidades. À Mariana Galesi Bueno por sua dedicação, carinho e profissionalismo, Fernanda Malacarne por seu apoio, carinho e profissionalismo e Kamille Torres pelo auxílio.

Aos meus gatos tutelados: Jimi Hendrix, Arya e Brienne por todo carinho e “*ronrons*” nos dias difíceis e também nos felizes.

Não posso deixar de citar meu amor Bruno Teilor pela parceria, cuidado, carinho e contribuições que vieram junto do nosso reencontro.

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001.

“Querer-se livre é também querer livres os outros”
Simone de Beauvoir (1970).

RESUMO

FACHINI, Flávia Granzotto Fachini. **Anatomia da violência de gênero na rede social virtual facebook**. 2021. f. Tese de Doutorado – Programa de Pós-Graduação em Tecnologia e Sociedade. Universidade Tecnológica Federal do Paraná. Curitiba, 2021.

A presente pesquisa tem como objetivo geral analisar como se manifestam as violências de gênero na rede social virtual *facebook*. A realização deste trabalho é justificada uma vez que tange um problema de impacto social com consequências na qualidade de vida e vivência dos indivíduos-alvo. Ao longo do texto é apresentado um raciocínio teórico e analítico a respeito de um *corpus* composto por comentários do Facebook, utilizando pesquisa netnográfica, que é uma forma específica de Análise de Conteúdo, uma vez que os dados são oriundos do ambiente *internetiano*. No processo de realização da pesquisa foi percebido que a violência de gênero tem como base o preconceito, a “ideologia de gênero”, que se desdobra em atos discriminatórios e violentos por meio de comentários. Quando a violência é institucionalizada e existem fatores que impedem discussões desta ordem no âmbito social é possível caracterizar este fenômeno como sendo o da intolerância social. O preconceito manifesto na “ideologia de gênero” é propulsor de atos discriminatórios, violentos e da intolerância social e isso se dá, por meio da disseminação deste preconceito e o seu reforço e legitimação por parte dos comentaristas, que buscam grupos de pertencimento e justificação ontológica. Como estratégias de enfrentamento a essa realidade é preciso adotar uma Pedagogia do Anti-preconceito por meio de processos de ensino-aprendizagem e do reconhecimento da existência de tais violências para propostas interventivas, políticas públicas e ações efetivas.

Palavras-chave: Violência de gênero. Netnografia. Facebook. Identidade de gênero. Preconceito. Discriminação.

ABSTRACT

FACHINI, Flávia Granzotto Fachini. **Anatomy of gender violence in the virtual social network Facebook**. 2021. f. Doctoral Thesis – Programa de Pós-Graduação em Tecnologia e Sociedade. Universidade Tecnológica Federal do Paraná. Curitiba, 2021.

The following research has as main objective analyze how gender violence is exhibited on the facebook. The carrying out of this work is justified since it concerns a social impact issue with consequences in the quality of life and livingness of the target individuals. Throughout the study it is presented a theoretical and analytical reasoning regarding a corpus composed of Facebook commentaries utilizing nethnographic research framework, which is a specific way of Content Analysis, since the data derives from an internet environment. It was perceived over the course of the research that gender violence has its basis on prejudice, the “gender ideology”, which unfolds in discriminatory and violent acts through commentaries. When violence is institutionalized and there are impeditive factors for the discussion of this matter in the social sphere, it is possible to characterize this phenomenon as social intolerance. The prejudice exhibited in the “gender ideology” promotes discriminatory, violent, and social intolerance acts, and this occurs through the dissemination of this prejudice and its entrenchment by legitimization from the commentators, who seeks groups of belonging and ontological justification. It is necessary to adopt an Anti-prejudice Pedagogy as strategy in order to face this reality, through teaching-learning processes and the reconnaissance of the existence of such violence for interventional propositions, public policies and effective actions.

Keywords: Gender violence. Nethnographic. Facebook. Gender identity. Prejudice. Discrimination.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Preconceito versus Discriminação.....	91
Quadro 2 – Categorias	93
Quadro 3 - Ocupação	129
Quadro 4 - Escolaridade	131
Quadro 5 – Estado de Residência.....	131
Quadro 6 – Status de Relacionamento	132
Quadro 7 – Identidade de Gênero.....	133
Quadro 8 – Raça/Cor/Etnia	134
Quadro 9 – Preferência política.....	134

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Ocupação	129
Gráfico 2 – Escolaridade	130
Gráfico 3 – Estado de Residência	131
Gráfico 4 – Status de Relacionamento.....	132
Gráfico 5 – Identidade de Gênero	133
Gráfico 6 – Raça/Cor/Etnia.....	133
Gráfico 7 – Preferência política	134

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Página de cadastro do <i>facebook</i>	36
Figura 2 - Página inicial e <i>feed</i> de notícia.	37
Figura 3 - Página inicial e <i>feed</i> de notícia (atualização 2021).	38
Figura 4 - Reações possíveis em publicações e comentários.....	39
Figura 5 - Reações possíveis em publicações e comentários (atualização 2021).....	39
Figura 6 - Página do <i>Facebook</i>	40
Figura 7 - Página do <i>Facebook</i> (atualização 2021).....	41
Figura 8 - Representação do quadrado semiótico a partir da Teoria <i>queer</i>	69
Figura 9 – Protesto da esquerda	121
Figura 10 – Feminismo.....	121
Figura 11 – Feminismo (luta por igualdade).....	122
Figura 12 – Treta filme Olavo de Carvalho.....	122
Figura 13 – Ideologia de Gênero.....	123
Figura 14 – Ideologia de Gênero (Pondé)	123
Figura 15 – Ideologia de Gênero (crianças)	124
Figura 16 – Ideologia de Gênero.....	124
Figura 17 – Ensino de ideologia de gênero	125
Figura 18 – Feminismo (luta pelas mulheres)	125
Figura 19 – O Feminismo	126
Figura 20 – Ideologia de Gênero (PR)	126
Figura 21 – Feminismo (espaço das mulheres)	127
Figura 22 – Debate sobre Feminismo	127
Figura 23 – Meninas (Fórmula 1)	128

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	16
2	METODOLOGIA	23
2.1	Protocolo para o desenvolvimento de pesquisa netnográfica em redes sociais virtuais.....	29
2.2	Fluoxograma do protocolo para o desenvolvimento de pesquisa netnográfica em redes sociais virtuais.....	32
3	MEDIAÇÕES DO PRECONCEITO E DAS VIOLÊNCIAS	33
3.1	Tecnologia, <i>internet</i> e redes digitais.....	33
3.2	<i>Facebook</i>	35
3.3	Recursos (funcionalidade), postagem, comentário, compartilhamento (implicações nos modos de interação).....	35
3.4	Algoritmos e consequências.....	42
4	PROCESSOS SUBVERSIVOS DAS ESTRUTURAS NORMALIZADORAS: FEMINISMOS E INTERSECCIONALIDADES	47
4.1	A Primeira Onda: pelo voto, educação e igualdade no casamento.....	49
4.2	A Segunda Onda: o pessoal é político, o privado também é público e o público também é da mulher.....	52
4.3	A Terceira Onda: orientação sexual e a identidade <i>queer</i>	55
4.4	A Quarta Onda: a interseccionalidade.....	58
5	OS PROCESSOS DE CONSTRUÇÕES IDENTITÁRIAS	62
6	GRUPOS DE PERTENCIMENTO: PRECONCEITOS, DISCRIMINAÇÕES E VIOLÊNCIAS	72
6.1	Preconceitos, discriminações e violências.....	76
7	ANÁLISE DOS DADOS: MANIFESTAÇÕES DA VIOLÊNCIA	85
7.1	Discriminações	90
7.1.1	Diferenciação Negativa.....	93
7.1.2	Desqualificação.....	99
7.1.3	Difamação.....	102
7.1.4	Humilhação.....	104
7.1.5	Marginalização.....	105

8	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	107
	REFERÊNCIAS.....	112
	APÊNDICE A - Postagens na plataforma <i>facebook</i>	121
	APÊNDICE B - Perfil do público interativo.....	129

1 INTRODUÇÃO

A presente pesquisa trata do processo de produção e reprodução de conteúdos preconceituosos, discriminatórios e conseqüentemente violentos, em razão do gênero, nas redes sociais virtuais; nomeadamente, em comentários da plataforma *Facebook*.

Sobre uma página do *Facebook* denominada “Diva Depressão” Recuero e Soares (2013) identificam a existência da violência simbólica nos discursos onde o “humor” é utilizado como forma minimizar e naturalizar esta violência. O ambiente *online* permite, por meio da conversação entre os indivíduos e sua permanência na reprodução de estereótipos, que “[...] a legitimação da violência simbólica se dê mais facilmente e se replique na mesma rapidez em que é legitimada” (RECUERO; SOARES, 2013, p. 15).

Dentre as violências manifestas na plataforma *Facebook* estão comentários homofóbicos. A Justiça Federal em Duque de Caxias/RJ (2020) determinou a condenação de um internauta que fez o seguinte comentário: “todo homossexual é promíscuo. Não tenho amigos assim. Não quero perto dos meus filhos e da minha família. Graças a Deus que a lei da homofobia será revogada pelo novo presidente. Essa minoria voltará aos guetos que é seu lugar. Os locais públicos terão uma faixa bem visível: ambiente heteronormativo. Voltaremos a poder não aceitar esses anormais em nossos estabelecimentos”.

O juiz responsável declarou que “ninguém tem o direito a se exprimir de forma a fomentar o ódio a minorias e agredir a Constituição”. Foi decidido pelo enquadramento da homofobia e transfobia como tipo penal definido na Lei do Racismo (Lei 7.716/1989) tendo em vista não haver legislação específica para tal¹. O comentário supracitado é um exemplo de práticas discriminatórias e segregacionistas a determinados grupos de pertencimento, motivado por preconceitos em razão de sua orientação sexual, parte de sua identidade como ser social.

¹ <https://observatoriog.bol.uol.com.br/noticias/homofobico-e-condenado-a-pagar-indenizacao-por-discurso-de-odio-no-facebook>
<https://observatoriog.bol.uol.com.br/noticias/homofobico-e-condenado-a-pagar-indenizacao-por-discurso-de-odio-no-facebook>

O trabalho de Escobar (2019) teve o intuito de demonstrar como o ódio ou aversão às mulheres se manifesta através da rede mundial de computadores indicando, pois, a origem da exteriorização desse tipo de discurso contra o gênero feminino, bem como suas características e particularidades no ambiente cibernético. Para a autora as ferramentas de comunicação são utilizadas para propagação do ódio e aversão a mulheres em razão do seu gênero. Exemplo é a postagem realizada por um ex-marido que sugeria que sua ex-esposa realizava alienação parental em relação aos seus filhos e que esta era profissional do sexo, pois havia sido conhecida em uma “clínica de massagem”². Essa situação foi entendida como condenável por tratar-se de crime de difamação pelo Tribunal de Justiça de São Paulo. Outra forma de violência é a divulgação de fotos íntimas da parceira sem o seu consentimento no Facebook³.

Portanto, é apresentado ao longo do texto raciocínio teórico e analítico sobre um *corpus* constituído por comentários de páginas criadas na plataforma *Facebook*; as quais, por perceberem as identidades de gênero de forma específica, a partir de concepções essencialistas, têm na produção e na reprodução de seus conteúdos potenciais atos violentos que, a partir de si, induzem à violência. A escolha do tema se dá por meio do entendimento de que os sujeitos se constituem a partir de um processo de construção identitária, ou seja, a partir de uma concepção não-essencialista das identidades de gênero.

Para o entendimento do tema, busca-se refletir a partir da seguinte problematização: a partir de uma concepção não essencialista das identidades de gênero, como se manifestam as violências na rede social *Facebook*? É este o ponto de partida da pesquisa.

O objetivo geral, então, **é analisar como se manifestam as violências de gênero na rede social virtual *Facebook*.**

Ao analisar o primeiramente o conteúdo de postagens e identificar comentários no *Facebook*, pautados em concepções essencialistas das identidades

²<https://www.conjur.com.br/2021-mar-02/homem-condenado-difamacao-dizer-ex-mulher-prostituta>

³ <https://www.tjdft.jus.br/institucional/imprensa/noticias/2015/marco/homem-e-condenado-a-indenizar-namorada-por-difamacao-e-divulgacao-de-fotos-intimas-no-facebook>

de gênero, que são e incitam atos de violência, foram reconhecidos por desdobramentos do objetivo geral, os seguintes objetivos específicos:

a) Entender o processo de produção de postagens e de comentários no *Facebook*; tendo em vista deste tratar-se de um processo específico da plataforma, onde aquele que possui uma conta pode criar uma página e os/as administradores ou/e moderadores podem criar e administrar as postagens. Os conteúdos podem ser próprios, ou compartilhados de outros locais, como no caso, do compartilhamento de vídeos do *Youtube*, notícias da mídia *online*, entre outros. O conteúdo criado pode, ou não, ter como referências fontes confiáveis de produção, o que acarreta na discussão atual da ampla disseminação de *fake news*⁴;

b) Identificar nos conteúdos concepções essencialistas das identidades de gênero; toma-se como pressuposto e desdobramento dessa pesquisa o entendimento da existência de concepções essencialistas e não-essencialistas sobre as identidades de gênero;

c) Estabelecer parâmetros de reconhecimento dos conteúdos que incitam a violência; pois, compreende-se que as concepções essencialistas, em si mesmas, não são atos de violência;

d) Compreender a relação entre o processo de produção de postagens e a reprodução nos comentários de atos de violência; pois, ao longo da produção desta pesquisa foi possível reconhecer conteúdos violentos nas postagens e também, que incitam atos violentos e que são reproduzidos nos comentários e reforçados pelos diversos atores participantes e que “curtem” (gostam) as páginas selecionadas;

e) Entender o funcionamento da plataforma dentro de seus algoritmos que condicionam ao processo de compartilhamento e de acesso a postagens e comentários, para contribuir para o entendimento da experiência de “bolha” e de suas implicações na experiência do usuário; tanto dentro da plataforma, quanto na própria constituição de si.

Tem-se como justificativa para elaboração desta pesquisa, em resumo, o entendimento que na contemporaneidade estão acontecendo alguns processos

⁴ Traduzido para o português como “notícias falsas” correspondem a conteúdos que não tem como base referência, embasamento e/ou veracidade e são amplamente disseminados.

importantes nos modos de construção das identidades de gênero. Esses modos de produção, por sua vez, são representados nas mais diversas instituições, na mídia e no ambiente do *ciberespaço*, sendo fortalecidos ou enfraquecidos dependendo do público que acessa o conteúdo. Na plataforma *Facebook* cada vez mais, são criados e replicados conteúdos que tratam deste tema, e ao longo da vida pessoal da pesquisadora, também como usuária da plataforma, foi percebido um aumento de publicações que podem ser identificadas como atos violentos e que produzem violência e que na medida em que sofrem compartilhamentos e se expandem; são reproduzidas pelos atores, desdobrando-se em modos de violência em outras esferas da vida social na medida em que estabelecem relações sociais e interpessoais.

Esta pesquisa foi produzida na Universidade Tecnológica Federal do Paraná – UTFPR e é fruto do Programa de Pós - Graduação em Tecnologia e Sociedade – PPGTE na linha de pesquisa em Tecnologia e Trabalho. Gosto de acreditar que este trabalho é parte das chamadas teorias subalternas; pois, a tentativa foi a de “dar voz” àqueles que não são ouvidos, mas sim, segregados, por meio de estruturas normativas e da desigualdade social instituída pelo modo de produção capitalista.

A nomenclatura utilizada para nomear o público a quem se pretende dar protagonismo foi *Queer* que representa, nesse trabalho, a população desviante dos padrões normativos e que buscam romper com as estruturas de opressão; aqueles que transitam entre as masculinidades e feminilidades; as mulheres que buscam romper diariamente com as estruturas patriarcais e com as funções estritamente reprodutivas atribuídas socialmente, a não possibilidade de alcançar a igualdade no trabalho seja ele doméstico ou não; as pessoas que não correspondem ao padrão heteronormativo socialmente estabelecido e não podem vivenciar livremente, sem sofrer opressões, preconceitos, discriminações e violências sua sexualidade; simplesmente, sofrer por ser quem é, pois, identifica-se a existência do preconceito que tem como uma de suas bases concepções essencialistas sobre as identidades de gênero.

Salienta-se que a interseccionalidade é um dos conceitos de base para entendimento deste recorte da realidade, pois, existem nuances da violência, mas, também, da proporção em que ela é perpetrada dependendo das identidades sociais

dos sujeitos que as sofrem, havendo então uma intersecção e articulação entre as categorias: gênero, raça, classe social, identidade de gênero, orientação sexual, entre outros.

Por tratar-se de uma pesquisa realizada no âmbito do chamado *ciberespaço*⁵ foi utilizado o recurso da pesquisa netnográfica, onde, criou-se um protocolo para o desenvolvimento de pesquisa netnográfica em redes sociais virtuais. Ao longo do processo de produção da pesquisa foi percebido que o *ciberespaço* é mais uma das esferas da vida social dos sujeitos e é por meio de uma plataforma que permita a interação social, que os indivíduos têm a oportunidade de se relacionar. Na oportunidade das relações interpessoais algumas questões podem ser observadas, dentre elas que, atos preconceituosos, discriminatórios e violentos podem ser reconhecidos nas postagens e comentários. Estes, muitas vezes são caracterizados como discursos de ódio, enquanto, manifestação segregacionista baseada na dicotomia superior (emissor) e inferior (atingido) e, como manifestação que é, passa a existir quando é dada a conhecer por outrem que não o próprio autor (NICHEL; MARTINS; BORCHARDT, 2011).

Como pressupostos para produção deste trabalho, e por meio do debruçar sobre as postagens e comentários na plataforma *Facebook* foi percebido que; os moderadores e/ou administradores das páginas por perceberem as identidades de gênero de forma específica, a partir de concepções essencialistas, têm na produção e na reprodução de seus conteúdos potenciais atos violentos que, a partir de si, induzem à violência, foi observado a existência do preconceito que corresponde a uma atitude e/ou posição negativa frente a um determinado grupo e/ou sujeito (BAIBICH, 2012), dentre outras constituições, também por conta de sua identidade de gênero

Foi possível compreender, também, que o conteúdo é um ato de violência em si mediado pela plataforma e, também, incita relações sociais de violência pautadas em concepções essencialistas das identidades de gênero; No que corresponde o funcionamento da plataforma, dentro de seus algoritmos, condicionam ao processo

⁵ Espaço onde não é necessária presença física para comunicação, apenas uma rede de computadores. Durante o processo de produção da pesquisa foi percebido como mais uma esfera da vida social.

de compartilhamento e de acesso a postagens e comentários, o que reforça a experiência de “bolha” do usuário, na qual ele tem acesso a concepções e posicionamentos afins aos seus. Portanto, para compreender esse processo, a tese foi dividida em 7 (sete) capítulos.

A tese está organizada da seguinte forma: 1) Introdução, onde é explicitado a problematização, objetivo geral, objetivos específicos e justificativa para elaboração deste trabalho; 2) Metodologia, que corresponde ao momento de explicitação do processo de produção de toda a pesquisa, desde a escolha do tema, até a seleção dos recursos metodológicos para sua elaboração. Foi criado, a partir da leitura de textos que tratam da pesquisa netnográfica, um protocolo para esse tipo de pesquisa em redes sociais virtuais, composto também, por um fluxograma explicativo para auxiliar no processo de possível realização de outras pesquisas desta natureza em redes sociais virtuais;

3) O item 3 trata de como se dá a experiência da violência de gênero mediada pelo aparato tecnológico, internet e plataforma *Facebook*; os processos para acesso, interação e uso da plataforma dentro de seus algoritmos que condicionam ao processo de compartilhamento e de acesso a postagens e comentários;

4) No item 4, são abordados os processos subversivos das estruturas normalizadoras: feminismos e interseccionalidades; a tentativa foi a de; entendida a existência das diversas identidades de gênero e da não existência, essencial e natural de binarismos e estruturas fixas, mas sim de, essencializações e naturalizações, do que sejam os campos das masculinidades e feminilidades, ao longo do processo social e histórico os grupo marginalizados e subalternizados passam a se organizar nas busca por direitos sociais; visibilidade e não violação de seus direitos e de sua vida. Foi realizado um resgate histórico sobre o feminismo e suas formas de organização; da organização da população que se identifica como *Queer*, os “estranhos”, “desviantes”; do movimento político e teórico interseccional, que como este trabalho, busca estabelecer relação e articulação na interpretação da realidade social entre as mais variadas formas de opressão, e permite compreender que não é possível uma sociedade livre; no sentido da liberdade em sua radicalidade, se as estruturas sociais de opressão não forem subvertidas,

entendendo que nesta opressão existem diversos marcadores, que de forma interseccional se articulam como os de gênero, raça, orientação sexual, classe social, deficiências, entre outros;

5) No item 5, disserta-se sobre os processos de construções identitárias a partir da categoria gênero, considerando as teorias sobre identidades na sua relação com as diferenças.

6) O item 6 trata dos grupos de pertencimento e as formas de preconceito, discriminação, violência e intolerância social sobre os grupos historicamente marginalizados pela identidade de gênero assumida;

7) Por fim, no item 7, apresenta-se a discussão do conteúdo de postagens, em especial, de comentários na plataforma *Facebook*. Consiste na análise de conteúdo pautados em concepções essencialistas das identidades de gênero, que são e incitam atos de violência de 7 (sete) páginas, de grupos de pertencimento no *ciberespaço*, que criaram uma rede de compartilhamento entre si.

2 METODOLOGIA

Simone de Beauvoir (1949) em seu livro, “O *Segundo Sexo*” desperta no período da chamada Segunda Onda dos Feminismos, a possibilidade de se pensar e de se produzir uma epistemologia feminista. Ao longo do processo social e histórico as feminilidades foram essencializadas, e o mito do “eterno feminino”⁶ foi perpetuado. A mulher deveria, na sociedade, cumprir com determinadas funções e atender a determinadas normas. Neste trabalho, tem-se como referência um arcabouço teórico não-essencialista sobre as identidades de gênero; porém, entende-se que a valorização das experiências vividas pelas mulheres proporciona a elas um privilégio epistêmico, um olhar mais apurado sobre as estruturas de opressão e dominação. A escolha do tema e a proposta de realização deste trabalho é a de “dar voz” e visibilidade aos grupos reconhecidos como socialmente abjetos e desviantes do padrão estabelecido e essa escolha não se fez por acaso. Eu, a pesquisadora, sou Assistente Social, professora e trabalhadora da Saúde Mental no Sistema Único de Saúde – SUS.

Iniciei meus estudos, trabalhos, pesquisas e militância na área de Gênero, Trabalho e Violência desde o 2º ano da graduação em Serviço Social. Como mulher passei por algumas experiências delimitadas como comuns devido a esses marcadores sociais e também reconheço possuir privilégios, principalmente, por minha cor branca e por isso busco com esse trabalho, mesmo sem a possibilidade de “sentir na carne”, dar visibilidade as mulheres negras, indígenas, as transgêneras e àquelas que merecem e precisam ser representadas e que infelizmente ainda não ocupam em maior número as cadeiras da pós-graduação.

Como usuária do *Facebook*, desde o processo de entrada no Doutorado fui percebendo, a partir do meu privilégio epistêmico, o aumento significativo dos discursos de ódio; de atos violentos e que incitam a violência nessa plataforma. A partir da escolha, que o trabalho seria realizado nesta plataforma, foi pensado nos objetos de análise.

⁶ O mito do eterno feminino trata basicamente de uma essencialização; do que é “ser mulher”. Como se existisse um dado certo e natural, e que este sempre é tentado ser “subvertido” é necessário um retorno ao feminino.

Os objetos de análise desse estudo são as construções de conteúdos discursivos essencialistas sobre as identidades de gênero em postagens e comentários de 07 (sete) páginas da rede social digital *Facebook*. Estas páginas foram escolhidas por meio da utilização de descritores e pela identificação de uma rede de compartilhamento do mesmo conteúdo entre elas. Observou-se também a similaridade dos seguidores, ou seja, das pessoas que consomem e compartilham o conteúdo, os quais são publicados e administrados pelos seus criadores e moderadores. As publicações promovem a interação dos seguidores que, nos comentários, podem expressar suas opiniões; e, por meio do compartilhamento, podem cada vez mais dimensionar as publicações em sua própria página, ou com qualquer pessoa usuária da plataforma, “amigos”⁷ ou não.

Este é um estudo de natureza qualitativa e, portanto, caracteriza-se por apresentar como fonte de dados o ambiente natural, sendo o pesquisador como instrumento chave. É descritiva e tem seu foco nos processos (e não em resultados e produtos), buscando analisar indutivamente os dados e destacar o significado dos fenômenos (TRIVIÑOS, 2011). Por se tratar de uma pesquisa realizada no âmbito do *ciberespaço* e das interações *online*, faz-se necessário incluir procedimentos específicos e, para tanto, a netnografia (ou etnografia virtual) é um dos métodos qualitativos que amplia o leque metodológico dos estudos voltados para o âmbito *online* ou do *ciberespaço*.

Essa vertente metodológica passou a ser explorada a partir do surgimento de comunidades virtuais, no final dos anos 80 (AMARAL; NATAL; VIANA, 2008). Há uma ampla gama de estudos netnográficos, dentre os autores propulsores dessa proposta estão: Kozinets (1997, 2002, 2007), em uma perspectiva voltada para o mercado e o *marketing* comercial; Hine (2000, 2005), que buscou versar sobre as principais dificuldades nas pesquisas sociais em plataformas *online*; Markham (1998), que tratou sobre a experiência de se desenvolver pesquisas no espaço virtual; e, ainda, Strangelove (2007), que buscou exemplificar como se dá a

⁷ A palavra amigos significa que esta pessoa está diretamente incluída na sua rede de interação social na plataforma.

realização de uma pesquisa etnográfica de forma virtual, apresentando-a enquanto um novo campo para os estudos culturais, dentre outros.

Todos se utilizam da metodologia para a pesquisa sobre diversas ferramentas tecnológicas, tais como *chats*, listas de discussão, fóruns virtuais e *videogames*. Destaca-se que foi Sá (2002) quem tratou, de forma específica, da aplicação da metodologia para a compreensão das redes virtuais; e, desta forma, pode-se considerar que a netnografia é um possível método qualitativo para pesquisas mediadas por computadores.

A implicação da realização de uma pesquisa no âmbito virtual, apesar de ter suas especificidades, se assemelha com a realização de uma pesquisa de campo; e, portanto, a presente pesquisa pode ser também, caracterizada como um estudo multicaso. Segundo Godoy (1995) e Yin (2001), o estudo multicaso tem se tornado a estratégia preferida quando os pesquisadores procuram responder como e porque certos fenômenos ocorrem, quando há pouca possibilidade de controle sobre os eventos estudados, e quando o foco de interesse é sobre fenômenos atuais, que só poderão ser analisados dentro de um contexto de vida real. No caso, compreende-se que os acontecimentos e os conteúdos disseminados no denominado *ciberespaço* refletem os aspectos da realidade palpável: não só são determinadas por outras dimensões da vida social, como, cada vez mais, fazem parte dela; ou seja, são determinadas e determinam.

Em relação a confiabilidade dos dados coletados e da postura ética junto aos sujeitos da pesquisa netnográfica, Kozinets (1997) apresenta caminhos para a escolha dos informantes ou grupos estudados em plataformas *online*, e elenca os seguintes critérios: 1) indivíduos familiarizados entre eles; 2) comunicações que sejam especificamente identificadas e não-anônimas; 3) grupos com linguagens, símbolos e normas específicas e 4) comportamentos de manutenção do enquadramento dentro das fronteiras de dentro e fora do grupo.

Respeitando os passos para a escolha do público-alvo em uma pesquisa netnográfica, em um primeiro momento foi explorado o conteúdo das páginas de grupos que disseminavam informações em comum referente a concepções essencialistas sobre as identidades de gênero. Foi identificado que os grupos compartilhavam os conteúdos entre si e publicações semelhantes e, além disso, os

grupos – apesar de divergências em relação a alguns interesses –, organizavam-se em manifestações (no âmbito da realidade social) a partir de pautas semelhantes; como, por exemplo, a tradição e a manutenção dos chamados “valores familiares”.

Posteriormente, foram selecionadas as publicações que se referiam a gênero, às mulheres e ao movimento de mulheres ou feminista. Destaca-se que para tal tornou-se necessário à construção de descritores. A norma técnica da ABNT NBR 6028:2003 tem como definição de palavra-chave “expressão representativa do assunto ou conteúdo da pesquisa, escolhida, preferencialmente, em um vocabulário controlado”. Em relação à definição de descritores para a norma técnica, estes são “expressões eleitas para uniformização de sinônimos de modo a facilitar a localização de dados em bases específicas”.

Ao buscar publicações que tratam das identidades de gênero, foram criados 5 (cinco) descritores, sendo eles “gênero”; “mulheres”; “movimento de mulheres”; “feminismo”; “feministas”; a partir dos quais, foram selecionadas publicações das 7 (sete) páginas, nas quais estavam dispostos 86 (oitenta e seis) comentários e interações. Os comentários selecionados foram aqueles filtrados pela própria plataforma *Facebook*, ao serem caracterizados como os “mais relevantes”. Dentre os cuidados tomados, destaca-se que os comentários foram criteriosamente selecionados, havendo a preocupação de que os perfis correspondessem a usuários e usuárias da página, descartando perfis anônimos ou falsos, dentro da possibilidade de verificação (perfis que estavam abertos para verificação, dentre outros elementos que correspondem a margem de erro de pesquisa). O período de coleta de dados aconteceu entre os anos de 2017 a 2018.

Na perspectiva de Chizzotti (2006), o pesquisador é também um observador capaz de interpretar os fenômenos e atribuir significado a eles, sendo parte integrante do processo de conhecimento. Os instrumentos necessários para atingir esse conhecimento “devem estar nos meios de se coletar informações vividas pelos atores humanos dos fatos e qualquer paradigma deve recorrer à intuição humana e à inferência interpretativa” (CHIZZOTTI, 2006, p. 29).

Referente à coleta de dados, em um primeiro momento foram recuperados dados bibliográficos ou de fontes secundárias. Livros, conteúdos de sites e artigos científicos foram utilizados para o desenvolvimento preliminar do referencial teórico,

para investigar e compreender elementos inerentes ao tema proposto. A pesquisa bibliográfica é necessária para que o pesquisador compreenda, explique e dê significado aos fatos e fenômenos que estudará (TRIVIÑOS, 2011).

O segundo momento foi o da pesquisa de campo, que se caracteriza enquanto netnográfica. A coleta de dados empírica da pesquisa se deu pelo acesso às 07 (sete) páginas do *Facebook*, como já explicitado, nas quais foram selecionadas as postagens que se referiam a gênero, e por meio de 5 (cinco) descritores e análise criteriosas, foram estabelecidos critérios de inclusão e exclusão das publicações e comentários. Depois de estabelecidas quais seriam as publicações analisadas, foram selecionados os comentários mais relevantes (filtrados pela plataforma própria do *Facebook*), com uma conta criada especificamente para o procedimento; respeitando, assim, o sigilo da pesquisadora e dos sujeitos da pesquisa, bem como, não permitindo a influência da vida pessoal da pesquisa.

Em resumo, o *Facebook* utiliza algoritmos a partir dos quais as interações, as publicações na página pessoal e as “amizades”⁸ influenciam diretamente nos conteúdos disponibilizados (para facilitar o acesso da pessoa, portadora da conta, a conteúdos que seriam de seu interesse), reforçando, assim, a “experiência de bolha” do usuário. Dentre o conteúdo, estão: propagandas e exposição de produtos, sugestões de amizades, sugestões de páginas a serem seguidas. Destaca-se que, no caso da pesquisa netnográfica, o acesso à informação é facilitado em contraponto aos métodos face a face, pois a própria criação dos dados é feita de forma textual. O pesquisador, quando “vestido” de netnógrafo, se transforma num experimentador do campo, engajado na utilização do objeto de pesquisa enquanto também o pesquisa (KOZINETS, 2007).

A netnografia mantém as premissas básicas da tradição etnográfica (SÁ, 2002, p. 159), levantadas a partir dos trabalhos de Geertz (2001), que correspondem a: manter postura inicial de estranhamento do pesquisador em relação ao objeto; considerar a subjetividade; considerar os dados resultantes como interpretações de

⁸ Interações na plataforma.

segunda e terceira mão; e, finalmente, considerar o relato etnográfico como sendo de textualidades múltiplas (GEERTZ, 2001).

A netnografia pode e deve ser incorporada juntamente a outros aparatos teórico-metodológicos, como análises quantitativas e estatísticas (*webmetria*, número de *links*), análise de discurso (AD), análise de conteúdo (AC), análise de redes sociais, dentre outros, dependente do desenho e das delimitações que o objeto comunicacional requerer. A análise dos comentários mais relevantes de cada publicação é a de conteúdo, e a metodologia para tal se deu a partir da proposta por Bardin (2011). A Análise de Conteúdo é um método que se caracteriza por um conjunto de técnicas de análise das comunicações, e utiliza procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens. Triviños (2011) ressalta a importância desse método no campo da pesquisa qualitativa, sendo fundamental o domínio dos conceitos básicos e das teorias para sustentar o conteúdo das mensagens, destacando ainda a necessidade de classificar, codificar e ou categorizar os conceitos para a análise. A análise de conteúdo, segundo Bardin (2011, p. 161) apresenta três etapas: a) “pré-análise”⁹, b) exploração do material, c) tratamento dos resultados, inferência e interpretação. A pré-análise consiste na organização do material que será utilizado para a sistematização das ideias e análise dos dados.

Em relação à etapa de pré-análise, foram exploradas as ferramentas do *Facebook*. No momento da exploração do material (que consiste no aprofundamento do estudo do material organizado, orientado pelas hipóteses e referenciais teóricos), foi realizada a codificação, decomposição ou enumeração dos dados e, também, a seleção das postagens e dos comentários mais relevantes, e que entendem as identidades de gênero sob a ótica essencialista; que são atos de violência em si ou que incitam atos violentos.

Foram selecionados, assim, 7 (sete) grupos da plataforma *Facebook*, dentro dos quais foram identificadas 86 (oitenta e seis) comentários classificados pela plataforma como “mais relevantes”; ou seja, que obtiveram o maior número de

⁹ Aspas da autora.

interações, sejam elas “curtidas”; “reações” e respostas ao próprio comentário, com diálogo entre os seguidores.

A fase do tratamento dos resultados, a inferência e a interpretação consiste no aprofundamento da análise, a fim de tornar os dados coletados significativos e válidos. Triviños (2011, p. 162) chama atenção à necessidade de aprofundar a análise dos documentos para “desvendar o conteúdo latente que eles possuem”. Neste sentido, Minayo (2000, p. 203) ressalta que “a análise de conteúdo parte de uma literatura de primeiro plano para atingir um nível mais aprofundado: aquele que ultrapassa os significados manifestos”.

O conteúdo dos textos das publicações e os comentários do *Facebook* foram articulados com a revisão de literatura; capítulos teóricos e fundamentação teórico-epistemológica adquirida em todo o processo de pós-graduação; estudos; experiências profissionais e de campo. Foi considerada a possibilidade de interpretação do conteúdo manifesto, e uma análise conjuntural, histórica e social que possibilita compreender os processos de construção dos diversos saberes e concepções sobre o estudado.

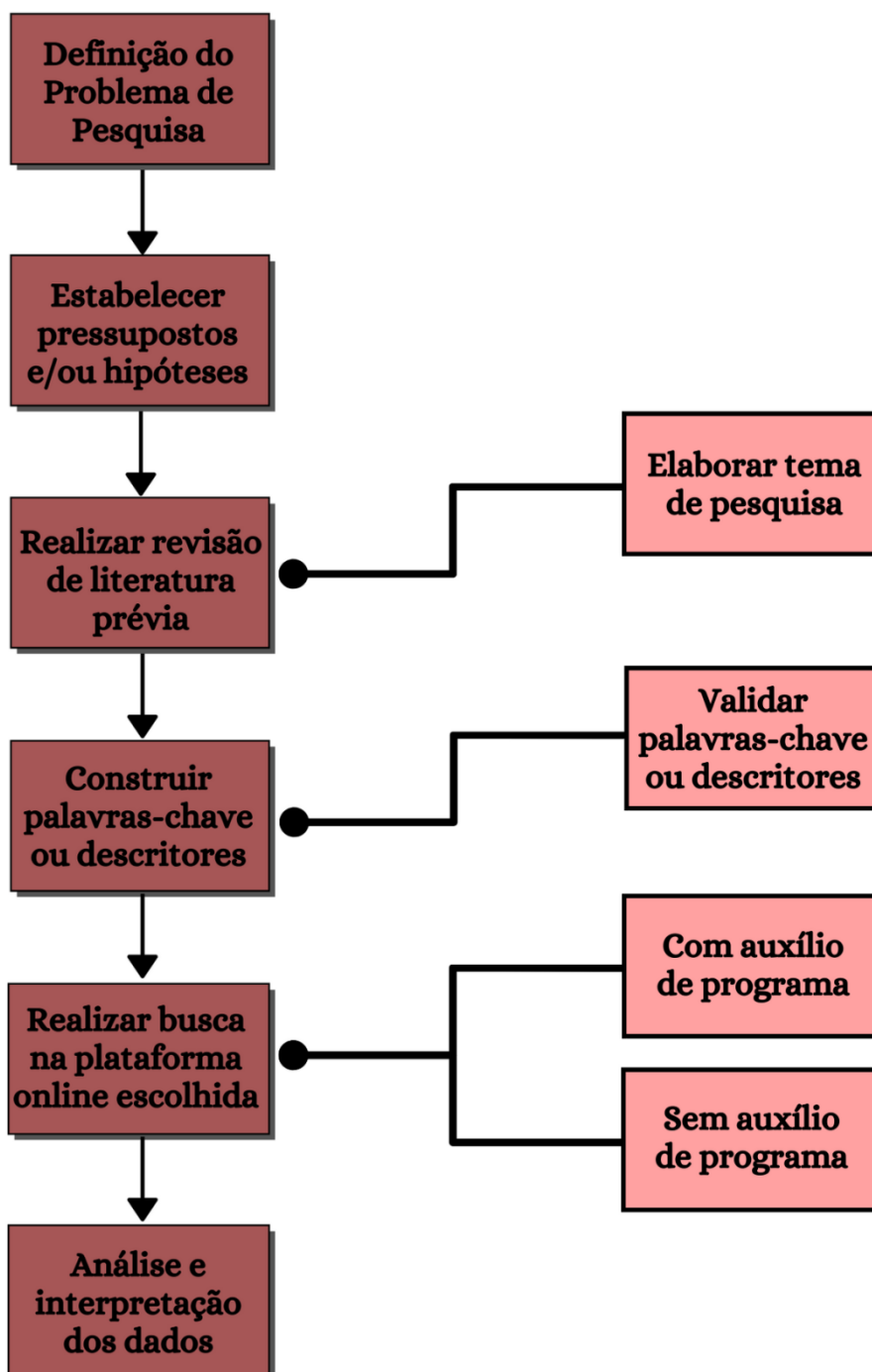
2.1 Protocolo para o desenvolvimento de pesquisa netnográfica em redes sociais virtuais

Ao longo da pesquisa, como guia, foi construído um protocolo para o desenvolvimento de pesquisa netnográfica em redes digitais. Este recurso não se configura como uma replicação engessada e rígida, uma “receita de bolo”; mas, pode servir como base para futuras pesquisas netnográficas e que neste caso, foi aplicado no *Facebook*, pode ser ajustado a outras plataformas de interação. São 8 (oito) etapas que contemplam todo o processo de produção da pesquisa; coleta de dados e análise. Ao longo da construção habitual da pesquisa, este protocolo serve como espelho, entende-se que se difere das pesquisas etnográficas, sociais, entrevistas; por tratar-se, de uma esfera da vida social em que o/a pesquisador vai adentrar e dele participar. Estas são:

- 1) Definir problema de pesquisa – nesse momento, deverá ser pensado sobre o problema de pesquisa, compreende-se que este consiste em um pergunta inicial servirá como norte, ou indicação, para a construção da pesquisa; sendo que, para que seja possível a realização de uma pesquisa netnográfica, é necessário que se tenha um problema de pesquisa definido;
- 2) Estabelecer pressupostos e/ou hipóteses – os pressupostos e/ou hipóteses consistem em argumentos ou respostas para o problema de pesquisa de forma inicial. Nesse momento, o pesquisador conta com o seu arcabouço teórico-metodológico e, ao longo da pesquisa, busca compreender se os achados iniciais sobre os resultados da pesquisa serão corroborados ou não;
- 3) Elaborar revisão de literatura prévia – a partir de um contato inicial com a literatura sobre o tema, é possível que o/a pesquisador/a expanda sua compreensão sobre ele e a pesquisa;
- 4) Criar tema de pesquisa – o tema de pesquisa pode ser construído por meio de dados de realidade e experiências vividas. Neste momento, é necessário que tenha sido feito contato com literatura, documentos, artigos científicos que tratam do problema que foi observado ou criado pelo/a pesquisador/a;
- 5) Construir palavras-chave ou descritores – nesta etapa é necessário criar termos que descrevam, de forma sucinta, o objetivo da busca na plataforma;
- 6) Validar palavras-chave ou descritores; entendendo que existem formas de validação das pesquisas; sejam elas por pares ou pelos sujeitos pesquisados.
- 7) Realizar busca em plataforma online, com ou sem auxílio de programa especializado; existem programas que podem servir de recurso para busca do conteúdo por meio dos descritores ou palavras-chave; além disso, as próprias plataformas podem disponibilizar serviço de engajamento pago ou não.

- 8) Análise e interpretação dos dados; este recurso metodológico é escolhido a partir do viés epistemológico; objetivos da pesquisa; entre outros fatores específicos. No caso da pesquisa em redes sociais digitais os diversos autores estudados fazem a proposta da análise de discurso (AD) ou de conteúdo (AC) das postagens; comentários; notícias; conteúdos; propagandas; entre outros.

2.2 Fluxograma do protocolo para o desenvolvimento de pesquisa netnográfica em redes sociais virtuais



Fonte: Autoria própria.

3 MEDIAÇÕES DO PRECONCEITO E DAS VIOLÊNCIAS

3.1 Tecnologia, *internet* e redes digitais

Os sujeitos sociais estão cada vez mais familiarizados com os chamados “avanços tecnológicos”. A todo o momento, os dispositivos midiáticos vociferam através de seus interlocutores as principais descobertas no campo da tecnologia. O ato digital é o comum, integra a vida cotidiana; criando, assim, uma distância, não do aparato tecnológico, que está disponível ao nível do imediato, mas sim, pela criação de formas irrefletidas de relacionamento com a tecnologia.

As tecnologias assumem, de fato, um papel emblemático nas diversas esferas da vida social na atualidade. Na perspectiva do mercado, são desenvolvidos estudos sobre o comportamento humano e as suas preferências. Na via do lazer, proporciona a conquista do prazer, a atenuação da dor e o desvio da morte, como já sinalizavam os teóricos frankfurtianos; tanto que, nesta perspectiva, para Adorno e Horkheimer (1986) tudo o que é produzido é cooptado pela indústria cultural, e a racionalidade técnica representa os interesses dos economicamente mais fortes. Na cultura contemporânea, a tudo se confere um ar de semelhança, e os filmes, rádio e semanários se constituem num sistema integrado. É estabelecido o “poder total do capital”, inclusive, na ideia de progresso técnico; no qual a beleza estética, presente nos “grandes palácios colossais”, contrasta com os edifícios “empilhados”.

As diversas formas de disseminação de conteúdo, conseqüentemente, seja pela televisão, rádio – ou, por meio de suas novas configurações, como as plataformas do *Facebook*, *Instagram* e *Youtube* – disseminam e reproduzem determinados padrões sociais, os quais são motores da produção das falsas necessidades (MARCUSE, 1982) e, assim, regem reproduzindo e atualizando o sistema em voga.

Para Winner (1991) a tecnologia abriga relações sociais e, portanto, relações de poder. Os arranjos técnicos dos artefatos que dizem respeito às formas como estes são “inventados” e produzidos podem resultar, como exemplo, em resoluções de uma comunidade, ou estarem relacionados a determinados tipos de relações

políticas, pois estes são “inerentemente políticos”. No *Facebook* a possibilidade de participação por aqueles que não têm acesso a computadores ou internet, torna-se inviável. Outra forma de exclusão e segregação baseia-se nos engajamentos e como a plataforma também trabalha com investimento financeiro para dar visibilidade a determinados conteúdos, havendo então, uma assimetria de poder e uso da plataforma.

As redes sociais existem muito antes da chegada da interação no espaço virtual, pois elas constituem-se como um grupo de pessoas que se constrói a partir de suas interações; formando, assim, os tais grupos sociais (RECUERO, 2014). As redes sociais tradicionais passaram a ser reproduzidas no âmbito do *ciberespaço*; porém, não necessariamente da mesma forma – pois, como sinalizam Gonçalves e Silva (2014), os espaços digitais propiciam uma maior possibilidade dos interlocutores se manifestarem, produzirem e compartilharem as informações, de uma maneira diferente das lógicas tradicionais do consumo de informação. Nestes ambientes, os interlocutores sentem-se mais livres para atuar politicamente (também, em um sentido mais amplo do termo) e, também, para exigir seus direitos e questionar as instituições. Como já mencionado, esta liberdade de externar o pensamento, está muitas vezes aliada a ideia de que, quando eu escrevo (a partir de um espaço privado), não existem consequências no âmbito público.

A comunidade virtual trata-se de

“[...] uma espécie de agregado social que emerge da rede ‘internetiana’ para fins específicos: seriam pessoas com interesses comuns – ou mesmo, que agem a partir de interesses comuns em um dado momento –, formando uma rede de relações virtuais (ciberespaciais)” (MARCUSCHI, 2005, p. 20).

Para o entendimento do surgimento dessas plataformas, Xavier (2013) explicita que, primeiramente, foram criados os “blogs”, que funcionavam como diários pessoais. Os “blogs” se espalharam, e passaram a ganhar diferentes usos, proporcionando o surgimento de vários tipos de acordo com os diversos propósitos de seus criadores e mantenedores. Em um segundo momento, chegaram ao mercado digital os sites de relacionamento, sendo eles o *Orkut*, *Facebook*, *MySpace* etc.; sendo que, para Wellman (2010), as comunidades virtuais são redes de laços

interpessoais que proporcionam sociabilidade, apoio, informação, um senso de integração e identidade social.

Estas ferramentas de comunicação abriram caminho para um momento diferente da Internet, a chamada *Web 2.0*, cuja característica principal é o aumento da participação dos usuários da rede (XAVIER, 2013). Além disso, àqueles que eram estritamente consumidores de conteúdo, passam a também produzir informação.

3.2 Facebook

No entendimento de Paiva (2016) é possível analisar o *Facebook* como um sistema ecológico que se organiza em biomas virtuais. Desse modo, cada *timeline*, cada página ou perfil nessa rede social funcionaria como um sistema biológico vivo, onde páginas pessoais e institucionais interagem entre si. Desta forma, as redes sociais digitais caracterizam-se enquanto um espaço fértil para constituição e reafirmação de identidades por afinidade. Essa questão foi tratada por Gee (2000), que classifica em quatro categorias as identidades assumidas pelos indivíduos em suas trajetórias pessoais, sendo elas: a identidade natural (constituída a partir das características biológicas da pessoa, definidas ao nascer), a identidade discursiva (constituída na relação discursiva entre o eu e o outro), a identidade institucional (constituída por posições sociais dadas e validadas por instituições) e a identidade por afinidade (constituída nos grupos de pessoas que possuem interesses em comum).

3.3 Recursos (funcionalidade), postagem, comentário, compartilhamento (implicações nos modos de interação)

Neste tópico serão apresentadas algumas das principais funcionalidades da rede social virtual *Facebook*. O intuito é de facilitar o entendimento de como se dá o uso dessa plataforma. Todas as informações apresentadas estão disponíveis na Central de Ajuda do *facebook*¹⁰.

¹⁰ Disponível em: <https://www.facebook.com/help/753701661398957?helpref=popular_topics>. Acesso em: fev. 2018.

- Como criar uma conta? 1) Entrar no site www.facebook.com/r.php; 2) Inserir o nome, e-mail ou número de celular, senha, data de nascimento e sexo; 3) Clicar em: “Criar uma conta”; 4) Para terminar a criação da conta, é preciso confirmar o e-mail ou número de celular. Para criar uma conta é preciso ter pelo menos 13 anos de idade.

Figura 1 - Página de cadastro do *facebook*

Fonte: Facebook, 2018.

- Amizades: A sugestão do *Facebook* é de “enviar solicitações de amizades para amigos, familiares e pessoas de confiança cadastradas”. Para isso, é necessário procurar pela pessoa na plataforma e “enviar uma solicitação de amizade”. A pessoa precisa aceitar essa solicitação e isso significará que ambos poderão ver as publicações um do outro no chamado “*feed* de notícias”. Caso a intenção seja apenas “seguir”, ou seja, ver as atualizações de pessoas que considera interessante, como no caso de jornalistas ou “celebridades”, existe uma função específica para isso que está próxima ao envio de solicitação de amizade.
- Página inicial: A página inicial é aquilo que o usuário visualiza ao entrar no *Facebook*. Ela contém o *Feed* de Notícias, a lista constantemente atualizada com as publicações de amigos, páginas e outras conexões criadas pelo

próprio usuário. Na página inicial é possível reagir às publicações que aparecem na página ou procurar pessoas e assuntos em que a pessoa tiver interesse;

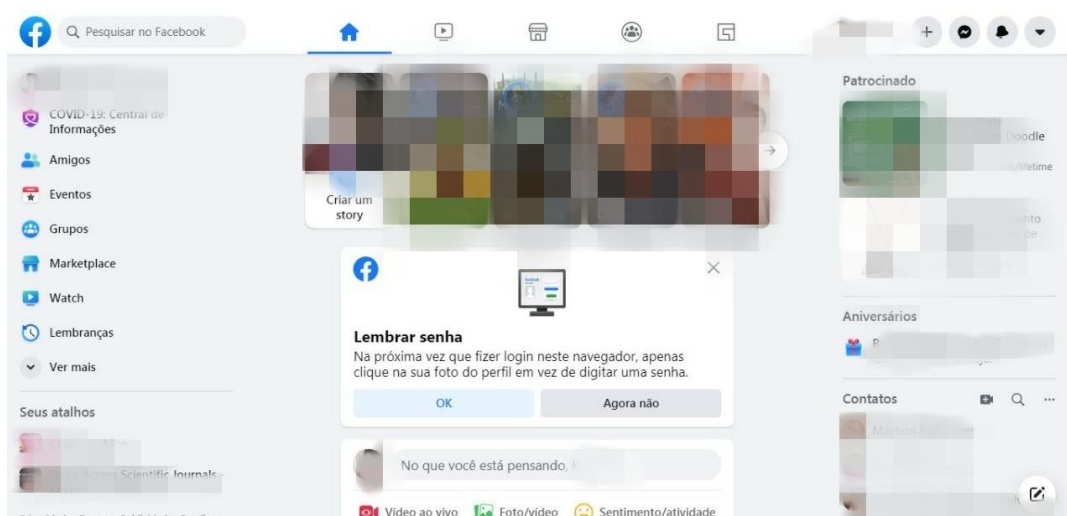
- *Feed* de Notícias: De acordo com a Central de Ajuda do *Facebook* (2018), as publicações vistas no “*feed* de notícias” tem a função de manter a conexão entre pessoas, locais e assuntos. As publicações que aparecem primeiramente são influenciadas pelas conexões e atividades na plataforma. O número de “comentários”, “curtidas” e “reações” recebidas por uma publicação e o tipo (foto, vídeo, atualização de status) também podem torná-la mais propensa a aparecer primeiro. Essas publicações incluem: 1) um amigo ou um membro da família comentando ou curtindo uma foto ou uma atualização de status de outro amigo; 2) uma pessoa reagindo a uma publicação de um *publisher* que um amigo compartilhou; 3) várias pessoas respondendo aos comentários umas das outras em um vídeo a que assistiram ou em um artigo que leram no *Feed* de Notícias.

Figura 2 - Página inicial e *feed* de notícia.



Fonte: Facebook, 2018.

Figura 3 - Página inicial e *feed* de notícia (atualização 2021).



Fonte: Facebook, 2021.

- Curtidas: Clicar em “curtir” embaixo de uma publicação é de acordo com a Central de Ajuda do *Facebook* “um modo de dizer às pessoas que você curtiu a publicação, sem deixar comentários”. Como ocorre em um comentário, todos que puderem ver a publicação poderão ver as “curtidas”. As pessoas que estão autorizadas a ver o vídeo, a partir da configuração de privacidade do usuário, poderão ver as “curtidas”. A pessoa que publicou o vídeo ou a notícia receberá automaticamente uma notificação informando que houve uma “curtida” na publicação. Para reagir a uma publicação ou um comentário, passe o cursor sobre “curtir” e escolha uma reação. As reações mais populares aparecem abaixo da publicação ou do comentário como ícones, por exemplo, 👍❤️😂. Você só pode ter uma reação por publicação ou comentário.

Figura 4 - Reações possíveis em publicações e comentários



Fonte: Facebook, 2018.

Figura 5 - Reações possíveis em publicações e comentários (atualização 2021).

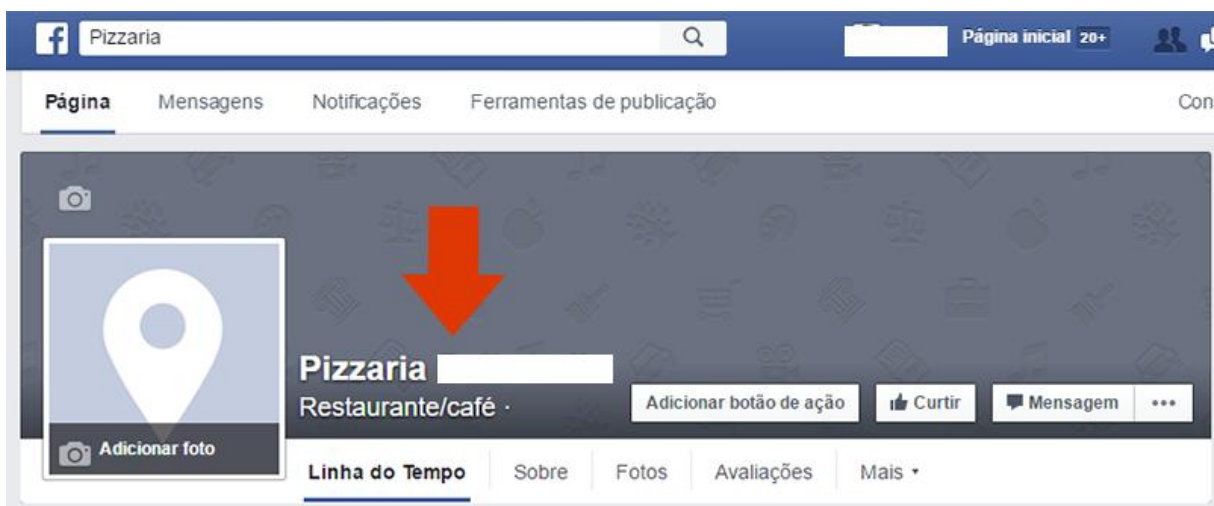


Fonte: Facebook, 2021.

- Mensagens: As “mensagens” podem ser encaminhadas instantaneamente para os contatos do Facebook. É possível enviar fotos, anexos, figurinhas e *GIFs* do bate-papo do Facebook ou do Messenger (aplicativo com a mesma função). Se o usuário estiver recebendo mensagens incômodas ou que parecem *spam*, poderá bloquear as mensagens da pessoa ou denunciar a mensagem.

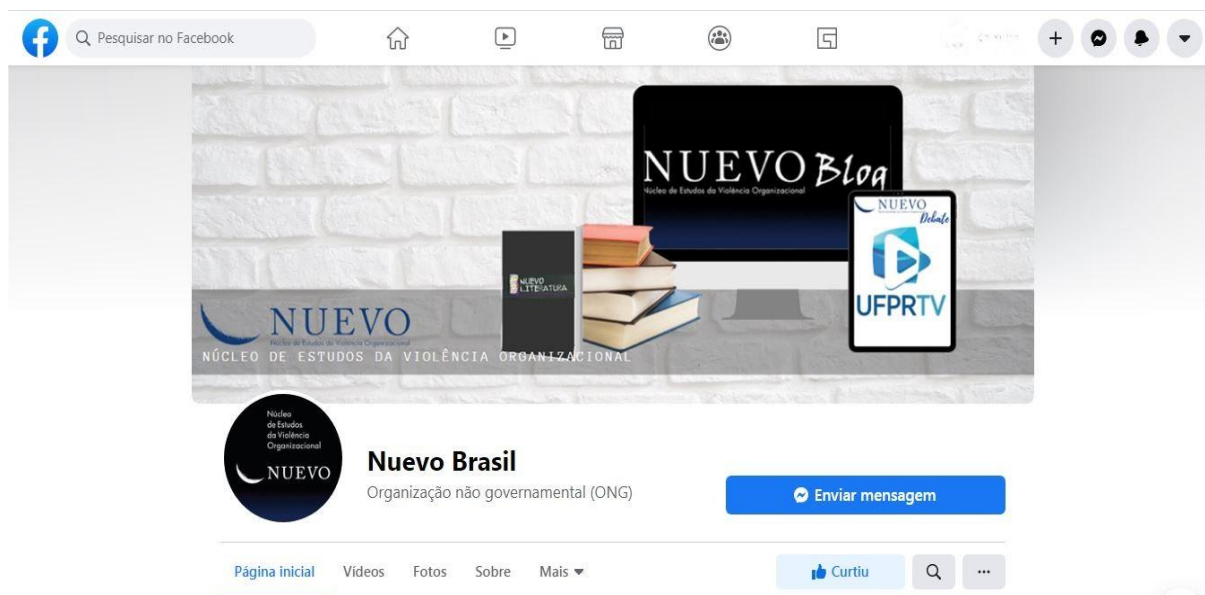
- Fotos e Vídeos: É possível o compartilhamento de fotos e vídeos ou a criação de um álbum que disponibilizará o conteúdo em uma pasta. Caso alguma pessoa “marque” outra em uma foto ou vídeo, ou seja, identifique a presença desta na mídia o conteúdo ficará disponível também, no perfil da pessoa marcada. Caso a pessoa não queria ser vista naquela imagem ou vídeo poderá “desmarcar” ou até mesmo “denunciar” o conteúdo.
- Páginas: Segundo a Central de Ajuda do *Facebook* (2018), as “páginas” são destinadas às marcas, empresas, organizações e figuras públicas, para que possam criar uma presença na plataforma, enquanto os perfis representam indivíduos. Qualquer pessoa que tiver uma conta poderá criar uma página ou ajudar a administrar uma se receber uma função na página, como administrador ou editor. As pessoas que curtirem uma Página e os amigos delas poderão receber atualizações em seus *Feeds* de Notícias. Caso a pessoa queria “apoiar uma página” e ver as atualizações e conteúdos postados no *Feed* de Notícias, é necessário curti-la. Caso a pessoa queira apenas ver as atualizações poderá segui-la.

Figura 6 - Página do Facebook



Fonte: Facebook, 2018.

Figura 7 - Página do Facebook (atualização 2021)



Fonte: Facebook Nuevo Brasil, 2021.

- Funções da página: As pessoas que gerenciam as Páginas podem exercer 6 (seis) funções diferentes. Ao criar uma Página, a pessoa se torna automaticamente o administrador. Somente um administrador pode atribuir funções e alterar funções de outras pessoas. Além disso, várias pessoas podem ter funções em uma Página, mas cada uma delas deve ter uma conta pessoal individual.

Se a classificação de comentários estiver ativada em uma Página, os comentários com mais curtidas ou respostas, assim como os comentários de amigos ou de Páginas e perfis verificados aparecerão no topo por padrão. Se a classificação de comentários estiver desativada em uma Página, ela exibirá os comentários de forma cronológica por padrão. Contudo, os visitantes e os administradores da Página ainda podem alterar como veem a ordem dos comentários.

A classificação de comentários de publicações de Páginas e perfis públicos com mais de 50 mil curtidas é automaticamente ativada, mas os administradores da Página podem desativá-la. A classificação de comentários de vídeos ao vivo é ativada independentemente das configurações da Página.

- Grupos: Os grupos fornecem um espaço para as pessoas conversarem sobre interesses em comum. É possível criar grupos para reuniões de família,

equipe esportiva com os colegas de trabalho, clube de livros, e personalizar as configurações de privacidade do grupo de acordo com quem a pessoa deseja que participe e veja o grupo.

- **Eventos:** Os eventos permitem que o usuário organize e participe de reuniões no mundo real com as pessoas do *Facebook*. É possível criar ou participar de um evento de qualquer natureza, desde um jantar de aniversário até uma reunião para levantar fundos para uma escola. Ao criar um evento, a pessoa poderá controlar quem poderá ver ou participar do evento.
- **Aplicativos e jogos:** Aplicativos, jogos e *plugins* sociais permitem a interação dentro e fora do *Facebook*. A maioria dos aplicativos e jogos é criada por desenvolvedores terceirizados que devem seguir as políticas da plataforma.

A pesquisa forma-se de notícias e comentários de 07 (sete) páginas da rede social virtual *Facebook*. Utilizou-se para busca nas páginas do *Facebook* os seguintes descritores: 1) “Gênero”, cujo resultado é apresentado no quadro 1; 2) Feminismo, cujo resultado está representado no quadro 2. Destaca-se que o resultado culminou em vídeos e notícias que tratam sobre o tema representado pelo descritor correspondente. O nome das páginas será resguardado.

Acerca dos comentários foram selecionados os “comentários mais relevantes”. Se a classificação de comentários estiver ativada em uma página, os comentários com mais curtidas ou respostas, assim como os comentários de amigos ou de páginas e perfis verificados aparecerão no topo por padrão. Desta forma, como o perfil utilizado para a pesquisa não possui “amigos adicionados” os comentários “mais relevantes” são aqueles que tiveram mais curtidas, reações e comentários naquela publicação.

3.4 Algoritmos e consequências

É por meio do acesso as páginas em comum, e pela interação entre os membros (que curtem as páginas que possuem conteúdos em comum), que são reproduzidas, reforçadas e criadas identidades; as quais, vão manifestar-se em todos os âmbitos das relações sociais, sejam elas reais ou virtuais. Além disto, na

rede há a permissão para que eles “[...] façam experiências com a morfologia de suas próprias identidades” (TAPSCOTT, 1999, p. 92); sendo que a variedade de identidades adotadas seria uma estratégia para reafirmar sua “identidade original” (XAVIER, 2013). Cabe destacar que tais interações são proporcionadas, principalmente, pela comunicação entre os seguidores nos comentários das notícias, nos quais podem expressar as suas opiniões e debater sobre os assuntos, pautados pela própria matéria difundida. O comentário *online* surgiu na esfera jornalística, de acordo com Santos e Filho (2014), com o propósito de possibilitar aos leitores a manifestação da sua opinião em relação aos textos veiculados, a fim de incentivar uma participação dos leitores.

Vale ressaltar que dada abordagem não tem o intuito de, apenas, incitar ao diálogo *per se*, entre os veículos e os seus públicos-alvo (com a ideia de reforço institucional ou de lembrança de marca, por exemplo); mas, principalmente, é feito pelos mecanismos de busca e de indexação, a partir dos quais as empresas de comunicação podem negociar com os anunciantes, em questão de valores e condições de publicidade e de espaços de marketing digital.

Ao publicar textos com vias, inclusive, de poder incitar a manifestação da opinião dos leitores – assim como, a sua participação por meio de curtidas, compartilhamentos, etc. – os veículos e empresas de comunicação fomentam ao seu espaço no mercado, a partir de uma presença quantitativamente maior; mesmo que, qualitativamente, ela resulte em diversos tipos e exemplos de violência.

Sobre os comentários publicados na mídia digital, ao se referirem especialmente aos textos jornalísticos, eles são:

[...] construções socioideológicas em grande escala, ao avaliar e validar os discursos já-ditos; ao tornar público o que é privado; ao impor acento de valor sobre objetos discursivos que vão desde acontecimentos sociais até aspectos pessoais e profissionais das pessoas (REMENCHE; ROHLING, 2016, p. 1).

Na perspectiva de Xavier (2013), o gênero comentário *online* se realiza em diferentes campos de produção e circulação, sendo recorrente em portais de notícias e em redes sociais. Ao ser constituído como um espaço interlocutivo, que é aberto ao leitor/interlocutor para a exposição de sua opinião, deve considerar as regras sociais e institucionais inerentes à esfera de sua produção e circulação.

O *Facebook* emprega um algoritmo, denominado *EdgeRank*, que coleta informações pessoais do perfil do usuário, como os amigos que ele possui, as interações de que participa, o tempo que passa conectado, os conteúdos compartilhados, e outros critérios não divulgados pela rede social digital (BITTENCOURT, 2015). Desse modo, o algoritmo é responsável por selecionar os conteúdos que são disponibilizados ou omitidos a este usuário, com base em classificações de afinidade e peso (valor/importância) que determinado conteúdo tenderia a possuir para esse usuário específico, dentro das projeções a partir de seu perfil.

Segundo Santos e Filho (2014), tratando-se do recorte empírico realizado em sua pesquisa, nos comentários *online* encontram-se o plurilinguismo na voz do comentador, que adota um discurso político no qual consta não apenas seu o ponto de vista (enquanto comentador) mas, também, o de muitos outros enunciadores, numa relação de divergência ou convergência com a voz do comentador. Ao falar, este não se encontra num estado de solidão enunciativa, mas sim de parceria e engajamento com outros discursos (mesmo em se tratando de um gênero no qual o posicionamento enunciativo do locutor estaria relativamente marcado pela sua subjetividade). Os sujeitos estariam emitindo as suas opiniões sobre aqueles determinados temas ou notícias, havendo interação com outros indivíduos que irão concordar ou discordar ou, mesmo, se apresentar como “neutros” diante de seu posicionamento.

No que consiste às interações em páginas da plataforma *Facebook*, a ação de “curtir a página” já se configura, comumente, como uma forma de pertencimento ao grupo, ou vontade de pertencer a esse; por exemplo, pode ser que o indivíduo “curta” a página de determinado jogo (o que não necessariamente confere à ele o valor de jogador) e este pode, então, interagir com os jogadores e passar a ter acesso a linguagem e ao código própria daquele jogo, sentindo-se de alguma forma pertencente, jogando ou não. Existe uma tendência dos indivíduos de curtirem páginas que convergem com sua forma de pensar ou de agir e, também, a possibilidade do indivíduo curtir a página para acessar um conteúdo que não concorda, até como forma de acesso a informação sobre o que está sendo

compartilhada – ou, até mesmo, como forma de posicionar-se contrariamente ao exposto em publicações por meio dos comentários.

Ressalta-se que, o “curtir” a página do *Facebook* faz parte da constituição indetitária dos sujeitos e faz com que este se integre a determinados conteúdos que são disseminados pelos administradores das páginas, sejam eles empresas, pessoas famosas, celebridades, ou pessoas físicas comuns. Como a rede social digital não é alheia a sociedade, mas cada vez mais, é parte integrante da vida social dos sujeitos que a utilizam, e também daquele que resistem desenfreadamente, as estruturas sociais de opressão também são refletidas nessa esfera.

Os comentários dispostos na plataforma *Facebook* não exigem uma sequência cronológica para réplica, o comentador pode responder a qualquer um dos comentários na ordem em que julgar necessário. O leitor pode comentar tanto a notícia quanto outro comentário já expresso sobre ela. Em virtude disso, é comum que uma sequência de comentários, embora mantenha diálogo com a notícia, remeter-se a outros comentários ou, ainda, a elementos externos à notícia. (XAVIER, 2013)

Devido a essa possibilidade de apresentar sua contrapalavra, essa interação sociodiscursiva tende a estimular o desabafo e a explicitação de opiniões e formas de representar o mundo com caráter subjetivo, ou seja, os comentários suscitam atitudes responsivas de refutação, desabafo, apoio, indignação, entre outras, e materializam axiologicamente os diferentes valores sociais (XAVIER, 2013). Essa pessoa (usuária da rede social virtual) frequentemente “[...] articula suas opiniões, sentimentos ou atitudes em relação a algo ou alguém” (BARTON e LEE, 2015, p.117).

Em uma pesquisa realizada pela plataforma comunica (2016), entre os dez temas mais discutidos, 90% das publicações eram negativas e expressavam preconceito ou discriminação. Nas discussões que versam sobre gênero, 88% das referências são negativas, havendo o uso de expressões que representam estigmas e estereótipos acerca das mulheres, que procuram denunciar a desigualdade de

gênero. Entre os termos utilizados estão “mal comida”, “feminazi” e “vagabunda”. A homofobia aparece em 94% das mensagens analisadas¹¹.

A partir da web 2.0, a internet passou a demandar a produção ativa e constante dos conteúdos de seus usuários. No *Facebook*, tal demanda do *ciberespaço* baseou a incitação dos usuários de constantemente se posicionarem, inclusive em suas relações e concepções de mundo e sujeitos. No processo de produção e reprodução no *Facebook*, por exemplo, são identificados conteúdos preconceituosos, discriminatórios e violentos. Esses conteúdos estão cada vez mais ganhando visibilidade, tendo em vista que, ao passo que o *ciberespaço* passa a configurar-se como mais uma das esferas da vida social, os problemas oriundos dos sistemas de privilégios e das estruturas sociais de opressão se expressam e impactam de forma objetiva e subjetiva a vida daqueles que sofrem os ataques.

¹¹ Conteúdo disponível em: <<https://www.redebrasilatual.com.br/cidadania/2016/08/levantamento-aponta-intolerancia-e-preconceito-dos-brasileiros-nas-redes-sociais-2582.html>>. Acesso em: maio 2018.

4 PROCESSOS SUBVERSIVOS DAS ESTRUTURAS NORMALIZADORAS: FEMINISMOS E INTERSECCIONALIDADES

Ao recusar o entendimento de que a desigualdade de gênero é um efeito natural, reflexo de uma natureza diferenciada dos dois sexos, ou até mesmo, pelo entendimento de que esta natureza é necessária para a sobrevivência da “espécie” humana, as mulheres organizam-se ao longo do processo histórico para denunciar a sua situação social, os efeitos da dominação masculina e das estruturas de opressão.

É possível resgatar historicamente a figura de mulheres como Safo ou Hipátia na Grécia Antiga, que já neste período buscavam afirmar a igualdade intelectual e moral das mulheres. Na Idade Média, Cristina de Pizán (1364-1430), argumentava que as diferenças físicas são desimportantes ante a igualdade da alma, criada idêntica, por Deus para eles e para elas. A inferioridade feminina era resultado, não de uma natureza diferenciada, em si, mas de condições sociais. Seu argumento é uma crítica à submissão da mulher na esfera doméstica e sua exclusão da esfera pública (MIGUEL; BIROLI, 2014).

Cada momento histórico tem suas determinadas particularidades e, por isso, as demandas se apresentaram de diferentes formas. No início eram as mulheres brancas, pertencentes à classe dominante e ao ambiente acadêmico, que conseguiam organizar-se para a reivindicação de pautas em paralelo com os direitos já garantidos aos homens, inclusive aqueles previstos em lei.

A história “invisível”, “não contada” e não hegemônica, como sinaliza Del Priore (1997, p. 6), por exemplo, ao tratar da mulher na história do Brasil “tem surgido recorrentemente sob a luz de estereótipos”.

Para romper com a silenciosa paisagem dos estereótipos femininos, fundada na negação dos papéis históricos representados por mulheres, faz-se necessário rastrear a informação mais humilde, adivinhar a imagem mais apagada e reexaminar o discurso mais repetido (DEL PRIORE, 1997, p. 6).

A história contada de forma eurocêntrica e androcêntrica vem reforçar a invisibilização das mulheres negras e indígenas que se organizavam, mesmo sem força política institucionalizada, por meio de seus saberes tácitos com tentativas de

imposição de si, de forma contra hegemônica e de afirmação de suas identidades e de seus saberes na área da botânica e da medicina, por exemplo.

Desde o século XIX a história firmou-se como uma disciplina científica, ela tem dado à mulher um espaço cuidadosamente demarcado pelas representações e ideais masculinos dos historiadores que, até bem pouco tempo, a produziam com exclusividade (DEL PRIORE, 1997, p. 7).

É por meio da organização das mulheres, e de sua participação também da vida pública, que teorias foram cunhadas com o objetivo de compreender e dar visibilidade as formas de opressão e dominação feminina. Uma “onda” feminista caracteriza-se como um momento histórico de relevante efervescência militante e/ou acadêmica, onde insurgem determinadas pautas e questões inerentes à realidade e opressão vivenciada. “Como corrente intelectual, o feminismo, em suas várias vertentes, combina a militância pela igualdade de gênero com a investigação relativa às causas e aos mecanismos de reprodução e dominação masculina” (MIGUEL, 2014, p. 17). O movimento feminista produz sua própria reflexão crítica e teorias próprias. Ao longo desse processo as mulheres visam o rompimento com padrões normalizadores pré-estabelecidos e ao longo dos séculos seguiram sendo penalizadas. Dentre as funções sociais exigidas o âmbito doméstico é o supprassumo da feminilidade.

Na modernidade, a esfera pública estaria baseada em princípios universais, na razão e na impessoalidade, ao passo que a esfera privada abrigaria as relações de caráter pessoal e íntimo. A essa percepção, são somadas estereótipos de gênero desvantajosos para as mulheres. São atribuídos a elas papéis como, os de dedicação prioritária à vida doméstica e aos familiares, o que colabora para que a domesticidade feminina seja vista como algo natural, e ainda, se adotados outros comportamentos, estes sejam vistos como desvios. A garantia da privacidade no âmbito familiar, por muito tempo, tornou-se uma das ferramentas para a dominação masculina (MIGUEL; BIROLI, 2014). Historicamente busca-se o entendimento social que a mulher é também sujeito político, pertencente ao público e não apenas ao privado.

Desta forma, pertencer ao grupo “mulher”; “identificar-se como mulher” está sujeito a algumas implicações. É socialmente exigido o atendimento de padrões pré-

estabelecidos, estes que podem ser questionados quando não são tidos como naturais; essenciais. Nesse processo são existentes relações de poder onde as mulheres historicamente estavam e ainda se encontram em situação de desvantagem frente ao sistema de privilégios que é composto pelo branco, masculino, heterossexual, rico e cristão. Este sistema que normatiza, também exclui as identidades *queer*; aquelas tidas socialmente como abjetas; invisibilizadas. O feminismo interseccional, incorpora a representação de muitas outras identidades além da mulher. Nesse aspecto, as relações étnico raciais e o debate sobre as orientações sexuais são incluídos.

4.1 A Primeira Onda: pelo voto, educação e igualdade no casamento

O feminismo como movimento político e intelectual tem seu início na virada do século XVIII para o século XIX. A primeira fase do feminismo tinha em seu programa eixos como a “[...] educação das mulheres, o direito ao voto e a igualdade no casamento, em particular o direito das mulheres casadas a dispor de suas propriedades” (MIGUEL; BIROLI, 2014, p. 19-21). Uma das importantes contribuições desta chamada primeira fase foi a de colocar as reivindicações das mulheres no campo dos direitos, ou seja, a politização das reivindicações, e por este motivo, a luta era a de que esses direitos fossem legalmente reconhecidos.

Em 1791 Olympe de Gouges (pseudônimo de Marie Gouze) publica a “Declaração dos Direitos da Mulher e da Cidadã” em contraponto a “Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão”. A releitura do documento busca trazer alterações sobre a liberdade de opinião e expressão, estendendo essa liberdade às mulheres. No mesmo período, na Inglaterra, Mary Wollstonecraft publica o seu trabalho denominado “Uma Reivindicação pelos Direitos da Mulher” (1792) onde sustenta o argumento de que as mulheres não são naturalmente inferiores aos homens, e coloca em debate a escolarização.

No século XVIII nasce o denominado “Feminismo Liberal”, e desenvolve-se no século XIX. O Feminismo Liberal teve Wollstonecraft e Stuart Mill como principais expoentes. Era predominante a esta primeira fase do feminismo o liberalismo e o

universalismo. O argumento era de que homens e mulheres, iguais em questões morais e intelectuais, deveriam ter oportunidades iguais no que condiz aos estudos, trabalho, desenvolvimento, participação política, entre outros.

Apesar de um viés de classe existente nesse período, tendo em vista que as mulheres brancas lideravam as organizações das reivindicações e, o trabalho doméstico era compreendido enquanto uma atividade apenas de “monitoramento das criadas”, tornaram-se existentes produções teóricas que realizavam o paralelo entre escravidão negra e escravidão feminina, como a obra de Harriet Taylor Mill (1807-1858). Existe a ressalva de que este feminismo, em contraponto ao contemporâneo, não contempla de forma articulada gênero, raça e classe, por exemplo. Este cenário é explicitado por Sojourner Truth (1797-1883), feminista escravizada e empregada doméstica que no seu discurso *“Ain’t I a woman?”*, traduzido como: “Eu não sou uma mulher?”. Esta, sem visibilidade, elabora uma reflexão sobre a condição feminina e estabelece um paralelo ao tratamento dado as mulheres brancas e mulheres negras. As brancas eram “ajudadas” a entrar em carruagens, passar por cima de poças. O trabalho era o da administração da vida doméstica, enquanto ela, mulher negra, desde criança realizava o trabalho braçal de arado, plantio e no celeiro. A ideia era de demonstração de que, alguns direitos pelo qual as mulheres brancas lutavam no início do feminismo não contemplavam a singularidade da vivência das mulheres negras na época.

Esta questão, hoje é mais bem problematizada pelas feministas negras, dentre elas destaca-se a obra “Mulheres, Classe e Raça” (1944) da cientista e militante Angela Davis sobre as diferenças entre a socialização de homens e mulheres, além disso, das diferenças entre a socialização de mulheres negras e mulheres brancas, tendo em vista que os indivíduos socialmente lidos nas categorias: “feminilidade”; “negro”, são colocados no campo da irracionalidade. Desta forma, torna-se mais rigoroso o controle social sobre as mulheres negras.

Devido à divisão sexual do trabalho que designava às mulheres brancas o espaço privado e aos homens o espaço público, as reivindicações feministas que se iniciaram foram por aqueles direitos, que hoje, por exemplo, são considerados “básicos” a todos os cidadãos como: o voto; participação política e na vida pública.

Mesmo que na contemporaneidade as mulheres sintam os impactos da

história no seu cotidiano e que as estruturas de poder, ainda, provoquem dificuldades na atuação das mulheres na esfera pública e política, e também, na igualdade do trabalho doméstico, isso precisou ser conquistado.

“Na virada do século, as manifestações contra a discriminação feminina adquiriram uma visibilidade e uma expressividade maior no chamado ‘sufragismo’, ou seja, no movimento voltado para estender o direito do voto às mulheres” (LOURO, 2003, p. 14-15).

As chamadas *sufrajetes* “promoveram grandes manifestações em Londres, foram presas várias vezes, fizeram greves de fome. Em 1913, na famosa corrida de cavalo em Derby, a feminista Emily Davison atirou-se à frente do cavalo do Rei, morrendo” (PINTO, 2010, p. 1). “Com uma amplitude inusitada, alastrando-se por vários países ocidentais (ainda que com força e resultados desiguais), o sufragismo passou a ser reconhecido, posteriormente, como a ‘primeira onda’ do feminismo” (LOURO, 2003, p. 14-15).

No que corresponde a primeira onda no contexto brasileiro, esta caracteriza-se também pela organização das mulheres e pela luta do direito ao voto. Uma das principais líderes no Brasil foi a cientista e bióloga Bertha Lutz. O voto feminino foi conquistado em 1932 com a promulgação no novo código eleitoral brasileiro. Pinto (2010) evidencia que neste período houve o movimento das operárias de ideologia anarquista reunidas na “União das Costureiras, Chapeleiras e Classes anexas”. Tanto na Europa, quanto nos Estados Unidos e no Brasil, este movimento inicial perde forças a partir da década de 1930 e reaparece fortalecido na década de 1960.

O mote do movimento social era o direito ao voto porque ele continha em si (direta ou indiretamente) relação com todas as outras demandas; porém, ao ser conquistado, fez com que a primeira onda feminista perdesse força e, conseqüentemente, suas outras demandas não fossem mais, de modo relevante, amplamente pautadas (KOLLROSS, 2018). Cabe destacar que, como as vertentes dos feminismos, as ondas, se caracterizam na forma de retrocessos e avanços.

É a partir de um “olhar para trás” que se faz possível avançar. Nesse sentido não existe a sobreposição de ideias, mas, a existência de nuances, tal como as próprias ondas do mar que ao retrocederem não o fazem sem entrar em contato com outras ondas, com areia – aqui podem ser representadas como aspectos da

resistência e empasses sociais - e ao retornar, uma volta mais forte e encorpada, e assim não se finaliza. O que pode acontecer também é o enfraquecimento da onda. Obviamente que existem outros fatores determinantes, sejam eles: a lua e a própria interferência do homem. O importante é saber que a segunda onda retoma as ideias das sufragistas e assim, caracteriza-se como uma onda própria e como própria de singular intensidade.

4.2 A Segunda Onda: o pessoal é político, o privado também é público e o público também é da mulher

A partir da década de 40 as mulheres brancas, de classe média alta, se reuniam para tratar de assuntos relativos à suas vivências enquanto mulheres. Nesse processo as mulheres passaram a perceber que questões muitas vezes entendidas como do âmbito privado, eram comum a todas, e o privado era público.

É nessa segunda fase do feminismo que as mulheres buscam organizar-se para lutar por direitos reprodutivos, pois, aquilo que era entendido como do âmbito do privado, era político e o corpo, o desejo e a sexualidade, tópicos antes ignorados, eram alvo e veículo pelo qual se expressavam relações de poder (MISKOLCI, 2013, p. 22). Portanto, foram mote do movimento as discussões sobre sexualidade; dentre elas sobre as categorias sexo/gênero e suas distinções.

Nessas discussões, os estudos feministas que tratam de sexo e gênero apresentam o sexo: como um dado biológico; e gênero: como uma construção social; um conjunto de características e papéis designados e impostos a pessoa dependendo do seu sexo. Sob esta perspectiva o gênero é a forma como as identidades, e as feminilidades e masculinidades, são construídas social e culturalmente, trata do papel e posição de homens e mulheres na sociedade, de acordo com a conjuntura que se inserem.

De acordo com Kollross (2017) até a segunda onda feminista, o sexo biológico é inato, de base genética e imutável; são os cromossomos XY (masculino) e XX (feminino) que produzem indivíduos que são, respectivamente, “macho” ou “fêmea”. Seria o aspecto natural, a partir do qual as identidades de gênero (de

aspecto sociocultural e histórico) são construídas e representadas: a masculinidade e a feminilidade.

Ainda nesse processo de organização, discussão, produção escrita e de síntese das discussões, surge o livro produzido por Simone de Beauvoir (1949),

‘O Segundo Sexo’ que representou uma tentativa poderosa de entender a construção social do ‘feminino’ como um conjunto de determinações e expectativas destinado a cercear a capacidade de agência autônoma das mulheres (MIGUEL; BIROLI, 2014, p.25).

A partir do entendimento de um indivíduo “não essencialista”, dentro da filosofia existencialista a autora escreveu seu livro de referência, um marco do desenvolvimento da segunda onda feminista (KOLLROSS, 2017, p. 7).

No livro a autora indaga questões como a do “eterno feminino” em que, esta construção social do feminino, coloca a mulher em uma situação socialmente e culturalmente pré-determinada, onde existe uma opressão e exigência para o cumprimento com papéis e funções. É socialmente presente construção ao entorno do “ser mulher” e a função da fêmea, ou seja, a de reproduzir, possuir órgãos, como útero e ovários, não é suficiente para definir o que é uma mulher. Em sua obra, produz a reflexão de que para designar os seres humanos é usado a palavra “homens”. Compreende a relação dos dois sexos como a de dois pólos onde a mulher aparece como o negativo, de modo que toda determinação lhe é imputada como limitação, sem reciprocidade.

Em sua obra Beauvoir (1949) explicita que por mais longe que se remonte na história, as mulheres sempre estiveram subordinadas ao homem: sua dependência não é consequência de um evento ou de uma evolução. A mulher sempre foi, senão a escrava do homem ao menos sua vassala; os dois sexos nunca partilharam o mundo em igualdade de condições e evidencia que economicamente, homens e mulheres constituem como que duas castas; em igualdade de condições, os primeiros têm situações mais vantajosas, salários mais altos, maiores possibilidades de êxito que suas concorrentes “recém-chegadas” – dada a integração *a posteriori* das mulheres na indústria.

Ocupam na indústria, na política etc., maior número de lugares e os postos mais importantes. Além dos poderes concretos que possuem, revestem-se de um

prestígio cuja tradição a educação da criança mantém: o presente envolve o passado e no passado toda a história foi feita pelos homens. Desta forma, compreende uma obra de grande importância para se entender não só as formas, mas também, as origens da opressão das mulheres.

No que corresponde às origens da opressão do feminino, pode-se remontar a produção acerca do conceito de patriarcado. A aproximação das feministas com o movimento proletário e socialista, mesmo que no início de forma marginal, tendo em vista que as mulheres não tinham igualdade em relação aos homens dentro do movimento, deram-se principalmente a partir da obra de Friedrich Engels (1884). A mulher junto com as propriedades, “os bens”, compreendida como do homem. Segundo Miguel e Biroli (2014, p.23) “é impossível negar o impacto que uma obra como A origem da família, da propriedade privada e do Estado, de Engels, teve para vincular a organização da esfera doméstica à sociedade mais ampla”.

Existem várias autoras feministas que tratam do tema patriarcado, que nos dias atuais, pode auxiliar na compreensão das múltiplas facetas da dominação masculina (PATEMAN, 1988). Para a autora, é necessário haver um cuidado para não se deslizar facilmente para a obscuridade, sob as categorias convencionais da análise política e por este motivo, o patriarcado seria um conceito a não ser descartado. Na concepção de Jean Bethke Elshtain (1981); Susan Moller Okin (1989) e Nancy Fraser (1997) o patriarcado é entendido como sendo apenas uma das manifestações históricas da dominação masculina. Segundo Fraser (1997) os arranjos matrimoniais contemporâneos configuram-se mais como uma “parceria desigual”; a qual, ainda de acordo a autora, seria marcada por uma maior vulnerabilidade das mulheres. Desta forma, existe a substituição de relações de subordinação direta de uma mulher a um homem, que seriam próprias de um patriarcado histórico, por estruturas impessoais de atribuição de vantagens e oportunidades.

No que corresponde construção sócio histórica do Brasil, esta é alicerçada sobre bases rigidamente patriarcais (SAFFIOTI, 1979), em que a mulher até então teve o dever de ser submissa ao homem, inferiorizada numa relação de poder estabelecida socialmente. O pensamento científico, a cultura e as relações sociais que permeiam a sociedade patriarcal, são elementos que constituem o processo de

subordinação de gênero, tanto na vida privada quanto na vida pública. Foi observado pelas mulheres pertencentes a esse movimento que estavam sempre atreladas a função reprodutiva, tendo sua capacidade explorada. A influência das teorias marxistas no feminismo culmina no surgimento a apropriação da teoria do Patriarcado no Brasil.

As feministas da segunda onda mostram que, apesar de todas as diferenças entre todas as mulheres do mundo, ainda há algo que une a todas: a opressão baseada no sexo, e ainda, por meio de uma reflexão mais aprofundada, uma opressão sobre aquelas que se identificam como mulheres e que são reconhecidas amplamente como mulher, tendo este como seu grupo de pertencimento.

4.3 A Terceira Onda: orientação sexual e a identidade *queer*

É principalmente a partir da terceira Onda dos Feminismos que as identidades de gênero passam a ser reconhecidas não mais como meros incrementos dos sexos biológicos, sendo a partir do que infere-se de que não há porque termos, necessariamente, apenas duas identidades de gênero. Não só o entendimento de que macho-fêmea não correspondem, obrigatória e respectivamente, a masculino-feminino, pênis-vagina, produção-reprodução; mas, também, identifica-se a possibilidade de muitas e diversas identidades, tendo em vista que as próprias masculinidades e feminilidades são variadas e mutáveis. Busca-se a desconstrução do mimetismo entre sexo e gênero, ou a condicionalidade de um a outro; o qual, já foi problematizado por Thomas Laqueur (2001) em sua obra “Inventando o Sexo”, em que aborda a formulação de que as relações sociais de sexos não são a-históricas, dado este que rompe com qualquer perspectiva naturalista ou biologizante. Além disso, explicita que havia o entendimento, desde a Antiguidade até a Renascença, da existência de um único sexo, o masculino. A mulher era tida como a “versão imperfeita” dentro do modelo de dois sexos, o qual apenas aparece no século XVII, a partir do qual passou a considerar homens e mulheres como radicalmente diferentes e complementares.

É na terceira Onda Feminista em que as discussões sobre sexualidade são efetivamente aprofundadas e desenvolvidas, mesmo, dentro do foco principal; ou seja, foi a partir de então que a orientação sexual passa a ser mais tematizada e problematizada. Enquanto as mulheres (como grupo de pertencimento político, organizado em movimentos sociais) foram às ruas, ocuparam espaços públicos, criaram grupos de apoio, publicações, etc., as chamadas “minorias sexuais”¹² também realizavam um movimento semelhante.

Cabe destacar a importância na história da sexualidade, principalmente na contemporaneidade, do significado do advento da Aids: apresentada, inicialmente, como o “câncer gay”, a doença teve como um primeiro efeito, imediato, que foi o de renovar a homofobia presente nas sociedades, intensificando a discriminação já usualmente demonstrada por certo setores sociais. O que culminou, como reação, no surgimento de redes de solidariedade e, também, na criação de alianças baseadas não necessariamente na identidade, mas sim no sentimento de afinidade que unia todos àqueles sujeitos atingidos de forma direta e indireta pela doença. A identificação acontece não apenas por meio de estereótipos e características físicas, mas, também, pelo sofrimento, pelo preconceito e discriminação sofridos a partir das vivências relacionadas às orientações sexuais que fogem aos padrões da heteronormatividade.

A partir da segunda metade dos anos 1980, no Brasil, foi possível discutir muito mais a sexualidade em várias instâncias sociais. Por essa época, se haviam ampliado consideravelmente os grupos de ativistas gays e lésbicas no Brasil. Alguns grupos homossexuais permaneciam lutando por reconhecimento e legitimação por meio da união legalizada, adoção de filhos, direitos de herança, entre outros. Outros grupos, ainda, não estavam engajados prioritariamente nessas reivindicações de inclusão social, mas se preocupavam em desafiar as fronteiras tradicionais entre gênero e sexualidade. Ainda hoje, existe uma busca pela desconstrução das dicotomias entre os campos do masculino-feminino; homem-mulher; heterossexual-homossexual. Conforme explicita Derrida (1991), a nossa linguagem opera em

¹² Minoria não tem o sentido de quantidade, mas de atribuição social de valor. Refere-se àqueles grupos sociais que são denominados como minorias sob a ótica dominante.

binarismos, de forma que o hegemônico só se constrói em uma oposição necessária a algo inferiorizado e subordinado; sendo assim, a estrutura normativa é a masculina e heterossexual, em oposição ao feminino e não-heterossexual.

As orientações sexuais podem ser minimamente categorizadas como: a) heterossexual – corresponde a relação afetiva e do campo da sexualidade (atração; paixão) em que um “sexo oposto” ou “identidade de gênero oposta” estabelece relação com o outro (mulher-homem; está relacionado a oposições binárias); b) homossexual – corresponde a relação afetiva e do campo da sexualidade (atração; paixão) em que é estabelecido relação com uma pessoa “do mesmo sexo” ou “mesma identidade de gênero” (mulher-mulher; homem-homem); c) bissexual: corresponde a relação afetiva e do campo da sexualidade (atração; paixão) em que pode ser estabelecido relação com pessoa dos “dois sexos” ou “duas identidades de gênero” (mulher-mulher-homem; mulher-homem-homem).

Uma analogia válida seria a de que todas as orientações sexuais estariam em uma régua, onde nas extremidades estão as categorias máximas (construções abstratas): de um lado, a heterossexualidade e, de outro, a homossexualidade e, entre eles, no meio absoluto, estaria a bissexualidade; e, em gradações infinitas entre esses marcos, todas as outras variedades de orientações sexuais (KOLLROSS, 2017).

Há grupos que não se contentam em atravessar as divisões, mas decidem viver a ambiguidade da própria fronteira. Sujeitos que, deliberadamente, inscrevem em seus corpos, suas roupas, seus comportamentos e atitudes os signos masculinos e femininos, buscando os embaralhar, afirmando-se propositalmente como diferentes, estranhos, *queer* (LOURO, 2009, p. 33).

Primeiro entendido como “estranho” ou “esquisito”, o termo *queer* foi amplamente utilizado como forma pejorativa de identificação da pessoa não-heterossexual. No português-brasileiro, equivalente em tradução livre a termos como “viado”, “bicha”, “sapatão”, que visam não só identificar o sujeito não-heterossexual mas, também, marcar uma posição socialmente marginalizada. Alguns ativistas, como forma de subverter essa lógica e reafirmar a sua identidade, assumem o termo *queer* de forma orgulhosa e afirmativa; e, desta forma, o termo *queer* indica um movimento, uma inclinação. Supõe a não acomodação, admite a ambiguidade, o

trânsito, o “estar-entre”, sinalizando uma disposição, um modo de ser e de viver (LOURO, 2009).

O termo funcionou, também, como uma espécie de expressão “guarda-chuva”, que servia para acomodar todos os desviantes da sexualidade tida como “normal”; sendo, assim, uma expressão que reunia o conjunto dos excluídos da posição sexual dominante – a heterossexualidade. A heteronormatividade caracteriza-se como um conjunto de prescrições que fundamenta processos sociais de regulação e controle (MISKOLCI, 2009); o que é diferente do processo de “heterossexualidade compulsória”, a qual pode ser entendida como a naturalização da orientação sexual heterossexual do ser social, já desde o seu nascimento. “Brincadeiras” deste conteúdo são feitas pelos adultos desde a tenra idade como, por exemplo, quando uma criança (menino) é afetuosa com outra (menina), “olha só, ele será seu namorado”; mas o mesmo não é feito quando a identidade de gênero é a mesma (menina-menina; menino-menino), pois existe o entendimento de que a heterossexualidade é o natural.

Já a heteronormatividade não se refere apenas aos sujeitos legítimos e normalizados, mas é uma denominação contemporânea para o dispositivo histórico da sexualidade que evidencia seu objetivo: formar a todos para serem heterossexuais, ou organizarem suas vidas a partir do modelo supostamente coerente, superior e “natural” da heterossexualidade (MISKOLCI, 2009). Desta forma, aqueles sujeitos compreendidos como desviantes sofrem os impactos, pois representam a diferença que não quer ser integrada; uma diferença constituída por sujeitos que se colocam contra a normatização, venha de onde vier. Colocam-se contra a evidente normatização da chamada sociedade “mais ampla” e, também, contra a normatização que se faz no contexto das lutas afirmativas das identidades com valor social minoritário.

4.4 A Quarta Onda: a interseccionalidade

É a partir do reconhecimento da identidade que surgem os chamados de “novos movimentos sociais”, os quais têm como objetivo garantir que a diferença

não seja condição de submissão, tendo em vista que, por meio de uma determinada classificação (pautada nos marcadores sociais), alguns grupos foram historicamente excluídos dos processos. Existe certo grau de referência, por exemplo, tratando-se do masculino, sendo a mulher “o outro” e, o masculino, a referência.

As identidades de gênero, inclusive, ao serem reconhecidas como uma das principais variáveis por meio das quais os indivíduos entendem a si mesmos – em seu processo de construção identitária (junto com o sexo biológico e a orientação sexual) –, devem ser entendidas além do estabelecimento de diferenças, por meio da negação dos termos, como se o “eu” fosse naturalmente o que o “tu” não é, e vice-versa (ou seja, se desse pela mera afirmação do “eu” pela negação do “tu”). Antes, eu devo escolher “em que” eu sou igual ou diferente e, a partir de então, em relação a quem serei igual e, só assim, em relação a quem serei diferente (KOLLROSS, 2017).

Tal processo está presente, em suas nuances, em muitas das construções da interseccionalidade, a qual é um recurso que foi um legado importante da teoria *queer*; a qual, como já tratado na presente pesquisa, desde a década de 1980 aborda a importância da orientação sexual (além do sexo biológico e da identidade de gênero) para os processos de construção identitária. Relacionada originalmente aos estudos de gênero, abriu possibilidade para a ideia de que a constituição dos sujeitos se dá por meio da sobreposição dos diferentes modos de silenciamento, a partir de características e vivências compartilhadas.

O termo foi traduzido na academia brasileira há mais ou menos uma década, associado à ideia de Kimberlé Crenshaw (2002), em um primeiro momento com o seu texto *“Demarginalizing the Intersection of Race and Sex: A Black Feminist Critique of Antidiscrimination Doctrine, Feminist Theory and Antiracist Politics”*, publicado em 1989. Busca a superação do feminismo compreendido como “elitista”, em que as protagonistas eram prioritariamente as mulheres brancas, ricas ou de classe média, heterossexuais¹³ e cisgêneras¹⁴. São integradas as discussões das

¹³ Relacionam-se de forma afetiva a pessoas com identidade de gênero ou sexo oposta.

¹⁴ Pessoas que identificam-se com o “sexo biológico”; excluem-se as pessoas transgêneras

mais diversas e variadas composições das identidades, sendo alguma delas: gênero, classe social, raça, sexualidade, deficiência, entre outros.

Cabe destacar que, mesmo sem a utilização do termo interseccionalidade, as cientistas e feministas negras, ao longo dos séculos, apontam a necessidade de se olhar o feminismo sob esse aspecto, ao compreender que as ondas anteriores (de forma prioritária e exclusiva), desconsideram como as clivagens sociais e de raça se expressam em desigualdades para as mulheres negras. Dentre as autoras que se destacaram estão os nomes de Audre Lorde, Bell Hooks, Angela Davis, Patrícia Collins e Lélia Gonzalez.

A interseccionalidade é uma conceituação do problema que busca capturar as consequências estruturais e dinâmicas da interação entre dois ou mais eixos da subordinação (CRENSHAW, 2002). A interseccionalidade oferece ferramentas analíticas para apreender a articulação de múltiplas diferenças e desigualdades (PISCITELLI, 2008). A adoção da “interseccionalidade”, a partir de uma via analítica, compõe uma forma de se olhar diferente o processo de construção identitária. Sobre o “quê se é”, a partir do reconhecimento de diferentes componentes da identidade e, mais que isso, entendendo que esses diferentes componentes são em si, permeados por clivagens; pois, “o que se é” não é um dado *a priori*, faz parte de uma dada conjuntura sociocultural, histórica, política e, portanto, é permeado por relações de poder.

Dado isso, os marcadores sociais possuem significados. As mulheres que têm na composição da sua identidade as características, por exemplo, de negra, pobre, lésbica e transgênera, em uma perspectiva sociocultural, estão mais afastadas dos padrões normalizados e do sistema social de privilégios que é masculino, branco, rico, heterossexual e cisgênero; a partir do que, tendem a estar mais à margem do que ao centro de poder e privilégios e, conseqüentemente, estão mais expostas às vivências das desigualdades, de preconceitos, discriminação e violência. Como explicita a autora Angela Davis (1944), o processo de socialização e de educação das mulheres negras é diferenciado das mulheres brancas.

Ao longo da explanação sobre as diversas ondas feministas, pode-se vislumbrar que as mulheres negras já ocupavam espaços de trabalho, enquanto as mulheres brancas ainda lutavam por sua integração. Estas diferenciações passam a

ser levadas em conta, tendo em vista que é preciso haver uma reparação do ponto de vista econômico, social e cultural por conta das perdas, onde se evidencia que nesse processo, historicamente, as mulheres negras têm estado na “base da pirâmide social”.

Na sociedade brasileira, notoriamente perpassada pelo racismo de cor, a abordagem interseccional evidencia marcadores ignorados de gênero e sexualidade. Historicamente, a “ideologia do branqueamento” tinha como propulsor um casal idealizado como um homem branco e uma mulher mulata; ou seja, de forma a manter a associação implícita entre raça branca e masculinidade. Assim, as representações e práticas da sociedade brasileira, além de racistas, revelam-se também machistas e homofóbicas, pois se fundamentam em uma visão biológica da nação como produto de relações heterossexuais, que se dariam dentro de um padrão prescrito para formar cidadãos homens, brancos e heterossexuais.

Uma das principais mensagens disseminadas pelo movimento feminista interseccional é a de que a luta feminista deve ser, também, por transformações que levem à sociedades mais justas do ponto de vista de suas estruturas econômicas, sem perder de vista as especificidades de gênero. No que tange ao feminismo negro, este permitiu o avanço na compreensão dos mecanismos de reprodução das desigualdades, justamente ao exigir que a igualdade de oportunidades entre homens e mulheres não correspondesse a um silêncio sobre as mulheres que compartilham, com os homens que estão na “base da pirâmide social”, as desvantagens decorrentes de sua posição de raça e de classe (MIGUEL; BIROLI, 2014).

São diversas as disciplinas que compõem a análise dessa realidade, pois a interdisciplinaridade é um fator essencial para a compreensão das origens e formas de expressão da opressão e da submissão feminina. A categoria “gênero” é central na teoria feminista e, em uma perspectiva interseccional, se relaciona com outras categorias que perpassam o processo de construção identitária das pessoas, dentro de uma determinada malha social.

5 OS PROCESSOS DE CONSTRUÇÕES IDENTITÁRIAS

A identidade é o que posiciona o sujeito no social por meio de representações sociais; para Tomaz Tadeu da Silva (2000), em uma primeira aproximação de “identidade”, ela é simplesmente aquilo que se é. A identidade assim concebida parece ser uma positividade, em uma perspectiva kantiana, ela é vista como uma “essência imutável do ser”, uma característica independente ou um fato autônomo tal qual um substancialismo; ou seja, a afirmação da existência de uma substância ou realidade autônoma independente da percepção ou conhecimento de sua existência pelos sujeitos. Por meio desta perspectiva, a identidade só teria como referência a si própria. Esta forma de pensar sobre a identidade não a considera como uma construção, um processo, mas algo já dado *a priori* na constituição dos sujeitos.

Esta perspectiva reflete uma tendência a tomar aquilo que somos como a norma, a partir da qual descrevemos ou avaliamos aquilo que “não somos”, desta forma, tem-se uma identificação com aquilo que é semelhante e uma exclusão do diferente, uma essência e uma diferença imutáveis. No entanto, as identidades são construídas por meio dos sistemas simbólicos e sociais que, segundo Kathryn Woodward (2000), adquirem sentido por meio da linguagem e dos sistemas simbólicos pelos quais elas são representadas. Estes sistemas simbólicos e sociais se constroem e são permeados por relações de poder.

Existem grupos de pertencimento que buscam reforçar o sistema de privilégios por meio de uma justificação ontológica, na identificação de sua natureza em comum com os demais na tentativa de uma essencialização. O sistema de privilégios é estruturado por meio de marcadores sociais, o poder econômico, político e social é expresso majoritariamente na sociedade como masculino, heterossexual¹⁵, cisgênero¹⁶, branco e rico. O que justifica a posição de poder deste grupo é o dado como sendo “*a priori*” e com isso, tem o efeito de naturalização¹⁷ da

¹⁵ Por meio da heteronormatividade, conceito que será mais bem trabalhado nos próximos capítulos.

¹⁶ Identidade de gênero que corresponde ao sexo biológico.

¹⁷ Naturalização do privilégio é um fenômeno que permite que a maioria hegemônica, bem como as próprias minorias, muitas vezes, aceitem os privilégios que possuem os membros dos grupos

posição, pois o estado é “*a histórico*”, é o “normal”. Um dos sistemas regulatórios e normativos estruturados na sociedade são os baseados em construções dos sistemas sexo/gênero. Judith Butler (1993) compreende que esses sistemas estão em processo de construção e não estão dados “*a priori*.” A autora elabora uma crítica ao que a psicanálise lacaniana nomeia como “assunção” dos sujeitos no processo de identificação com determinado gênero, pois, é a partir deste sistema sexo/gênero que os sujeitos podem pensar sobre suas identidades, em específico na sua identidade de gênero. (algo que, por sua vez, não é exclusivamente um processo reflexivo, ou de total compreensão do “eu”).

Os sujeitos, desde a mais tenra idade, passam – por meio do contato com o real, da experiência e da linguagem – a apreender e, até mesmo, a identificar-se com determinados sistemas simbólicos e sociais. Cabe destacar que muitas dessas identificações, em um primeiro momento, são determinadas e que o processo de construção identitária perpassa, também, os processos de significação.

De acordo com Silva (2000), os signos que constituem a linguagem não têm qualquer valor absoluto, não fazem sentido se considerados isoladamente. Os signos são representações e não o objeto e/ou coisa material; sendo o real impossível de ser representado, “a coisa tal como ela é” é apenas possível à abstração do real, a interpretação. Por este motivo, muitas vezes, uma realidade quando interpretada é tida como “o fato em si”; porém, este é apenas o signo e representação daquilo que “não se é”. É possível uma exemplificação por meio das justificativas biológicas que são tomadas enquanto “verdades”, ou pode-se dizer, como naturais, ou como “o fato em si”. Por meio desta perspectiva, pode-se dizer que elas também são formas de interpretação e de posicionamento do real – “identidade e diferença não podem ser compreendidas, pois, fora dos sistemas de significação nos quais adquirem sentido” (SILVA, 2000, p. 78).

Em si mesmo a sexualidade, a identidade de gênero de outra pessoa ou grupo, não tem valor. Na relação com “o outro” existe a busca por uma justificação

que detêm o poder (brancos, ricos, homens, heterossexuais, cristãos, não possuidores de nenhuma característica física que fuja á norma), como se o privilegio fosse algo naturalizado. Não há sequer a percepção de que existe enquanto tal, muito menos a intenção de lutar contra ele (BAIBICH, 2012, p. 50).

ontológica e com isso, a manutenção do sistema de privilégios, o que justificaria a posição de alguns sujeitos pertencentes aos grupos dominantes. Estes buscam fortalecer a substancialização de essências a partir de um processo de disputa. Nesse processo, as identidades daqueles indivíduos considerados desviantes, abjetos e que não se encaixam na “norma” são invisibilizadas. A norma precisa ser estabelecida a partir de uma hegemonia e por isso se desdobra em um sistema de privilégios e estrutura-se não apenas nas instituições que reproduzem esta hegemonia (Estado, escola, igreja, demais instituições sociais), mas também, de forma capilarizada.

O poder que se estabelece nas relações interpessoais, ou grupais não é personificado por um “poder soberano”. O “normal” é naturalizado, como algo dado *a priori* e reproduzido pelas instituições e reforçado nas “relações entre si”. Nas relações entre si, ele torna-se mais potente, pois, não é facilmente identificável. A sutileza desta forma de “micropoder” (FOUCAULT, 1989) faz com que os corpos e comportamentos se ajustem aos sistemas normalizadores. Essa forma de reprodução do poder das instituições produz assimetrias e fortalece os padrões normalizadores. “O privilégio Branco, masculino, rico e cristão, em nossa sociedade, se dá em todo o tecido social e, por ocorrer desde sempre, passa a constituir no pensar/sentir, tanto dos privilegiados quanto dos vitimados por ele” (BAIBICH, 2012, p. 75), não é sequer conhecido mais como existente, faz parte do processo de naturalização e reprodução do sistema de privilégios, processos disciplinadores dos corpos e normalizadores dos comportamentos.

A identidade e a diferença são duas categorias relacionais na medida em que os sujeitos criam e apreendem signos para que seja possível o reconhecimento das coisas e, também, o reconhecimento de si; bem como, a diferenciação de si com relação aos outros e, conseqüentemente, de sua identificação ou não identificação. “O signo carrega sempre não apenas o traço daquilo que ele substitui, mas também o traço daquilo que ele não é, ou seja, precisamente da diferença” (SILVA, 2000, p. 79).

Nos processos subjetivos dos sujeitos, a criança quando nasce, identifica-se como uma extensão da pessoa cuidadora. A partir do momento em que esta entra em contato com a linguagem, se reconhece como agente de transformação das

coisas e, inclusive, passa a compreender e a criar significado para as coisas e para si mesma, passa a constituir-se como ser um independente. A compreensão dos significados perpassa por estruturas simbólicas e sociais que estão em contínuo processo de construção e desconstrução. Muitas dessas estruturas, como por exemplo a da heteronormatividade (ou do sistema sexo/gênero), fazem com que quando descoberto o sexo da criança (mesmo que ainda na barriga da mãe), que conseqüentemente a criança está identificada com elementos que compõem os campos das masculinidades ou feminilidades, bem como, de sua orientação sexual.

Isso pode ser exemplificado por meio dos eventos festivos contemporâneos denominados de “chás revelação”, em que se apresenta para familiares e amigos qual será o sexo do bebê, se este for “menino” (por possui um órgão genital masculino, ou cromossomo XY) a festividade, o recheio do bolo torna-se da cor azul. As roupas e os brinquedos comprados, antes mesmo do nascimento, são aqueles entendidos como da cor e do campo das masculinidades. A categoria “sexo”, desde o início, torna-se normativa e, desta forma, é explicitado o ideal regulatório conceituado por Butler (1993).

Nesse processo, também é percebido que a subjetividade é um dos elementos importantes para as construções identitárias, tendo em vista por meio que desta sugere a compreensão que temos sobre o nosso “eu”. São pensamentos e emoções conscientes e inconscientes que constituem nossa concepção sobre “quem somos nós” (WOODWARD, 2000, p. 2). Essa vivência da subjetividade se dá em um contexto social no qual a linguagem e a cultura dão significado à experiência que temos de nós mesmos, e na qual nós adotamos uma identidade. Nesse processo de “adoção da identidade” as relações de poder estão intrínsecas a esse, pois, algumas defesas podem ser adotadas, como a “assimilação”¹⁸ o “aborto de si”¹⁹ e a “atitude antiálgica”²⁰ na tentativa de proteger-se frente as violências que os

¹⁸ Mecanismo de sobrevivência, tentativa de negação ou mimetização de partes próprias, gera o esfacelamento da identidade, gera um esfacelamento da identidade (BAIBICH, 2012, p. 90).

¹⁹ Apagamento da memória que vincule o indivíduo ao seu grupo retira dele a própria condição de ser (BAIBICH, 2012, p. 90)

²⁰ Atitudes com a intenção de evitar a dor provocada por ser o que se é (BAIBICH, 2012, p. 93).

sujeitos possam a vir sofrer por ser quem são e por subverterem os sistemas normalizadores.

Nessa compreensão subjetiva sobre quem “sou eu”, os sujeitos passam a perceber o que é semelhante ao outro. É preciso que os sujeitos se reconheçam “no outro”, e é necessário dar um significante àquilo que se apresenta como semelhante e não-semelhante. É por meio do reconhecimento da diferença, e no entendimento que a possibilidade de reconhecer a si mesmo se dá por meio daquilo que reconheço como sendo igual e, também, como sendo diferente, é que se dá um dos elementos para o processo de construção identitária: “as identidades são fabricadas por meio da marcação da diferença” (WOODWARD, 2000, p. 40). Essa marcação da diferença ocorre tanto por meio de sistemas simbólicos de representação quanto por meio de formas de exclusão social; sendo assim, a identidade, tal como a diferença, é uma relação social (SILVA, 2000, p. 81).

É existente uma variedade de significados nos mais diversos discursos sobre a diferença. Algumas autoras buscaram olhar a diferença sob um aspecto analítico, esta na relação das construções identitárias, ou seja, diferença enquanto uma categoria analítica. De acordo com Joan Scott (1980), diferenças não são aspectos univocamente estabelecidos e reconhecíveis, sendo que para ela, é necessário evitar a armadilha de tomar como dadas as diferenças e, ao contrário, tornar visíveis os processos sociais que as criaram. A autora explicita que a diferença é o resultado da “designação do outro, que distingue categorias de pessoas a partir de uma norma presumida (muitas vezes não explicitada)” (SCOTT, 1988, p. 297). Compreende-se, então, a existência de processos normalizadores que são permeados por relações de poder; sendo assim, a diferença passa a ser usada como um dos marcadores da hierarquia e, a partir deles, em modos de opressão.

Para Richard Miskolci (2007) há várias formas de se compreender as diferenças, sendo que a mais conhecida associa às vivências de desigualdades e injustiças que caracterizam grupos socialmente marcados como inferiores, anormais ou abjetos.

Na concepção da autora Avtar Brah (1996), a diferença pode ser conceituada de quatro maneiras, sendo elas: a) diferença como experiência; b) diferença como relação social; c) diferença como subjetividade e d) diferença como identidade. Na

diferença como experiência são privilegiadas as experiências das mulheres com forças sociais e psíquicas que constituem a “fêmea” em “mulher”, que passam a ter voz por meio de um movimento organizado ou coletividade. As experiências em comum são partilhadas e explicitadas.

Sobre a diferença como relação social a autora se refere à maneira como a diferença é constituída e organizada em relações sistemáticas através de discursos econômicos, culturais, políticos e práticas institucionais. Além disso, sublinha a articulação historicamente variável de micro e macro regimes de poder, dentro dos quais modos de diferenciação tais como gênero, classe ou racismo são instituídos em termos de formações estruturadas. Pode ser entendida como as trajetórias históricas e contemporâneas das circunstâncias materiais e práticas culturais que produzem as condições para a identidade de grupo.

A autora explicita que a diferença como subjetividade consiste em uma revisão crítica da teoria psicanalítica revisão que elimine seus pressupostos heterossexistas e eurocêtricos de forma a criar uma nova topografia psíquica capaz de lidar de forma mais sofisticada com a variabilidade humana (MISKOLCI, 2007). Por fim, a autora compreende a diferença como identidade enquanto um desafio para a análise sociológica contemporânea, pois promove uma articulação entre as diferenças como experiência, relação social e subjetividade.

A diferença está sujeita às relações de poder e, por este motivo, está em constante processo de disputa na sociedade. Essa é uma disputa por recursos simbólicos e materiais, onde estão postos os diversos interesses dos inúmeros grupos sociais, hierarquicamente situados por conta do modo de produção em que vivemos, e dos sistemas simbólicos e sociais que implicam na vida social dos sujeitos. Esses estão previamente determinados por ideais normativos, cujos diferentes interesses caracterizam-se na busca pela garantia de acesso privilegiado aos bens e serviços sociais.

Dentre as marcas da presença do poder estão os ideais regulatórios, os sistemas de classificação dos grupos e sujeitos, bem como, os sistemas de exclusão e inclusão e a busca por normalização. Segundo Silva (2000, p. 82), “o processo de classificação é central na vida social. Pode ser entendido como um ato de

significação pelo qual dividimos e ordenamos o mundo social em grupos, em classes”.

Um das formas mais importantes de classificação são as binárias e, de acordo com Derrida (1991), estas não expressam uma simples divisão do mundo, pois um dos termos é sempre privilegiado, recebendo um valor positivo, enquanto o outro recebe uma carga negativa. A partir deste entendimento compreende-se que o homem é o masculino, positivo e neutro, enquanto a mulher é o feminino, o outro e negativo. Para o autor, não existe uma natureza, apenas efeitos de natureza que são constituídos em processo de desnaturalização ou naturalização; sendo assim, isto não é um dado essencial, porém, construído.

Para falar sobre essa construção cabe resgatar as reflexões da pensadora francesa do século XX (1960-1980) existencialista, Simone de Beauvoir. Esta tem como um de seus objetivos desmistificar os fatos e ou pressupostos que justificariam a existência de uma essência feminina. Acerca das tentativas biológicas, materialistas e psicanalistas, a autora enfatiza que busca-se “provar” a essência, mas nenhum deles consegue explicar o porque da opressão/subordinação da mulher na sociedade. No que trata da relação entre o binarismo acerca dos dois sexos, a autora enfatiza que não se trata meramente de duas eletricidades, de dois polos: o homem representa, a um tempo, o positivo e o neutro, a ponto de historicamente ser utilizado o termo “os homens” para designar os seres humanos.

A mulher aparece como o negativo, de modo que toda determinação lhe é imputada como limitação, sem reciprocidade. Na contramão de uma busca pela essência da mulher o existencialismo compreende o “vir a ser”, onde, o mundo e as coisas estão em constante mutação; nada é, as coisas estão. Como sinalizado por Jean-Paul Sartre (1943) “a existência precede a essência”.

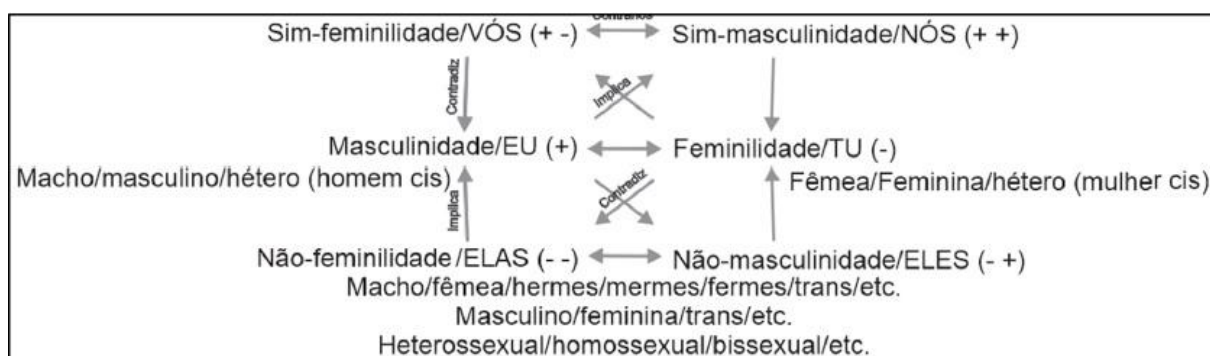
No âmbito do *ciberespaço* muitos são os movimentos e tentativas do retorno e da busca de um eterno feminino. São imensos os desafios vivenciados, por exemplo, pelas mulheres *gamers* que a todo o momento são destituídas desse lugar, dessa identidade, pois, este lugar estaria reservado exclusivamente aos homens. Outro exemplo são as postagens e os comentários do *Facebook*, o qual está sendo tratado neste trabalho, onde diversos grupos buscam reforçar nessa plataforma concepções acerca das identidades essencialistas, como algo inerente e imutável.

Nesta perspectiva, aos homens cabem comportamentos, ações, *performances* que estão relacionadas ao campo das masculinidades e, às mulheres, ao campo das feminilidades.

Na atual conjuntura sociocultural e histórica, “masculinidade” tem valor positivo e “feminilidade” tem valor negativo. O sufixo “dade” é utilizado como garantia do entendimento da classificação de “feminino” e “masculino”, enquanto conceitos em movimento, buscando transmitir a ideia de “estado, situação ou ainda processualidade” (KOLLROSS, 2018, p. 1), como a já demonstrada neste texto enquanto o entendimento dos teóricos pós-estruturalistas. Desta forma, a autora exemplifica que a ideia do que é “ser homem” e do que é “ser mulher” é consequência de como as variáveis se relacionam entre si e, ainda, como são estabelecidos “os contrários” e, mais ainda, de como eles se relacionam com seus “subcontrários”.

Compreende e reforça o entendimento neste trabalho que tal ato não é desinteressado – sendo necessário, todavia, um terceiro para que seja possível estabelecer o seu igual e, então, o seu diferente – e, para tanto, a autora apresenta a proposta de releitura de um “quadrado semiótico”, como recurso visual e de entendimento dos modos de articulação de termos dicotômicos, em sua processualidade. Concebe o estado relacional de masculinidades e de feminilidades, entendendo que “masculinidade e feminilidade são construídas, sempre em relação uma com a outra” (KOLLROSS, 2018, p. 2).

Figura 8 - Representação do quadrado semiótico a partir da Teoria *queer*



Fonte: Nicole Kollross (2018).

Por meio desta perspectiva o conceito de identidade pode ser visto enquanto não-essencialista, ou seja, não dado *a priori*, mas sempre *a posteriori*, construída conjuntamente. Toma-se como pressuposto teórico o que foi elucidado pela autora. No processo de construção identitária a diferença entre dois, apenas, não é possível, é preciso de um terceiro e de tantos outros que se caracterizam nas mais diversas formas de performatividade (BUTLER, 1993). O quadro representa os modos de construção das feminilidades e masculinidades na atualidade os quais, em si mesmos, manifestam algumas das relações de poder da conjuntura em que são produzidos, com suas consequentes categorizações e hierarquizações (KOLLROSS, 2018).

Quando uma identidade específica é socioculturalmente eleita e entendida como parâmetro tem-se um processo normalizador. Na conjuntura atual, há a tendência das masculinidades serem tidas como o parâmetro do que é natural e desejável, e as “feminilidades” como iminentemente alteridade. A produção da identidade se dá por meio de processos que tendem a fixá-la, e outros processos que buscam subvertê-la (KOLLROSS, 2018).

A mulher, o “feminino” como alteridade, “o outro” (BEAUVOIR, 1949). Na tentativa de entender a identidade de gênero como essencial e natural é existente o recurso à sua biologização e a-historização. Apesar da existência da hegemonia de um padrão normalizador é também presente o movimento da busca pela subversão. Isso demonstra a existência de tensões entre as perspectivas essencialistas e não essencialistas acerca das identidades.

Sendo assim, o que configura a identidade? Pode-se dizer que ela é relacional, ou seja, é a partir de “algo de fora dela” que pode se estabelecer relação. Ela é marcada pela diferença. É marcada por símbolos, onde o símbolo que a pessoa adota – ou mesmo, é reconhecida nas relações sociais – é parte daquilo que a demarca como pessoa pertencente a um grupo e/ou a uma identidade. É permeada por relações de poder e estrutura-se por meio dos sistemas simbólicos e sociais construídos, havendo uma estrutura hegemônica, normalizadora, mas que também, tem potencial de ser subvertida.

Os discursos de ódio direcionados as identidades abjetas, desviantes, representam os saberes construídos por meio desses sistemas simbólicos e sociais

e reproduzidos por meio do micropoder. As práticas de naturalização da violência; da banalidade do mal (ARENDR, 2016) reforçam e reproduzem o sistema de privilégios, impactam de forma material – recursos materiais, financeiros, o acesso a cultura, lazer e qualidade de vida; e subjetiva – aceitação da identidade, auto estima e qualidade de vida; os sujeitos *queer*²¹.

Todas as práticas de significação que produzem significados envolvem relações de poder, incluindo aquele que é excluído e aquele que é incluído. É a partir do reconhecimento das relações de poder e da existência de tensões entre diferentes pensamentos que os sujeitos, por meio dos movimentos sociais, buscam a afirmação de suas identidades; tanto no sentido de seu reconhecimento, na luta pela não exclusão e não marginalização destes grupos, quanto no acesso aos bens socialmente produzidos.

²¹ Este termo será mais bem trabalhado no próximo capítulo. Significa sinaliza uma disposição ou um modo de ser e de viver das identidades abjetas, colocadas à margem.

6 GRUPOS DE PERTENCIMENTO: PRECONCEITOS, DISCRIMINAÇÕES E VIOLÊNCIAS

Nos dias atuais, os atravessamentos das fronteiras de gênero e sexualidade passam a ser mais visíveis. As classificações binárias correspondentes à masculinidade e feminilidade ou, ainda, à heterossexualidade e homossexualidade, não dão mais conta das possibilidades de práticas e de identidades experimentadas pelos sujeitos. O que não significa que se transite livremente entre esses territórios, pois as consequências para quem faz tal atravessamento são, em geral, a punição, o isolamento ou, eventualmente, a reeducação com vistas ao retorno ao “bom caminho”. Esforços de reabilitação dos desviantes que, muitas vezes, se fazem por meio do uso de discursos diversos da psicologia, da religião, da medicina, entre outros, para promover o seu intento (LOURO, 2009).

Cabe destacar que nenhum sujeito se coloca imediata e espontaneamente como inessencial; não é o *Outro* que, se definindo como o *Outro*, define o *Um* – ele é posto como o *Outro*, pelo *Um* definindo-se como *Um* – mas, para que o *Outro* não se transforme no *Um*, é preciso que esteja sujeito a esse ponto de vista alheio. Um grupo de pertencimento (ou seja, uma determinada coletividade) só é definida a partir do qual se apresenta a terceiros. Por exemplo, bastam três viajantes reunidos por acaso num mesmo compartimento, para que todos os demais viajantes se tornem “os outros” vagamente hostis. A alteridade é categoria fundamental do pensamento humano (BEAUVOIR, 1949).

Nessas situações, é comum se falar de tolerância. Tomar a tolerância por meio de uma perspectiva do multiculturalismo acrítico é pressupor a ideia da existência de uma assimetria implícita e moralmente hierarquizada. Quem tolera? Quem é tolerado? Segundo Barroco (2014, p. 472), “[...] enquanto na tolerância a diferença é reconhecida e respeitada, embora não seja compartilhada, na intolerância a identidade do outro é rechaçada, justamente, por ser diferente”. Parte da sociedade finge “tolerar” as escolhas alheias, desde que elas se objetivem fora

do espaço de convivência pública, desde que não demande um envolvimento com o seus sujeitos.

Isto ocorre, também em situações que não derivam de escolhas alheias, mas de determinações sociais que não fazem parte do universo daqueles que são intolerantes: “tolera-se” a existência da pobreza, desde que os pobres estejam presos, longe do convívio social dos espaços públicos frequentados pela burguesia e pelas classes médias (BARROCO, 2014). Tolera-se a existência dos desviantes, dos abjetos, daqueles que transitam nas diversas escalas das identidades de gênero e orientação sexual, desde que eles não estejam no centro – ou se adequam, ou vivem à margem.

Dentre as manifestações está o preconceito, que pode ser definido como o conjunto de crenças e valores aprendidos que levam um indivíduo, ou um grupo, a nutrir opiniões a favor de si, e a favor ou contra membros de outros grupos. O preconceito negativo é, basicamente, uma atitude negativa com relação a um grupo ou pessoa, baseando-se num processo arbitrário de comparação social (BAIBICH, 2012). O que se expressa de forma diferente de um prejulgamento, que consiste na ação de julgar prematura e inadequadamente o objeto, pessoa ou grupo colocado em questão.

Em relação às definições sobre o preconceito, são vários os autores clássicos que, historicamente, se debruçaram sobre o tema. Ele pode ser conceituado como uma característica psicológica do indivíduo e/ou uma frustração reprimida e deslocada para grupos mais fracos (DOLLARD *et al.*, 1939; HOVLAND & SEARS, 1940); como o desenvolvimento de um tipo de personalidade autoritária (ADORNO *et al.*, 1950; ADORNO; HORKHEIMER 1973); pouca disposição à abertura mental ou o “espírito fechado” (ROKEACH, 1960); falta de contato com membros de grupos “minoritários” ou grupos sociais historicamente subjugados e marginalizados (ALPPORT, 1954).

O preconceito envolve um pensar negativo sobre o outro sem, o conhecimento sobre ele. Caracteriza-se, também, como uma atitude hostil e de aversão em relação a uma pessoa que pertence a um grupo, simplesmente por pertencer a esse grupo; e, portanto, presume-se que essa pessoa possua determinadas características e vivências que criam identidade com as pessoas que

fazem parte da composição daquela determinada coletividade (ALLPORT, 1954). Destaca-se, ainda, que essas características são desvalorizadas socialmente.

Toma-se como pressuposto que: o preconceito não é inato (ADORNO, 1950; ALLPORT, 1954; CROCHÍK, 1997; JONES, 1973), mas, aprendido a partir da socialização; havendo, assim, influência de elementos externos aos indivíduos – ou seja, nos aspectos culturais, sociais, econômicos etc. – mas, também, podendo ser motivados por questões individuais.

Não é um mero prejulgamento (ou “não entendimento” do desconhecido), podendo ter influência na não possibilidade de reflexão, e na mera “apreensão imediata” da realidade (ADORNO; HORKHEIMER, 1986). Está calcado em estereótipos negativos que são construídos por meio das relações sociais, e voltam-se a grupos que têm na sua história a escravização, subjugação, como no caso das mulheres, negros, indígenas e homossexuais.

Pode ser expresso no ato de generalizar ideias e comportamentos desenvolvidos por determinada coletividade; pode-se ter, como exemplo, comentários ou notícias veiculadas nas redes sociais virtuais que buscam qualificar o grupo de feministas, tomando como pressupostos alguns estereótipos, como não fazer uso da depilação, ou raspar a cabeça. Mesmo que essas características, em sua essência, não sejam negativas, são atribuídas como negativas – pois, desviam a norma pré-estabelecida, do que seria o “certo” e o “errado” –, partindo de uma reflexão imediata, ou de uma “não reflexão”, e de determinismos duais e incomensuráveis.

Tomando por base a análise de Adorno e Horkheimer (1986), para que se sintam alguém, essas pessoas têm necessidade de se identificar com a ordem estabelecida; e, essa identificação, faz-se com tanto mais agrado quanto mais inflexível e poderosa for essa ordem e, desta forma, as particularidades são destroçadas em função da totalidade. O preconceito é, portanto, contrário às diferenças.

É equivocado atribuir ao preconceito e a discriminação uma só fonte originária, podendo o preconceito alimentar-se de questões externas e sociais e, também, individuais. Estas podem ser a exploração econômica, a estrutura social,

os costumes, o medo, a agressão, os conflitos sexuais e atitudes individuais (ALLPORT, 1954).

O preconceito é um fenômeno que apresenta seu fundamento no simbólico e nas relações de poder, que perpassam as diversas instâncias sociais; portanto, é coletivo. Por outro lado, pode também representar implicações no plano subjetivo, na forma como o sujeito vivencia as suas experiências cotidianas, organiza a sua compreensão sobre si mesmo e sobre o mundo social em que está inserido.

Outra forma de manifestação é a discriminação. A discriminação, sob um aspecto jurídico, significa toda distinção, exclusão, restrição ou preferência que tenha por objeto ou resultado prejudicar ou, mesmo, anular o reconhecimento, gozo ou exercício, em igualdade de condições, dos direitos humanos e liberdades fundamentais (nos campos político, econômico, social, cultural e civil ou em qualquer outro campo). A discriminação, então, sempre pressupõe a desigualdade, pois compreende um tratamento diferenciado que ocorre tendo como referência (direta, ou indiretamente), uma característica específica. Daí, então, porque os textos jurídicos anti-discriminatórios direcionam as suas garantias para as minorias étnicas e raciais, mulheres, minorias religiosas, pessoas com deficiência, minorias sexuais e grupos compreendidos em faixas etárias vulneráveis (PIOVESAN, 2009).

A discriminação pode ser motivada pelo preconceito, pelos estereótipos ou pelo racismo, mas a definição de discriminação não estaria relacionada a uma causa única: ela possui um aspecto evasivo e difícil de medir. Além disso, as formas de discriminação, presentes nos dias atuais, possuem um aspecto sutil e dissimulado que resulta na dificuldade para a elaboração do próprio conceito de discriminação e, até mesmo, em problemas no processo de coleta de dados para uma mensuração e análise científica (PAGER; SHEPHERD, 2008).

Ocorre discriminação quando uma pessoa ou grupo é impedido de gozar de oportunidades sociais, políticas e econômicas, por possuir uma marca física (como a cor da pele), ou por fazer parte de um grupo (ALBURQUERQUE, 2009). A discriminação é uma ação concreta que pode reforçar relações de poder entre grupos e, conseqüentemente, visa e garante a marginalização de determinados sujeitos. Uma característica fundamental que pode contribuir para a definição da discriminação é o comportamento, pois, em geral, a discriminação ocorre sob a

forma de um tratamento diferencial contra pessoas ou grupos, com base em sua raça ou constituição étnica (PAGER; SHEPHERD, 2008).

Cabe elucidar que o preconceito e a discriminação encerram semelhanças e diferenças. A discriminação é considerada crime, previsto por lei. Já o preconceito é muitas vezes difícil de “medir”, pois pode ficar restrito ao individual: ainda que uma pessoa seja preconceituosa, ela pode “conter” o seu preconceito em favor de um comportamento aprovado socialmente (ALBUQUERQUE, 2009). Mesmo sabendo que a discriminação pode ser entendida enquanto uma expressão do preconceito, vale salientar que esta não é uma relação necessária; ou seja, nem sempre a atitude do preconceito leva a uma ação discriminatória. Em uma perspectiva do individual, na relação do eu com o outro, o que discrimina ainda interage com o sujeito que sofre o preconceito, mesmo que essa interação seja mediada pelos aparatos tecnológicos, como a mídia. O preconceito que “por si só” é danoso (pois, quando expresso por meio da linguagem, pode ser acessado pelo outro), é a mola propulsora da discriminação.

Já a intolerância – nessa relação, quando percebida como ação –, pode ser entendida como a “ação” da “não ação”, da não capacidade, condição ou intenção de reflexão sobre aquele preconceito ou aquele ato de discriminação; ou seja, é o não pensar sobre a discriminação social ou individual. A intolerância é perigosa, e pode até mesmo desdobrar-se no fascismo. A vivência de um contexto intolerante pode ser identificada a partir da não possibilidade do diálogo ou, até mesmo, em ações e violências institucionalizadas que buscam cercear as discussões sobre atos preconceituosos e discriminatórios.

6.1 Preconceitos, discriminações e violências

Para tratar da ação do preconceito, discriminação ou violência quanto ao *Outro*; em relação as mulheres e a população *Queer*, alguns termos foram sendo socialmente criados, com o intuito de “dar conta” – e, mais do que isso, reconhecimento e visibilidade – a esses processos, como o Femicídio; a Homofobia; Lesbofobia; Bifobia; Transfobia, entre outros. Basicamente, caracterizam-se como qualquer ação e atitude que consiste em atos de preconceito,

discriminação, intolerância e/ou violência, sendo que os termos consideram a singularidade daquele que está em situação de violência. A motivação, então, seria a consideração da “quebra da regra” daqueles que transitam pelas identidades de gênero e orientações sexuais – *Queer* –, e têm uma definição sobre si não fixa, além de não pretenderem corresponder às funções e a papéis social e culturalmente pré-estabelecidos.

Um exemplo, é a mulher que não aceita mais ser alteridade, ser o *Outro*; ou, ainda, um casal homoafetivo que não se esconde mais para se relacionar afetivamente (o que está em relação com a expressão, no português-brasileiro, de “sair do armário”). Essas pessoas estão historicamente à margem da sociedade, e congregam um grupo de pertencimento que os toma como pressuposto a linha interseccional; ou seja, a que leva em conta as mais diversas formas de segregação social, como raça, classe social, gênero, deficiências, entre outros. Entende-se que esta é uma violência motivada pelo ódio em relação ao *Outro*, pela resposta humana à existência de uma alteridade: por uma justificação ontológica, pela manutenção de um sistema de privilégios, pela reafirmação de seu próprio grupo de pertencimento e pelo outro ser quem é, desviante – *Queer*.

No que corresponde ao fenômeno da violência, salienta-se que esta sofreu transformações com o processo histórico da sociedade. Compreende-se que a globalização e a competitividade no mercado de trabalho legitimam os processos de exclusão social e o individualismo, advindos das relações sociais em um sistema capitalista de produção. As causas da violência podem se dar à inúmeros fatores atualmente, como a exclusão e a desigualdade social, o consumismo, a falta de tolerância com as diferenças, o aumento da criminalidade, a corrupção nos órgãos governamentais, a banalização da violência pela mídia, entre outras (NUNES, 2011).

A violência é um fenômeno social, e não patológico. Nas publicações da mídia – e, como forma de indignação da população por meio de comentários no âmbito da *internet* – é possível vislumbrar as pessoas fazendo relação aos crimes de homofobia, pedofilia, estupro, violência contra as mulheres, a doenças e transtornos mentais. Cabe destacar, a sociedade é violenta, e que a patologização do fenômeno pode incorrer na não resolução da raiz do problema, já que parte dele é sociocultural e histórica. Os atos de violência são eles mesmos fornecedoras de identidades

individuais e coletivas e se constituem como elemento central no estabelecimento de vínculos sociais.

A violência é todo ato voluntário que acaba por gerar um prejuízo (seja este físico ou psíquico), a outro indivíduo. A violência, em si, é um dano que se produz a outro indivíduo ou grupo social, e estaria associada a situações que envolvem relação de força e poder; desta forma, é concebida em vários ambientes, inclusive nas redes sociais virtuais (NUNES, 2011). É um fenômeno amplo e complexo e que não consiste apenas em manifestações de comportamento entre pessoas. Refere-se também a questões como desigualdades (sociais, étnicas, de gênero ou de classe), pobreza, desemprego, sobrecarga e precarização do trabalho, desvalorização profissional e salarial, passando por discriminação, ausência de atendimento aos direitos básicos e abandono, entre outros componentes (LUZ, 2009). Refletir sobre violência requer a compreensão de que ela é um fenômeno complexo, que está inserido na dinâmica das relações sociais e de poder. Pode ser também caracterizada como:

[...] a prática de ações de não-questionamento da realidade com o intuito de reproduzi-la, voltadas para preservar interesses específicos através de instrumentos coercitivos explícitos ou sutis de qualquer natureza, em contraposição aos mais legítimos interesses e direitos coletivos, desqualificando a práxis democrática, crítica e reflexiva e instituindo, com a finalidade de perpetuar, fatos e situações intensas de força e que são desproporcionais à utilidade considerada política, econômica, social e psicologicamente tolerável de aceitação da dominação como fruto das relações de poder (MENEGETTI, 2019, p. 17).

No que consiste as relações de poder; o controle dos corpos e da sexualidade, o filósofo francês Michel Foucault (1926-1984) produziu uma obra em três volumes intitulada *“História da Sexualidade”* (1976-1984). Para o autor, a sexualidade é uma criação discursivo-institucional, tem como função o controle dos indivíduos e populações. Sexo difere-se de sexualidade, sendo o sexo ponto de junção fundamental das práticas de controle populacional do século XIX e a sexualidade é entendida como dispositivo de controle.

O controle se dá por meio, principalmente, da criação e do desenvolvimento do controle do sexo a partir da definição de lugares específicos de fala e práticas sexuais. A criação de saberes institucionalizados por meio de disciplinas (medicina,

psiquiatria, entre outros) criou delimitações sobre uma “*prática social bem educada*” e outras consideradas ilegítimas e anormais, aquelas que deveriam ser marcadas pela exclusão e a segregação.

O sexo *bem educado*, ou normatizado, isto é, as práticas heterossexuais monogâmicas, consolidadas pelo matrimônio e reprodutivas, eram assistidas pelos olhares e ouvidos atentos de médicos e psiquiatras, que podiam até mesmo prescrever mais sexo e a intensificação do prazer. As práticas *outras* deveriam ocupar o lugar das margens e também serem esquadrihadas por médicos e terapeutas para produzirem saberes e definirem as configurações desses outros da sexualidade, o homossexual, a histérica, o onanista, etc. (CÉSAR, 2009).

O poder disciplinar é utilizado a partir do adestramento dos corpos, as instituições reforçam esse tipo de poder o que acarreta na não possibilidade do rebelar e da subversão. Em seu livro “*Microfísica do Poder*” (1984), o autor apresenta que, aqueles considerados improdutivos são colocados nos antigos “asilos”²²; prisões ou “manicômios”²³. Por não entender o poder como um objeto natural; mas, uma prática social que se expressa por meio de relações, cunha a expressão de micropoder. É a partir da reprodução de um conjunto de práticas essenciais a manutenção do Estado que são moldados os comportamentos, atitudes e discursos dos sujeitos na sociedade.

Assim, tem-se que ao mesmo tempo em que está arraigada no espectro das relações intersubjetivas, é também marcada por forte matriz estrutural, envolvendo questões como desigualdade social – a qual tendem a ter a sua origem em questões raciais, de gênero ou de classe social. A violência não acaba em si, é permeada por múltiplas determinações; se manifesta, então, nas mais diversas esferas do convívio social, assumindo contornos diferentes quando se trata da questão de gênero. A violência de gênero pode ser entendida como aquela praticada dentro de uma relação de caráter intersubjetivo, por aquele que tem mais poder nesta relação.

²² Hoje denominados de instituições de longa permanência

²³ O modelo e as práticas manicomiais caem por terra com da saúde e em específico a psiquiátrica. O cuidado, agora prioritariamente é realizado em liberdade por meio dos equipamentos substitutivos aos hospitais psiquiátricos, os chamados Centros de Atenção Psicossocial.

Dado o machismo estrutural, percebe-se que ao longo do processo social e histórico as mulheres e as pessoas que *performam* as feminilidades são mais vulneráveis e sujeitas a vivenciar situações de violência; ou seja, é alteridade. Por exemplo, mesmo em uma relação entre dois homens o “dominante” seria aquele que mais reproduz as masculinidades. Em relação a isso, pode-se ter como exemplo o depoimento dado pelo ator e apresentador Vitor diCastro sobre a vivência de um relacionamento homoafetivo abusivo²⁴. Ele conta sobre sua história; faz relação ao fato do companheiro ser o “ativo da relação”; ou seja, o dominador, como se representasse o “homem da relação”²⁵. Por este motivo a Lei Maria da Penha, Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006, nesses casos, pode ser aplicada de forma análoga a casais homoafetivos.

Por meio de um resgate das principais contribuições dos feminismos, tendo em vista a pluralidade das abordagens, é possível a construção de uma teoria sobre violência que compreenda a existência de aspectos sociais, culturais e de relações de poder, os quais, de forma singular, privilegiem a categoria gênero e suas intersecções. Compreende-se que alguns grupos de pertencimento sofrem violências específicas (por conta da identidade social em que vivem) e, afirmam, que de forma subversiva possibilitam a flexibilização de estruturas sociais normativas que oprimem aqueles considerados abjetos, os que fogem do padrão da normalidade (ARAÚJO *et al.*, 2012).

A categoria “gênero” é apenas “um dos eixos centrais que organizam nossas experiências no mundo social” (MIGUEL; BIROLI, 2014, p. 8) e, portanto, os seus sentidos e efeitos não estão restritos às mulheres. As discussões relativas às masculinidades e feminilidades devem estar vinculadas às de categorias como classe, raça e sexualidade; e, portanto, os homens que não correspondem ao padrão normativo também sofrem os efeitos dessas estruturas, já que as relações de gênero atravessam toda a sociedade. As violências de gênero, sendo assim, representam não só as pessoas mais acometidas por elas (como as mulheres, pobres e negras), mas, também, todo o espectro potencialmente desviante.

²⁴ Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=mCv1R8gVjSg>>. Acesso em: jul. 2020.

²⁵ Termo amplamente discutido pelos movimentos sociais; busca-se a desconstrução da ideia da necessidade de dominação na relação afetiva.

Os papéis femininos e masculinos, construídos historicamente, são reforçados cotidianamente. Ao “sexo masculino”, atribui-se o papel de competitividade e de dominação. A educação formal das mulheres/meninas deve ultrapassar os limites impostos mecanicamente pela sociedade, que ainda as educam dentro de concepções essencialistas. Beauvoir (1949) afirmou que “não se nasce mulher, [alguém] se torna mulher”; esta frase coloca em pauta o corpo sexuado como construção social, não bastando assim ter uma genitália específica para ser homem ou mulher. A partir disso, torna-se possível questionar a necessidade de coerência do sexo, desejo e sexualidade. O “natural” do corpo biológico, dotado de certas particularidades, atrela-se ao político na medida em que define um comportamento “normal” a partir de valores criados pelo social, dentro dos limites pré-traçados (SWAIN, 2009).

Em relação às meninas e mulheres e ao dispositivo da sexualidade, e ao saber essencialista hegemônico na sociedade é necessário prepará-las para o casamento e para a maternidade, que seriam um dado “natural”. Um exemplo de tal processo são as próprias brincadeiras infantis, nas quais as meninas são direcionadas a brincar de “casinha” e de “boneca”, enquanto os meninos exercem brincadeiras relacionadas a ciência e ao exercício do poder social. Muitas vezes, a criança/adolescente que não age conforme as condutas aceitáveis para seu “sexo biológico” – como um menino brincar com a boneca das colegas, por exemplo – recebe, no mínimo, o olhar repreensor do/da educador/educadora (e, no máximo, uma reprimenda ou castigo).

Ainda, pode sofrer violências verbais e psicológicas, protagonizadas pelos/pelas colegas, visto que este comportamento é considerado inaceitável na sociedade patriarcal e machista. Em suma, a criança/adolescente que não se enquadra no padrão da heteronormatividade torna-se alvo de discriminação e preconceitos, advindos dos mais diversos atores sociais, inseridos nas instituições (FACHINI; BABIUK; NAPPI, 2015).

A sexualidade deve ser compreendida dada a sua complexidade, em relação com os aspectos políticos, culturais e econômicos. A forma como ela é percebida e vivida sofre interferência de uma conjunção de fatores, destaca-se as relações de poder e de gênero. Em seu âmago estão construções de masculinidades e

feminilidades nas quais a sexualidade é vista, ensinada e controlada de formas distintas tratando-se de homens e mulheres – ou daqueles que não correspondem aos padrões da heteronormatividade. A escola é uma das instituições que pode reproduzir papéis de gênero e modelos de sexualidade que oprimem, mas que também podem construir relações que libertem (FERREIRA; LUZ, 2009).

As violência e práticas nocivas contra mulheres e meninas tomam muitas formas, entre elas estão: o feminicídio (o homicídio de mulheres por questões de gênero, violência doméstica), violência sexual em áreas de conflito, tráfico de mulheres e meninas, casamento precoce forçado, tortura psicológica e mutilação genital feminina, etc. Em números, nos dados estatísticos em uma perspectiva mundial, uma em cada três mulheres sofreu violência física ou sexual, principalmente por um parceiro íntimo. Cerca de 120 milhões de meninas foram forçadas a manter relação sexual (ou a realizar outros atos de cunho sexual) em algum momento de suas vidas, e 133 milhões de mulheres e meninas foram submetidas à mutilação genital feminina (ONU, 2018).

As estruturas sociais de opressão impactam a vida cotidiana e a subjetividade das mulheres, e de toda a população *Queer* (de forma singular, dentro de suas especificidades). As tecnologias do sexo normatizam e incitam a sexualidade; ao mesmo tempo, constroem a diferença sexual, os corpos sexuados, classificados em princípio como masculino e feminino. Deste binário, fundado na procriação, nascem os *Outros*, os que são representados como abjetos, reprováveis, ininteligíveis, já que escapam ao controle e à disciplina que instituem os corpos inteligíveis (BUTLER, 1990).

Os corpos definidos como femininos; os sujeitos que *performam* feminilidades (em especial as mulheres) sofrem no dispositivo da sexualidade a coerção da juventude e do ideal de “beleza”; e ao disciplinamento de seus corpos a partir da moda, regimes, cosméticos, entre outros; além disso, espera-se determinados comportamentos, como o da renúncia a vida pública e política para a esfera do cuidado e da reprodução. O cenário que se apresenta, é do aumento do trabalho das mulheres, sobrecarregadas com múltiplos empregos; as tarefas domésticas e de cuidado das crianças e familiares – dado este ser um trabalho não remunerado.

É por meio, primeiramente, da identificação destas formas de manifestação do preconceito – e, também, das especificidades de como estas são sentidas pelos sujeitos –, que se faz possível uma “pedagogia do antipreconceito” (BAIBICH, 2012). A proposta é uma educação que, além de sensibilizar as pessoas para as múltiplas realidades e perspectivas, as instrumentaliza com uma “moldura crítica”, ajudando-as a compreender as causas históricas, econômicas, sociológicas e psicológicas que albergam o preconceito em geral. Para Freire (2003) educar é construir, libertar homens e mulheres do determinismo, passando a reconhecer o seu papel na história, considerando a sua identidade cultural na sua dimensão individual e coletiva.

No tocante da intolerância, esta afeta, para além das relações homem-mulher, onde é existente um história de opressão dos homens em relação as mulheres, as pessoas que fogem à regra da heteronormatividade. São diversos os tipos de intolerância que uma pessoa ou grupo pode sofrer, havendo uma intersecção não só de categorias como gênero, sexualidade, raça e classe social, mas também das violências perpetradas e sofridas. A perspectiva interseccional proporciona a análise desta realidade a partir de diversas categorias que se interseccionam e se articulam. No debate internacional, o final da década de 1990 está marcado pela emergência de categorias que aludem à multiplicidade de diferenciações que, articulando-se a gênero, permeiam o social, sendo amplamente difundida na década de 2000. Algumas autoras optam pelos conceitos das categorias de articulação ou interseccionalidades. Já outras se utilizam de ambas (PISCITELLI, 2008). Entre as tolerâncias estão as formas de segregação e exclusão e extermínio.

As postagens e os comentários veiculados no *Facebook* que reproduzem preconceitos fazem com que boa parte da população tenha acesso a um conteúdo de uma realidade falseada e também a discursos de ódio. Na intolerância social, os perpetradores estão em posições sociais e em instituições que efetivamente podem criar ações organizadas e tomar decisões que afetam concretamente e de forma negativa.

Nas redes sociais, falando especialmente no *Facebook*, esses grupos se organizam com a finalidade de criar conteúdos sobre as identidades de gênero que

são reproduzidos por uma massa de seguidores, muitos deles, tem como base a chamada ideologia de gênero, ganhando legitimidade social como algo verdadeiro, isso pode se caracterizar como violência. A intolerância social se constitui, primeiro, na existência de perpetradores e algozes que se legitimam e se constituem nas práticas de violências como forma majoritária de socialização (MENEGETTI; DE STEFANI; FACHINI, 2020, p.33).

As formas de intolerâncias demonstram claramente relações assimétricas de poder entre os autores e suas vítimas, em que os primeiros se impõem sobre os segundos, eliminando a possibilidade de resistências e defesas contra as violências praticadas. A existência da intolerância se perpetua e ganha notoriedade quando há omissões, negligências ou ações diretas de estados, grupos institucionalizados, organizações sociais e práticas educacionais que impeçam os direitos humanos.

7 ANÁLISE DOS DADOS: MANIFESTAÇÕES DA VIOLÊNCIA

Com o surgimento de formas de interação no *ciberespaço*, se torna possível outra forma de comunicação social entre os sujeitos: não mais definida por um espaço geográfico, mas que se faz a partir do recurso do aparato tecnológico, da *internet* e de uma plataforma que proporcione essa experiência. Os aparatos tecnológicos mais utilizados hoje são, por exemplo, *smartphone*, *computador*; *notebook*, *tablete*, entre outros.

As plataformas mais comuns de interação social utilizadas por brasileiros no ano de 2020 são *Facebook* (87%), *YouTube* (68%), *Instagram* (54%), *Twitter* (50%) e o *LinkedIn* com 57%²⁶. A partir do relatório produzido em outubro de 2020 pela *We Are Social e Hootsuite* (2020) o *Facebook* também lidera o *ranking* das plataformas mais utilizadas, seguida pelo *Whatsapp*²⁷.

Os comentários analisados correspondem àqueles que são fruto das interações da plataforma *Facebook* e que tratam sobre concepções essencialistas das identidades de gênero. As pessoas que possuem uma conta ativa no *Facebook* têm o seu próprio perfil na “aba pessoal”, na qual é possível colocar e compartilhar informações próprias e de seu interesse.

Existem diversas “páginas” de cunho profissional, em que constam conteúdos de interesse da pessoa e, estas, podem ser criadas pelos diversos atores que interagem na plataforma. Também há a opção de “curtir uma página” para ter acesso ao conteúdo a partir do próprio perfil; e é possível, também, que a pessoa dona do perfil tenha acesso à administração de páginas de sua autoria, além de acompanhar outras que são de seu interesse. A página, em si, é uma das “abas” em que é possível aos moderadores ou administradores publicarem conteúdos que, na maioria das vezes (mas não necessariamente) estão relacionados com a descrição e com o título dela. O recurso de “curtir” está relacionado ao significado da palavra,

²⁶ Números divulgados a partir de pesquisa realizada pela *Innovation and Entrepreneurs Business School* em 2020. Disponível em: <<https://www.iebschool.com/pt-br/blog/social-media/redes-sociais/as-redes-sociais-mais-utilizadas-numeros-e-estatisticas/>>. Acesso em: mar. 2021.

²⁷ Disponível em: <<https://resultadosdigitais.com.br/blog/redes-sociais-mais-usadas-no-brasil/>; <https://www.slideshare.net/DataReportal/digital-2020-october-global-statshot-report-october-2020-v01?ref=https://s3-ap-southeast-1.amazonaws.com/>>. Acesso em: mar. 2021.

que é uma gíria no português-brasileiro traduzindo o inglês *like*, que seria literalmente o termo “gostar”, ou um equivalente ao “gostei” = curtir.

Na página do *Facebook* é possível a interação daqueles que curtem, ou não, mas que tem acesso aos conteúdos disseminados. Isto se realiza a partir dos comentários nos quais é possível marcar a página, o “amigo” (pessoa que deseja direcionar ou mostrar o conteúdo/comentário); o que é muito similar àquilo que acontecia, de forma mais tradicional, com os jornais físicos e, posteriormente, com os eletrônicos. O que muda é a velocidade de como os comentários se manifestam e, tão importante quanto, a possibilidade efetiva de um maior diálogo.

Neste meio são expressas as mais diversas opiniões, não de modo esvaziado mas, ao contrário, posicionando aos sujeitos em uma dada realidade; pois, representam os conteúdos presentes nas estruturas sociais, nas instituições hegemônicas, ou seja, aquelas instituições que possuem poder econômico e social e que reforçam os estereótipos sobre as identidades de gênero. É possível também a contra hegemonia a partir de associações politicamente organizadas entre pessoas pertencentes aos grupos não hegemônicos onde é existente uma tensão para a desconstrução.

Travestidas de “opinião” ou “formas de expressão”, estão expressas às diversas formas de violências sociais; relevantemente para a presente pesquisa, a misoginia e a homofobia que têm como base o preconceito. Em um primeiro momento, o preconceito é um juízo pré-concebido baseado em formulações imaginárias, a partir de concepções pré-estabelecidas de estereótipos compartilhados socialmente. Ele é socialmente elaborado, aprendido, compartilhado e legitimado (MENEGETTI; DE STEFANI; FACHINI, 2020).

No caso das postagens e dos comentários de cunho essencialista sobre as identidades de gênero, tudo aquilo que foge à norma, aos padrões pré-estabelecidos calcados em uma sociedade de tendência estruturalmente machista e heteronormativa, são tomadas como “Ideologia de Gênero”. Tudo aquilo que foge à norma é considerado um desvio do “bom caminho”. Quando as mulheres ousam ultrapassar a linha daquilo compreendido como caminho a ser “seguido”, as estruturas sociais de opressão se reproduzem nas relações sociais e intersubjetivas,

a partir dos micropoderes (FOUCAULT, 1984) – que reforçam aos padrões e aos estereótipos do que é ser, “verdadeiramente”, uma mulher (FACHINI, 2020).

A premissa de uma “Ideologia Gênero” se dá por meio de um preconceito que, conforme analisado, incita ações violentas e discursos de ódio. Exemplo disso é um vídeo da plataforma *Youtube*²⁸ que foi compartilhado pelas páginas selecionadas para a produção deste trabalho. O título que anuncia o vídeo é: “ridicularizar a ideologia de gênero com personagem que aplica tal estupidez antes mesmo do bebê nascer!”.

O conteúdo tem a narrativa em que uma mulher grávida vai junto com um homem – aparentemente, seu companheiro e pai da criança sendo gestada – até o consultório médico realizar uma ecografia (ou seja, o exame realizado para identificar, dentre outros marcos de desenvolvimento fetal, a genitália do bebê em gestação). No momento em que o exame é feito e as imagens começam a aparecer na tela, a mulher pergunta ao profissional médico: “É menino ou menina?”. No desenrolar da conversa, o médico – que é representado, também, baseado em estereótipos socialmente construídos de um profissional com alto *status* social (homem, masculino e branco) – fala, em tom de ironia:

Vocês querem de alguma forma frear a liberdade sexual dessa criança, baseando-se em premissas socioculturais onde o enxoval do bebê precisa ser masculino ou feminino, o bastante para sufocar sua autonomia e capacidade decisória influenciando, ou pior, determinando opressoramente a orientação sexual do seu filho de modo que futuramente ele se encontra impossibilitado de manifestar suas próprias convicções e preferência afetiva para estabelecimento de suas relações conjugais seja ou não com pessoas do mesmo sexo, não é isso?

Talvez, as perguntas que deveriam ser feitas pelo médico (e, também, pela sociedade em geral) fossem: a quem interessa a construção binária? Quem tira proveito da divisão e da reiteração constante dos seres em apenas dois sexos diferentes? Quem adquire poder ao nascer, ao se revelar a genitália da criança? Judith Butler (1990) analisa essa questão entendendo o gênero como uma “categoria flutuante”, que determina comportamentos sociais e que, então, pode ser

²⁸ Plataforma exclusiva para publicação de vídeos, no qual pode ser criado conteúdo próprio e músicas.

significada tanto por uma mulher quanto por um homem. É o gênero, assim, que determina o sexo biológico no aparato cultural, e que designa importância, funções e tarefas de forma binária (SWAIN, 2009). Designar as identidades de gênero pela identificação da genitália é reduzi-las ao binarismo e, ainda, ao determinismo em relação ao sexo biológico.

A palavra “gênero”, usualmente, corresponde à forma de classificar os fenômenos, por exemplo, o gênero de literatura, de música, de cinema, etc. No senso comum (ou mesmo, na academia) a palavra é tratada enquanto um eufemismo polido para o termo “sexo” (palavra considerada de caráter mais formal para os trabalhos acadêmicos). Ainda socialmente, a categoria gênero passa a ser entendida por diversos grupos de forma determinista, na qual as masculinidades e as feminilidades são dois extremos opostos e que não possuem relação entre si, resultando no engessamento de homens e mulheres em estereótipos construídos acerca daquilo do que é “ser homem” e “ser mulher”. Nos últimos anos, o termo tem sido amplamente utilizado e empregado para tratar das identidades de gênero.

Em sua tese de doutorado, Almeida (2017) realizou uma pesquisa livre na *web* sobre “ideologia de gênero”. Foram localizadas 17 matérias que tratam sobre o assunto. Por meio dessa pesquisa, a autora apresenta as concepções acerca da ideologia de gênero mais adotadas pelos autores das matérias, sendo elas:

- a) Livre escolha do gênero, sem referência ao “sexo biológico”;
- b) Desconstrução do sexo biológico em virtude de um social;
- c) Ideologia feminista radical, que pode estar associado à qualificação negativa dos movimentos feministas e também referir-se ao grupo de pertencimento das feministas radicais, sendo esta uma das vertentes dos vários feminismos;
- d) Mecanismo de destruição da “família tradicional”, que pressupõe a performance dentro de estereótipos tradicionalistas de feminilidades e masculinidades heteronormativos;
- e) Homossexualidade, como uma ameaça à ordem social - pelo “não cumprimento”, por homens e mulheres, de seus papéis sociais, culturais e econômicos previstos;

f) Uma “nova antropologia”, em que a proposta é a “criação de um novo ser humano”, o que provocaria alteração das pautas morais, culminando na destruição da sociedade atual.

Em meio a vídeos, matérias e conteúdos produzidos, compartilhados e comentados na plataforma *Facebook*, que remetem às identidades de gênero como uma “ideologia de gênero”, buscou-se entender a origem deste termo. Em 2010 é publicado, pelo argentino Jorge Scala, o livro *La Ideologia Del Género*²⁹, no qual o autor conceitua a “Ideologia de Gênero” como instrumento político-discursivo de alienação com dimensões globais, que busca estabelecer um modelo totalitário com a finalidade de impor uma “nova antropologia” e, assim, provocar alteração das pautas morais, desembocando na destruição da sociedade.

Na América Latina, o livro de Scala teve influência importante, sendo o combate contra o que denomina ser uma “ideologia”³⁰ o que justificou manifestações contra políticas de governos com tendência à esquerda. Iniciada na Argentina e no Brasil, a disseminação da gramática político-moral da noção de “ideologia de gênero” já alcançou países como o México e Colômbia (MISKOLCI; CAMPANA, 2017).

As origens das ideias encontram-se na Igreja Católica, em especial nos textos do cardeal Joseph Aloisius Ratzinger (1997). Em seu texto, destaca-se a valorização de uma essência que seria naturalmente feminina, ligada ao biológico. É também sinalizado que os movimentos feministas devem ser considerados uma ameaça aos valores da família, e a chamada “essência feminina” ou “natureza feminina”. É notável a ideia essencialista sobre as identidades de gênero, com o paralelo do que Beauvoir (1949) denomina do “mito do eterno feminino”, em que “não se nasce mulher, torna-se”; ou seja, tenta-se a todo momento o retorno da mulher “desviante” à sua essência – o que não é possível, pois ser mulher não é um dado natural e, então, não há um destino biológico ou psicológico que baseie essencialmente o que é “ser mulher”.

²⁹ A ideologia de Gênero.

³⁰ Ideologia tem diferentes significados, em formulações acríicas pode ser compreendida como “um conjunto de ideias”, “concepções”, “opiniões”; para Marx (1846), porém, é um sistema de pensamento, reflexo de uma determinada época mas, sobretudo, reflexo de grupos sociais existentes na realidade e de seus interesses.

Partindo do entendimento de que existem essências próprias do que é “ser homem” e “ser mulher”, uma visão de mundo com tendência preconceituosa demanda binarismos simplificadores, baseados em algumas vertentes da religião e, contraditoriamente, em interpretações enviesadas da biologia. Excluem-se outras identidades de gênero e, com isto, o preconceito é manifesto por meio de violências. A partir do entendimento de tais processos, foram analisados comentários essencialistas sobre as identidades de gênero e, para tanto, foram criadas categorias que tratam das formas de discriminação encontradas, sendo elas: 7.1) discriminações: 7.1.1) diferenciação negativa; 7.1.2) desqualificação; 7.1.3) difamação; 7.1.4) humilhação e 7.1.5) marginalização.

7.1 Discriminações

Existem diferenças conceituais sobre preconceitos, discriminações e intolerâncias. Conforme estudo prévio sobre estas violências manifestas, é possível entender que já foram tratadas como uma só³¹. Ao que foi observado e conceitualmente construído, o preconceito é um juízo pré-concebido e tido como absolutamente verdadeiro. Está baseado em formulações imaginárias a partir de concepções pré-estabelecidas de estereótipos compartilhados socialmente (MENEHETTI; DE STEFANI; FACHINI, 2020). A “ideologia de gênero”, pautada em juízo pré-concebido – ou seja, baseada a partir de concepções essencialistas sobre as identidades de gênero – é uma formulação socialmente elaborada, aprendida, compartilhada e, determinantemente, socioculturalmente legitimada por alguns grupos de pertencimento (nos quais, há a associação suas concepções com a pressuposição de essências, dadas *à priori* ou de bases naturais). Também ligadas às identidades de gênero, é entendido como um preconceito.

O preconceito, que tem por base um entendimento sobre as relações de gênero como uma “ideologia de gênero”, é manifesto em discriminações e, conforme

³¹ Vide capítulo em que a autora da tese é coautora Preconceitos, discriminações e intolerâncias do livro Intolerância: uma análise da realidade brasileira. Francis Kanashiro Meneghetti; Dorival De Stefani (Orgs).

analisado neste trabalho, que incitam ou são em si atos violentos, a grupos de pertencimento que são lidos como desviantes, transviados. No julgamento de um sujeito com tendências preconceituosas (que, em relação com os seus pares, compõe uma sociedade preconceituosa), existem padrões adequados, corretos, certos – e os não adequados, incorretos ou errados (MENEGHETTI; DE STEFANI; FACHINI, 2020).

As formas mais sutis de manifestação dos preconceitos, quase imperceptíveis, inicialmente não são muito diferentes dos preconceitos que se materializam e se concretizam nas atitudes discriminatórias de crenças, culturas, comportamentos, condições físicas, psíquicas e morais de indivíduos, grupos e coletivos. Nos comentários sobre as postagens que falam sobre as identidades de gênero, nos grupos selecionados, estão presentes diversas formas de discriminações que estão associadas ao machismo, forma das relações de gênero baseados no sistema patriarcal, que reforçam estereótipos sobre o “ser homem” (como por exemplo, a virilidade e a agressividade). A seguir exemplifica-se a diferença e discriminação a partir do quadro explicativo.

Quadro 1 – Preconceito versus Discriminação

Preconceito	Discriminação
Juízo pré-concebido e tido como absolutamente verdadeiro. Está baseado em formulações imaginárias a partir de concepções pré-estabelecidas de estereótipos compartilhados socialmente (MENEGHETTI; DE STEFANI; FACHINI, 2020).	Ato sutil ou deliberado, individual ou coletivo, de agir de forma agressiva ou violenta contra pessoas, grupos ou coletivos, no caso deste trabalho, em razão do gênero e das identidades socialmente negativizadas

Fonte: Autoria própria.

Também, em processos paralelos e complementares, ao sexismo (discriminação fundamentada no “sexo”), a misoginia (ódio ou aversão às mulheres), a homofobia (rejeição ou aversão a homossexual e à homossexualidade), a

transfobia (rejeição ou aversão a pessoas transexuais e/ou transgêneras), a bifobia (rejeição ou aversão a pessoas bissexuais), lesbofobia (rejeição ou aversão a pessoas lésbicas), entre outros. Todos estão expressos nas formas da diferenciação, o que implica o não entendimento ou aceitação do diferente aos padrões pré-estabelecidos socioculturalmente), exemplo disso é quando um casal heteronormativo cisgênero não reconhece o casamento ou o relacionamento de casais homoafetivos conforme exposto em um dos comentários no *Facebook*: “Ninguém é contra homossexuais que vivam tranquilamente sem querer impor aos outros o seu estilo de vida”.

Neste comentário fica exposto a segregação, esses casais são aceitos desde que não ocupem espaços de convivência social. Outro exemplo é o comentário na mesma plataforma de uma Juíza da cidade de Anápolis (2012) "a chamada realidade não passa de uma aberração. Desses matrimônios nascerão cocôs, pois serão concebidos pela saída do esgoto"³², o que implica também, na desqualificação de casais homoafetivos e o entendimento de que possuem menos direitos em relação aos casais cisgêneros/heteronormativos.

Acerca da desqualificação como atitude de “rebaixar” ou reconhecer o outro com valor menor e negativo, tem-se como exemplo os comentários homofóbicos proferidos em uma notícia de uma determinada rede social (não divulgada). A notícia versa sobre um casal gay que foi impedido de alugar um imóvel no Rio de Janeiro pela dona da propriedade por serem um casal homoafetivo. Os comentários eram: “não alugaria um lugar para homossexuais”; “nem são gente, são uma raça maldita”³³. Quando o comentador explicita que homossexuais fazem parte de um determinado grupo de pertencimento qualificado como “raça maldita” é possível vislumbrar o teor negativo da palavra, o que pode caracterizar-se também como forma de difamação, que corresponde a atitude de “falar mal” de outro, expressar opinião de cunho negativo e humilhação, pois o tratamento dado ao casal foi

³² Notícia disponível em: <<https://www.jornaljurid.com.br/noticias/juiz-usa-facebook-para-chamar-casamento-gay-de-aberracao>>. Acesso em: mar. 2021.

³³ Notícia disponível em: <<https://revistapegn.globo.com/Administracao-de-empresas/noticia/2020/02/pegn-funcionario-da-ambev-e-demitido-apos-fazer-comentarios-homofobicos-em-rede-social.html>>. Acesso em: mar. 2021.

vexatório, na medida em que foram impedidos de alugar o imóvel e submetidos a comentários violentos e negativos sobre o ocorrido.

Estes grupos de pertencimento estão à margem do centro. O centro caracteriza-se enquanto referência e estão calcados aos estereótipos, ao positivo e neutro. O centro se mantém apenas em relação com a margem, esta reforçada como polo negativo e de menor valor. Tendo em vista as diversas nuances das violências sofridas por aqueles que estão à margem foram criadas categorias, exemplificadas no quadro a seguir:

Quadro 2 – Categorias

Preconceito	Discriminação	Violência de Gênero
<p>“Ideologia de Gênero” pautada em juízo pré-concebido é uma formulação socialmente elaborada, aprendida, compartilhada e socioculturalmente legitimada por grupos de pertencimento que pressupõem essências.</p>	<p>Diferenciação Negativa, Desqualificação, Difamação, Humilhação e Marginalização.</p> <p>Grupos dissidentes das identidades de gênero; pessoas que se identificam com a desconstrução dos estereótipos sobre masculinidades e feminilidades</p>	<p>Efeito da manifestação do poder de forma assimétrica.</p> <p>Atende aos interesses específicos daqueles que produzem e reproduzem a ideologia de gênero, aqueles que discriminam em comentários no <i>Facebook</i> na tentativa de essencializações de forma binária “homem” e “mulher”</p>

Fonte: Autoria própria.

Estas estão relacionadas aos comentários violentos proferidos no *Facebook* e são analisadas a seguir.

7.1.1 Diferenciação Negativa

Uma das formas de se reconhecer pertencente a um grupo, é a assunção do que se é semelhante, e do que se é diferente, em relação aos outros grupos de pertencimento. A partir disso, são construídos os processos de identificação e o sentimento de pertencimento. Identidade e diferença são categorias relacionais, pois

os sujeitos criam e apreendem signos (desde o seu nascimento), para o reconhecimento do que está ao seu redor e, também, para posicionar a si e aos outros em relação.

As identidades são construídas por meio dos sistemas simbólicos e sociais; sendo que os sistemas sociais, seus grupos e instituições, ocupam um lugar central na vida dos sujeitos, pois são espaços partilhados por pessoas que têm interesses em comum de sobrevivência física e psicológica, material e espiritual (DE STEFANI; MENEGHETTI; VIANNA; TORRES, 2020).

A identidade como diferença significa unicidade e, quando associada ao ser humano, significa um conjunto de características ou aspectos de um indivíduo que os distingue de um *Outro*, por meio do qual se torna possível individualizá-lo, identificá-lo e fazê-lo sentir-se único, diferente de todos os outros indivíduos. A identidade social pressupõe a possibilidade de identificar uma pessoa, separando-a de outros pelas características que a tornam alguém diferente. Um dos comentários no *Facebook* refere que:

Perante Deus somos todos iguais, é só o que importa.

Não importa, para o comentador, como se estabelecem identidades e diferenças socioculturalmente, mesmo que no processo que corresponde o reconhecimento das diferenças, existam aquelas que não são legitimadas como iguais ou qualificadas como positivas pelos grupos hegemônicos. Isso acontece porque é preciso estabelecer uma relação de poder desigual para a manutenção do sistema de privilégios que se expressa socialmente na ocupação de lugares de poder político, econômico e social.

Nesse processo permeado de relações de poder é existente o centro e a margem. É à margem onde estão localizados os grupos de pertencimento daqueles que mesmo imageticamente são identificados ou se identificam com o grupo contra hegemônico, aqueles corpos a serem domesticados, disciplinados em relação aos *bem educados* e é por meio dessa relação entre centro e margem, que acontece o reforço da existência de um em relação a outro.

Essa “ideologia de gênero” é uma campanha para tentar converter uma minoria em maioria aí os discriminados serão os que hoje são taxados de opressores.

No comentário acima é percebido o entendimento da existência de dois grupos de pertencimento distintos: a maioria e a minoria, estes grupos representam o poder hegemônico e contra hegemônico, respectivamente o centro e a margem. Para o comentador há uma “campanha”; que representa uma incitação a uma mudança que representa a inversão dos lugares de poder e que este se expressa de forma coercitiva e violenta. Esse entendimento não compreende a igualdade e a existência de relações de poder que desfavorecem grupos de pertencimento desqualificados; o que compreende o empreender de qualidades negativas.

Esse fator pode desdobrar-se na discriminação por conta da diferenciação negativa de uma pessoa ou de um grupo de pertencimento. Entre os atos de discriminações sutis mais comuns, destacam-se: ignorar, distinguir ou isolar pessoas, grupos e coletivos por conta das suas diferenças ou características particulares (MENEGETTI; DE STEFANI; FACHINI, 2020). Nos comentários analisados, percebeu-se a busca pela reafirmação de um diferente baseado em concepções do que corresponderia a “normalidade” e “anormalidade”, “maioria” e “minoridade”; sendo a “normalidade” e a “maioria” o polo positivo, e a “anormalidade” e a “minoridade” o polo negativo.

A minoria que vá se consultar com um psicólogo

É percebida a associação da homossexualidade à “anormalidade”, ou um estado “não saudável”; pois, para “tratar-se” terapêuticamente, a pessoa deve, de acordo com ele, trabalhar essas questões em psicoterapia – para que o sujeito, pertencente a um grupo de “minoridade” e, então, “anormal”, se ajuste a uma “maioria” “normal”, o comentário é reforçado pela fala seguinte:

Criança que tem esse tipo de problema, como achar que é diferente. Tem que ser levada para um psicólogo sim

O entendimento do que é o “normal” está relacionado a um pensamento metafísico tradicional, “logocêntrico” (DERRIDA, 1973), que corresponde a uma

abordagem que opera por meio de pares de oposições; como, por exemplo, razão e sensação, espírito e matéria, identidade e diferença, lógica e retórica, masculino e feminino (VASCONCELOS, 2003). Ao que corresponde a sexualidade, também “falocêntrico”, na qual é existente a convicção de uma superioridade masculina, em que o “falo” representa um valor significativo fundamental.

Os estudos sobre as feminilidades e as masculinidades buscam transcender a ideia falocêntrica, compreendendo que existem formas de “negativizar” as mulheres e, também, os seus atributos, características e ações relativas às performances das feminilidades. Os sujeitos que expressam feminilidades são, também, “negativizados”, como por exemplo, algumas mulheres transexuais e homossexuais. As características, funções e posições atreladas às feminilidades têm reconhecidamente um menor valor social.

Este grupo “anormal”, que corresponde a uma “minoria”, sofre os impactos das relações de poder em que são socialmente estabelecidas. Os grupos de pertencimento também são espaços de manutenção de poder, e é por meio da identificação com ideais, interesses e características em comum, que são reforçados os sistemas de privilégios de grupos hegemonicamente mais poderosos.

Não se pode deixar de entender como anormalidade, desvio da conduta, desequilíbrio psicológico, lares perturbados, enfim, sempre vai existir uma causa para o distúrbio. Jamais será congênito, é puramente artificial, uma criação da nova sociedade humana.

Percebe-se que o comentador tem uma ideia equivocada sobre educação sexual, a relacionando com a já citada “ideologia de gênero”. Para ele, ela corresponderia a uma tentativa de alteração de comportamentos e ações, uma “educação para a homossexualidade”, a qual estaria atrelada a um polo negativo, e a anormalidade. Além disso, existe a reprodução da ideia da tentativa de “uma criação da nova sociedade humana” onde as formas de produção e reprodução social seriam alteradas negativamente.

E essa tal ideologia de gênero tem se tornado muito opressora, acredito que da algum tempo a parada na paulista não será mais gay e sim hétero.

Quando o comentarista anuncia que “a parada [LGBTQIA] não será mais gay e sim hétero”, percebe-se o entendimento da existência de uma disputa por hegemonia, na qual as pessoas seriam “transformadas em ‘gays’”. Trata-se não de uma disputa entre uma “minoridade” e uma “maioria” (em relação à quantidade), mas do valor social e da visibilidade. Que os grupos de pertencimento historicamente marginalizados consigam conquistar direitos, posições de poder e legitimação social, pretendendo-se reconhecer a existência de

[...] uma identidade corpórea, um certo modo de ser num corpo e de viver o corpo [devendo disso] uma pluralidade de masculinidades e feminilidades em oposição a uma visão de homens e mulheres como dois blocos homogêneos e indiferenciados entre si (COSTA, 1994).

A pouca inclusão dos debates na sociedade sobre sexualidade, e a invisibilização das diversas identidades de gênero, reforçam os preconceitos e as discriminações. Reproduzem estereótipos sobre as masculinidades e as feminilidades, incorrendo na tentativa da substancialização do que é “ser homem” e “ser mulher” na sociedade, com tendência de atribuir às mulheres (pelo machismo estrutural e estruturante) tarefas e funções com menor valor social. É ainda presente o tratamento de mulheres e homens como diferentes a partir de binarismos, conforme apresentado no comentário a seguir:

Homem é homem mulher é mulher, não importa como vai se posicionar na vida, nunca vai deixar de ser homem ou mulher.

As mulheres conquistaram direitos iguais em relação aos homens, porém, as mulheres ainda vivenciam obstáculos que impedem e dificultam a maior participação na ciência, e vivem, por exemplo a: a) exclusão vertical, que se refere à sub-representação das mulheres em postos de prestígio e poder, mesmo nas carreiras consideradas femininas; e b) horizontal, que se refere ao pouco número de mulheres em determinadas áreas do conhecimento, em geral, de maior reconhecimento para a economia capitalista, as consideradas ciências “duras” – exatas e engenharias (LIMA, 2013). Esses obstáculos estão relacionados aos preconceitos, a partir do entendimento de que as mulheres estão condicionadas a

posições de menos prestígio e poder social, sendo justificado pela substancialização da mulher.

É o resultado da burrice de quem defende que somos iguais...Homens e mulheres não são iguais e não há nada de errado com isso!!!

Trata-se da construção social e cultural sobre masculinidades e feminilidades, operadas em binarismos, com padrões pré-estabelecidos. A ideia do “desvio” destas funções gera, por si só, desconforto por parte daqueles que buscam reforçar o seu grupo de pertencimento, e manter seu valor sociocultural e econômico – “justificado” como algo consequente de características e vivências pré-determinadas essencialmente e, então, não passíveis de escolha ou oposição.

Parabéns por ser MULHER [letras em maiúsculo conforme disposto no local original do comentário] mesmo, e não essas do sovaco peludo!

O comentário acima exemplifica a busca pela substancialização da mulher, na inexorável busca pelo “eterno feminino” (BEUAVOIR, 1949), a “MULHER”. Tal afirmação reproduz a opressão vivenciada pelas mulheres ao longo da história, e a desvalorização dos atributos compreendidos como femininos, aqueles relativos as feminilidades. A “mulher” se reconhece e é reconhecida enquanto “MULHER” e, assim, é legitimada quando performa a feminilidade: é a submissa e dócil e, também, “a diferente” daquela outra, a “mulher de sovaco peludo” – que teria menor valor social, pois estaria associada aos movimentos feministas, que buscam romper com os padrões socioculturalmente estabelecidos (“defensáveis” pelo comentador).

O “masculino neutro” é o padrão e a referência, sendo o polo negativo os das feminilidades. Reverbera na oposição, em negação totalizante, da possibilidade de uma validação positiva de outras identidades; as quais, manifestas, coexistiriam independentemente até mesmo das orientações sexuais relacionadas. A intolerância está extremamente presente, para todos os que fogem à heteronormatividade.

Pronto! O jeito será colocar o nome de todas as crianças de Ariel, assim quando crescerem, elas decidem se querem ser... Homem, mulher, sereia ou sabão em pó [...]. É *prácaba*.

O comentário acima é um exemplo do “não reconhecimento do *Outro*”, de um movimento da constituição de si pela oposição à alteridade. As diferenças sociais são enormes, e o preconceito que delas decorre ativa em algumas pessoas sentimentos de ódio, aversão, medo em relação às outras pessoas – e, também, em alguns grupos, em relação a outros coletivos – os quais, quando exacerbados, transformam-se em manifestações de intolerância de uns contra outros. Por este motivo torna-se necessário “evitar que os preconceitos se fossilizem de tal forma que seja inevitável manifestá-los na forma de discriminações e intolerâncias” e assim, ser intolerante com o intolerável, ou seja, quando existe um prejuízo a alguém.

7.1.2 Desqualificação

A desqualificação é compreendida como atribuição de um valor menor a uma pessoa ou grupo de pertencimento “diferente do meu”. O valor positivo de um grupo de pertencimento tem como um dos determinantes a atribuição de um valor negativo a outros, e assim, é existente uma justificação ontológica, valorização positiva da visão de mundo do grupo pela qual o sujeito é pertencente. Nos comentários na plataforma *Facebook* percebe-se o uso recorrente da ironia para desqualificar, ou seja, fazer do *Outro* algo risível.

Pode mudar algumas letras e fica mais fácil ter o novo nome social. Ariela, Arielo, Arielis, Arielos, Ari, Ariana, Ariano, mesmo não sendo de áries!

Essa fala exemplifica uma atitude de desqualificação e invisibilização da existência de diversas identidades de gênero e, além disso, representa a transfobia que se caracteriza como “ódio ou aversão a pessoas transgêneras ou transexuais”; pois, reforça de que seria uma mera questão de simples escolha individual – é feita uma simplificação da transgeneridade na medida em que supõe ser mais fácil colocar o nome da pessoa de “Ariel” para facilidade de variação do nome e assim, simplificando e reduzindo a uma “alteração de comportamento”; o qual, está dissociado dos padrões preestabelecidos construídos a partir de estereótipos sobre as masculinidades e feminilidades.

Querem imitar a mulher, então carregue uma barriga por nove meses, menstruar

E também conseguir engravidar e enfrentar as dores do parto!

A mulher transexual que passou por cirurgia de transgenitalização é aceita como mulher dado que, a categoria mulher, ou o “ser mulher” está baseado em estereótipos calcados em características (dócil, submissa, cuidadora, mãe) e vivências com funções sociais específicas e que historicamente estão ligadas a submissão em relação aos homens. Se as mulheres transexuais forem igualadas as “mulheres por essência” esta essencialização será questionada e conseqüentemente o valor e papel das mulheres por essência. Em outro comentário:

Olha, eu sou contra a ideologia de gênero, mas me poupe né! Ninguém é gay porque quer

Pode-se notar uma tentativa de oposição a comentários que compreendem relações homoafetivas como “desvios de comportamento”, porém, cabe destacar que existe nessa fala uma desqualificação como se “gay” fosse algo negativo, “ninguém é gay porque quer”; como se caso fosse possível a escolha da orientação sexual esta não seria a homossexual.

Ressalta-se que é apenas em 1990 que a homossexualidade deixa de ser tratada como doença e, em 2019 que a transexualidade é retirada da *Classificação Estatística Internacional de Doenças e Problemas Relacionados a Saúde* (CID). Aquelas pessoas que performam feminilidades estão associadas com funções e posições de menor valor social, a partir do processo em as feminilidades são valoradas inferiormente dentro de uma conjuntura socioculturalmente machista e misógina.

A palavra é desautorizada, como pode ser exemplificado pelas diversas situações em que as mulheres em posição hierárquica de autoridade são desqualificadas, ou interrompidas em suas falas³⁴.

³⁴ Vide comentários, propagandas, “charges” que utilizando o recurso da “ironia” contra a ex-presidente Dilma Rousseff representavam a misoginia, o machismo e a sua desqualificação enquanto autoridade política.

Muitas mulheres estão tão preocupadas em terem os mesmos direitos que os homens que estão se esquecendo de defenderem os que já têm.

O comentário acima busca desqualificar as lutas e conquistas das mulheres por direitos iguais aos dos homens e ainda, qualifica as mulheres como inferiores na medida em que buscam igualar-se aos homens, incorrendo no machismo que é uma fonte de preconceitos e um celeiro de julgamentos morais que tentam instituir uma forma de criar distinções entre homens e mulheres, obviamente tentando estabelecer superioridade aos primeiros (STEFANI; MENEGHETTI; VIANNA et.al, 2020).

A forma que se tenta estabelecer essa superioridade pode se dar também por meio da objetificação da mulher, que pode ser exemplificado no comentário seguinte:

Só que me falta agora é encher de Pablo Vitar. Triste...a beleza da mulher faz toda a diferença em qualquer ambiente

A objetificação da mulher está inscrita na cultura, sendo esta o "resultado final das atitudes, ideias e condutas compartilhadas e transmitidas pelos membros de uma determinada sociedade, juntamente com os resultados materiais dessa cultura, isto é, as invenções, os métodos de investigação do ambiente, e o acúmulo de objetos manufaturados" (MELLO FILHO, 1988, p. 184). Ao resgatar o passado das relações de gênero vislumbra-se a família patriarcal e a mulher sendo posse do homem, ou seja, de seu marido. Ainda socioculturalmente as mulheres vivenciam os resquícios dessa história e são vistas e recebem tratamento como objetos do prazer masculino, como exemplifica o comentário a seguir:

A beleza da mulher faz toda a diferença em qualquer ambiente

A valorização da "beleza" feminina, ou seja, dos atributos físicos de uma mulher em detrimento de outras qualidades, muitas delas, não reconhecidas como femininas podem incorrer em uma das formas mais comuns e violentas de redução da mulher a objeto sexual e não como igual:

Mulheres não deveriam ter privilégios na hora de se aposentar. Não tem lógica ter uma expectativa de vida maior e se aposentar mais cedo.

Comentários como esses apresentados acima, desconsideram que ao longo da história as mulheres sofreram prejuízos econômicos, sociais, psicológicos, entre outros. É importante não ser desconsiderado o princípio de equidade, pois, por conta da existência de desigualdade e as mulheres enfrentarem diversos obstáculos a igualdade se faz por meio da equidade, ou seja, tratamento desigual para os desiguais e assim, é possível que todos estejam em um mesmo patamar de direitos. As mulheres também são vistas como objetos de prazer masculino.

7.1.3 Difamação

A difamação é entendida como ação de causar danos à reputação de outrem. É no processo de construção identitária dos grupos de pertencimento que os sujeitos se reconhecem entre si como iguais e membros de um mesmo grupo e os demais grupos como *Outro*. Tendo por base preconceitos, o *Outro* não é só diferenciado ou desqualificado, mas também, sua vivência e existência são silenciadas. Aquele que é o “difamador” caracteriza-se por ser quem tem a intenção de causar descrédito e consiste em atribuir fato ofensivo à reputação ou honra de alguém, ainda que no âmbito virtual, configura-se como crime de difamação, à luz do artigo 139 do Código Penal, cuja pena pode variar entre 03 (três) meses a 01 (um) ano de prisão além do pagamento de multa.

Nos comentários analisados percebe-se a difamação contra grupos de pertencimento que subvertem estereótipos construídos sobre as masculinidades e feminilidades

Os ideólogos são pagos pra embutir essa aberração nas escolas, devemos continuar alertas

O comentador tem como intenção causar descrédito a grupos de pertencimento que visam colocar em pauta as ideias dominantes. Além disso, ocorre a difamação, tendo em vista que o comentador pratica por meio do conteúdo de seu comentário o ato de ferir a reputação de determinado grupo de pertencimento, nesse

caso, as pessoas que se identificam como militantes, ou seja, que a partir da contra hegemonia lutam pela desconstrução de preconceitos e reconstrução de uma história marcada por exclusões e violências. Caracteriza-se como difamação, pois, está explícito para que terceiros tomem conhecimento do fato, sendo partícipes o sujeito ou grupo ativo (o ator do preconceito), a pessoa ou grupo passivo, aqueles que sofrem a violência e os que tem acesso ao conteúdo e muitas vezes o reproduzem.

Mudei minha filha de escola, porque nas reuniões estavam querendo fazer uma lavagem cerebral nos pais para aceitar o lixo de ideologia de gênero

No comentário acima, percebe-se que o grupo passivo é o de professores. Essa prática fere a reputação de um determinado grupo de pertencimento (professores) e causa impactos na saúde mental daqueles que sofrem esse tipo de assédio virtual.

Essa é uma prática que envolve o uso do aparato tecnológico, tecnologias da informação e comunicação e correspondem a comportamentos deliberados, repetidos e hostis (no caso analisado, violentos) praticados por um indivíduo ou grupo com a intenção de prejudicar o outro e por isso pode ser classificada como assédio virtual. Conclui-se que é comum a prática da difamação dos grupos de pertencimento dos considerados desviantes das normas e padrões socialmente estabelecidos e também daqueles que reconhecem a existência das diferenças e buscam por meio da ciência desconstruir os preconceitos arraigados e que ainda perduram no presente. Como exemplo do comentário abaixo:

A mulher pode trabalhar com o que ela quiser, desde que ela queira trabalhar de feminista peluda fazendo protesto parcialmente nua. Caso contrário as feministas vão atrapalhar toda a vida delas. Assim pensam as feministas!

Pode-se vislumbrar no comentário a violência direcionada a um grupo de pertencimento estereotipado. No ato da violência, o perpetrador expõe para outra pessoa ou para coletivos suas concepções, estabelecendo estereótipos que provocam consequências negativas para os indivíduos e grupos estigmatizados (MENEGETTI; DE STEFANI; FACHINI, 2020, p. 32).

7.1.4 Humilhação

Atos discriminatórios e intolerantes podem ser caracterizados, quando mediados por aparatos tecnológicos e redes sociais, como assédio virtual ou *cyberbullying*. Como o processo de construção identitária se dá por meio do estabelecimento da igualdade e, então, da diferença, ele é em si mesmo já potencialmente violento. A questão dele acontecer de modo mediado, além da possibilidade de registro, é que tal constituição da subjetividade se dá sem um interlocutor “real”, mas “imagético” – e, então, potencialmente “infinito” na capacidade de conter em projeções, valorações negativas. Podemos reconhecer parte deste processo no comentário a seguir, no qual o “outro” se torna “o inimigo”.

Comentário 12 - Põe pra "quebrar", impõe suas convicções nesta escola, não deixe seu filho ir nestes dias, proteja seu filho pois o inimigo o quer destruí com tudo isto!!!

Também há o exemplo, no comentário supracitado, de que a humilhação – que em sua definição significa o abuso e a disputa de poder, manifesta em comportamentos deliberados, repetidos e hostis – tende a ser praticada por um indivíduo que busca não apenas prejudicar ao outro mas, coletivamente, o fazer sentir desconfortável com as suas características e vivências típicas. Ao humilhar ao outro, o indivíduo está (em uma gradação crescente de violência) buscando o deslegitimar essencialmente em níveis ontológicos e, na manifestação concreta, o impedir a modos de existência, usufruto de espaços e vivências.

Entre as muitas variáveis de constituição da subjetividade, as relacionadas com as identidades de gênero e de orientação sexual estão dentre as quais são mais facilmente identificáveis e, portanto, “violentáveis” por meio de agressões físicas e humilhações. Por meio da ridicularização, por exemplo, o indivíduo não apenas desqualifica ao outro mas, indo além, o “inibializa” em seu próprio processo de construção identitária, ao o ridicularizar. Temos um exemplo a seguir, sobre as mulheres transgênero; ao vincular a feminilidade obrigatoriedade de dados biológicos (em concepções essencialistas e, então, tendenciosamente de “má-fé”).

Querem imitar a mulher, então carregue uma barriga por nove meses, menstruar .

Reforçado pelo seguinte comentário:

também conseguir engravidar e enfrentar as dores do parto!

A “mulher real” seria aquela que viveu experiências ligadas ao biológico e também, busca-se um resgate do “eterno feminino” e o que é ser “essencialmente mulher

Quando, pela mediação, tal violência se dá sem um interlocutor “real” – que não pode expressar suas emoções, sentimentos ou reações –, a falta de empatia e sensibilidade à condição e a dor do outro é potencializada; inclusive, pela angariação de “iguais” (mesmo que desconhecidos) para a humilhação do “diferente”.

Comentário 12 - “Ninguém é obrigado a aceitar nada disso!!! Chega desse mimimi por qualquer coisa, chega de ficarem impondo e exigir que os demais aceitem calados!!! Basta um respeitar a opinião do outro!”

O engajamento e a incitação à violência, então, tende a ser facilitado pela mediação, com o reforço do vínculo (mesmo que, idealizado) a uma grupo de pertencimento; sobre o qual só há a possibilidade de idealização, em projeção mais reconfortante de si mesmo, quanto mais abstrata e distante de uma realidade efetiva ela esteja.

7.1.5 Marginalização

Os sujeitos se constituem, historicamente, a partir das relações de poder (FOUCAULT, 1987); sendo, além dos processos de significação, um dos fatores determinantes das construções identitárias. São existentes grupos de pertencimento que possuem poder e representatividade social, que podem ser entendidos como centro, e outros que estão à margem, ou seja, tem menor representatividade e podem até serem qualificados negativamente.

Em alguns comentários do *Facebook* foi possível perceber o movimento de marginalização de grupos de pertencimento, como no caso das mulheres

transexuais, em que as diferenças entre elas e as mulheres cisgêneras são acentuadas e propulsoras de discriminações:

Acho justo sim [ser identificado como mulher] contanto que seja capado, colocar pelo menos 300gr de silicone em cada peito, fazer regime até ter massa muscular compatível com a de uma mulher original e se possível, já que a ciência evoluiu muito, ficar menstruada rigorosamente todo mês!!! Aí sim!!! Fica justo e perfeito!!!

O *status* de “mulher original” está relacionado aos estereótipos sobre o esperado quando convocado a categoria “mulher”, sendo características essencializadoras. As diferenças distinguem as pessoas a partir de uma norma presumida, na qual o “centro” (grupo dominante) possui mais poder para a produção e a reprodução das normas; pois, todo ponto em que se exerce poder é, ao mesmo tempo, um lugar de formação de saberes.

O centro produz reforço de um sistema de privilégios sociais, um exemplo, é como os comentários do Facebook produzem e reproduzem violências contra a margem que são justificáveis pelo poder político, econômico e social do centro. A “ideologia de gênero”, sendo este um preconceito, quando reproduzido fortalece os grupos de pertencimento com maior poder e que usam dele e da “ideologia de gênero” para justificar comportamentos preconceituosos e atos discriminatórios.

Minorias tem que se submeter a maioria das crianças ? têm que ter os livros modificados para uma pequena minoria?

Exemplo disso é o comentário supracitado que trata das “minorias” e “maioria” das crianças, sendo a minoria caracterizada como os grupos de pertencimento vulneráveis, como os grupos homoafetivos, sendo esses negativizados e tratados como “anormais”.

Faça uma lista negra das escolas que fazem isso e boicote , agora ,para o futuro de seus filhos seja normal.

O comentário acima é um exemplo de como os atos de marginalização podem incorrer na intolerância social, pois há, uma organização dos grupos de pertencimento “do centro” para

8 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Preconceito, discriminação e intolerância são conceitos relacionais e não semelhantes. O preconceito, entendido como um juízo pré-concebido e baseado em formulações imaginárias a partir de concepções pré-estabelecidas de estereótipos compartilhados e é dimensionado por meio da discriminação. A aceitação dos preconceitos, sem reflexões, questionamentos ou contextualizações pode culminar em estigmatizações. Os preconceitos se transformam em discriminações quando saem do âmbito privado e caem no contexto público das redes sociais virtuais.

A discriminação é o ato sutil ou deliberado, individual ou coletivo, de agir de forma agressiva ou violenta contra pessoas, grupos ou coletivos, no caso deste trabalho, em razão do gênero e das identidades socialmente negativizadas. Pode se manifestar por meio da a) diferenciação – onde a diferenciação se dá pela não aceitação e desrespeito das diferenças, no ato de ignorar, distinguir ou isolar pessoas, grupos e coletivos por conta das suas diferenças ou características particulares; b) desqualificação - atribuição de um valor menor a uma pessoa ou grupo de pertencimento “diferente do meu”; c) difamação - como ação de causar danos à reputação com a intenção de causar descrédito; d) a humilhação – sendo esta o abuso e a disputa de poder, manifesta em comportamentos deliberados, repetidos e hostis – tende a ser praticada por um indivíduo que busca não apenas prejudicar ao outro mas, coletivamente, o fazer sentir desconfortável com as suas características e vivências típicas e e) marginalização – como forma de segregação de grupos de pertencimento.

O efeito inevitável é a manifestação do poder de forma assimétrica, sendo esta a violência. Ela está voltada para atender a interesses específicos através de instrumentos coercitivos explícitos ou sutis de qualquer natureza, em contraposição aos mais legítimos interesses e direitos coletivos (MENEGETTI; FARIA, 2007). É existente uma gradação crescente da violência de gênero nessas formas de discriminação.

Foi possível entender como se dá o processo de produção de postagens e de comentários no *Facebook* de conteúdo essencialista, mas também, violentos sobre as identidades de gênero. Os produtores de conteúdo das postagens do *Facebook* são os administradores (moderadores) das páginas. É presente na maioria dos

comentários analisados o reforço do preconceito e legitimação de um grupo de pertencimento uma negativização daqueles grupos que são entendidos como minorias sociais em razão do gênero. Esse reforço acarreta na manutenção de um sistema de privilégios daqueles grupos com poder econômico, político e social.

O pensamento essencialista, *em si*, não é uma violência. Exemplo disso são as religiões que mesmo com este tipo de pensamento promovem ações solidárias. De qualquer forma, o uso deste pensamento, na sociedade contemporânea, no Brasil e na América Latina com a chamada Ideologia de Gênero, sendo esta um preconceito, tem conduzido a atitudes discriminatórias e violentas contra grupos de pertencimento que estão afastados dos ideais normativos.

No entendimento da religião cristã, indo mais a fonte do próprio Rousseau que expõe a essência de um ser humano “naturalmente bom sendo a sociedade que o corrompe” a população *queer* é afastada dos “preceitos divinos”; pois, segundo esses, o homem é a “imagem e semelhança de Deus”; sendo o ato de transcendência do espírito (como explicado por Santo Agostinho) possível a partir do contato com o bom caminho, longe do pecado e alcance do objetivo final ao céu. Ao longo da análise, ao que tange o pensamento essencialista sobre as identidades de gênero, foi possível perceber conteúdos que versavam sobre concepções de normal/doente; santo/pecador. Sendo a pessoa comentadora aquela que segue determinados preceitos; busca a manutenção de uma essência humana. Isso é uma forma não só de justificação ontológica, ou seja; precisa haver um sentido no atendimento aos padrões e estruturas pré-estabelecimentos, mas também, forma de manter um sistema de privilégios que exclui e segrega aquele que não é “meu” semelhante, favorecendo o valor moral e social do grupo a qual se pertence.

Sobre o *Facebook* esta é uma plataforma de interação, uma rede social virtual, onde por meio do acesso à internet, inscrição e cadastro é possível o acesso a conteúdo de páginas, além da, criação de conteúdo próprio e comentários. Por meio da análise de conteúdo e utilização da metodologia netnográfica identificou-se postagens e comentários que versavam sobre a chamada “ideologia de gênero”, Esta é entendida como um preconceito pois, faz parte da sua construção um pré-julgamento que culmina na criação e reprodução de estereótipos sobre

masculinidades e feminilidades e também sobre orientações sexuais, o que em uma perspectiva interseccional de gênero certos grupos sofrem o preconceito por uma categoria ou múltiplas de forma interseccional como: gênero, raça, classe e orientação sexual. O preconceito se constitui como um *modus operandi* necessário para pensar o mundo ao mesmo tempo em que pode ser a origem dos problemas nas relações com os outros e consigo mesmo.

Como as categorias apresentadas a violência de gênero é por meio do preconceito e discriminação que esta se constitui. O preconceito caracteriza-se, neste caso, pela “ideologia de gênero” e este conteúdo é disseminado, reforçado e compartilhado a partir da produção de postagens no *Facebook*, de comentários. Outro nuance é o da discriminação, sendo esta caracterizada por atitudes de diferenciação, desqualificação, difamação, humilhação e marginalização dos grupos de pertencimento que são caracterizados como integrantes e disseminadores da chamada “ideologia de gênero”, onde masculinidades e feminilidades são estereotipadas.

Nas postagens e comentários a violência foi obscurizada a partir da tentativa de ridicularização e a tendência ao uso do recurso da ironia, ou seja, onde se é dito o contrário daquilo que se quer dar a entender. Outra forma expressa nos comentários foi a condescendência, onde é existente uma reprodução ou reforço da violência, seja com a atenuação do evento, ou; utilizando-se da tolerância, que em uma perspectiva acrítica pode ocasionar na naturalização da violência, pois; o respeito por si só não viabiliza as possibilidades do reconhecimento das diferentes identidades de gênero.

A partir do entendimento interseccional sobre as identidades de gênero, pode-se reconhecer os diferentes componentes das identidades que são permeados por clivagens: gênero, relações étnico-raciais, classe social, deficiências; entre outros marcadores sociais que afastam ou aproximam os sujeitos dos ideais normativos e assim impactam de forma material e subjetiva os sujeitos.

As postagens e comentários são produzidos e reproduzidos dentro de uma plataforma específica, o *Facebook*. A *internet* atualmente permite, por meio das redes sociais digitais, o relacionamento entre pessoas, mesmo que estas não

estejam geograficamente no mesmo espaço. Parte do tempo diário da grande população brasileira é dedicado a essas plataformas, onde é possível o relacionamento entre as pessoas. O funcionamento dentro de seus algoritmos condiciona ao processo de compartilhamento e de acesso a postagens e comentários, impactam na experiência de vida dos usuários e na *constituição de si*.

São comuns as discussões sobre como é possível a ampliação de legislações que abarque os relacionamentos nessa esfera contemporânea da vida social. Destaca-se que em 2014 é criado o marco civil da *internet* como tentativa de atender a essas questões. Porém, mesmo que esta violência esteja na internet, em uma rede social digital, independente do espaço *internetiano* são passíveis de punição e ações, tendo em vista causarem danos psicológicos, econômicos, morais as pessoas ou grupos de pertencimento atingidos.

O ódio contra as minorias nas redes sociais é camuflado pela ideologia da liberdade e da tolerância. Nem mesmo o aparato tecnológico, a plataforma de interação é neutra. Os algoritmos são excludentes e pouco representativos, eles são criados e a sua gestão, prioritariamente, fica a cargo daqueles que buscam a manutenção de seus privilégios. O rol de trabalhadores da Tecnologia da Informação é composto, na sua maioria, por homens brancos, favorece a reprodução do poder hegemônico que enxergamos na sociedade – havendo, inclusive, uma superioridade hierárquica significativa em relação às trabalhadoras mulheres.

Nas sociedades intolerantes, o universo simbólico é colonizado por estereótipos e estigmas, Na medida em que os comentários de reforço os interlocutores se veem autorizados, direta ou indiretamente, a manifestar seus preconceitos. A intolerância está associada à violência institucionalizada. Nesse processo, existe uma rede de participantes, ativos e passivos, que reproduzem as violências dentro de uma estrutura de poder estabelecida na sociedade de forma a possibilitar um processo de destruição não só das pessoas, mas também da política (MENEGETTI; DE STEFANI; FACHINI, 2020, p.. 34).

É preciso adotar uma “pedagogia do antipreconceito” (BAIBICH, 2012) onde exista espaço para a reflexão de fenômenos que causam impactos políticos, econômicos e sociais. Para se combater a intolerância são necessárias políticas

públicas e acesso a espaços destinados a subversão do preconceito que visa negativizar e excluir determinados grupos de pertencimento, tendo em vista que esses, mesmo com as desvantagens relacionadas ao tempo e acesso a internet, tem uma história ativa e não passiva frente a opressão

REFERÊNCIAS

- ADORNO, T. W.; HOIKHEIMER, M. **Dialética do Esclarecimento**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1986.
- ADORNO, T. W. *et al.* **The authoritarian personality**. New York: Harper & Row, 1950.
- ADORNO, T.; HORKHEIMER, M. Preconceito. *In*: ADORNO, Theodor; HORKHEIMER, Max. **Temas básicos de sociologia**. São Paulo: Cultrix, 1973. p. 172-183.
- ALBURQUERQUE, F.J.S. PRODUTO 1. **Documento aprofundado a análise dos resultados da Pesquisa Nacional Diversidade na Escola em suas três dimensões-attitudes, intenção comportamental e Bullying-por temas: gênero, orientação sexual, deficiência, territorialidade, raça/etnia, socioeconômica e diferenças geracionais**. Brasília: Ministério da Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2009a.
- ALLPORT, G. **The nature of prejudice**. Cambridge: Addison-Wesley, 1954.
- ALMEIDA, K. D. “**Não se abre à força um botão de rosa, e sobretudo, com as mãos sujas**”: agruras da Educação Sexual no ambiente escolar e os desafios atuais frente à Ideologia de gênero. 2017. f.151 . Tese (Doutorado em Tecnologia e Sociedade) – Programa de Pós-Graduação em Tecnologia e Sociedade. Universidade Tecnológica Federal do Paraná. Curitiba, 2017.
- ALMEIDA, K. D.; LUZ, N. S. da. Ideologia de gênero no PNE e o fundamentalismo na educação. 13 **Mundos de Mulheres & Fazendo Gênero 11: Transformações, Conexões e Deslocamentos**, v. 13, 2017. *In*: **Anais...**, 2017.
- AMARAL, A.; NATAL, G.; VIANA, L. A Netnografia como aporte metodológico da pesquisa em comunicação digital. **Sessões do Imaginário**, v. 13, n. 20, 2008. Disponível em: <http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/famecos/article/view/11/03/2018>. Acesso em: 11/03/2018.
- ARENDT, H. **A condição humana**. 12. ed. revista. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2016.
- BAIBICH, Tânia Maria. **Preconceito e Escola: vocabulário de conceitos e palavras-chave**. Rio de Janeiro: 2012.
- BARDIN, L. **Análise de Conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2011.

BARROCO, M. L. S.. Reflexões sobre liberdade e (in)tolerância. **Serv. Soc. Soc. [online]**. 2014.

BARTON, D.; LEE, . **Linguagem online: texto e práticas digitais**. São Paulo: Parábola Editorial, 2015. 271p.

BEAUVOIR, Simone. **O segundo sexo: fatos e mitos**. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1960a.

BILLIG, M. **Ideology and opinions: Studies in rethorical psychology**. London: Sage, 1991.

BITTENCOURT, M. C. A. Miatização do Ativismo e Jornalismo Digital: o impacto dos filtros do Facebook nos processos de produção e circulação de conteúdos de coletivos midiáticos. XXXVIII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, 2015. *In: Anais...*, Rio de Janeiro, 2015.

BUTLER, J. Variações sobre sexo e gênero. *In: BENHABIB, Seyla. CORNELL, Drucilla (coord). Feminismo como crítica da modernidade: releitura dos pensadores contemporâneos do ponto de vista da mulher*. Rio de Janeiro: Editora Rosa dos Tempos, 1987.

BUTLER, Judith. Performative Acts and Gender Constitution: An Essay in Phenomenology and Feminist Theory. *In: (Ed) CASE, Sue-Ellen. Performing Feminisms, Feminist Critical Theory and Theatre*. Baltimore: The John Hopkins Press: 1990.

BUTLER, Judith. Corpos que pesam: sobre os limites discursivos do “sexo”. *In: LOURO, G. L. (Org.). O corpo educado: pedagogias da sexualidade*. 3. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2013b. p. 151-172.

BRAH, Avtar. Diferença, diversidade, diferenciação. **Cadernos Pagu**, n.26, , 2006.

BUTLER, Judith (1993). Corpos que pesam: sobre os limites discursivos do “sexo”. *In: LOURO, Guacira Lopes. O corpo educado: pedagogias da sexualidade*. Tradução: Tomaz Tadeu da Silva. 2° ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2007.

CHIZZOTTI, A. **Pesquisa em Ciências Humanas e Sociais**. 8.ed. São Paulo: Cortez, 2006.

CARVALHO, M. P. de. **No coração da sala de aula: gênero e trabalho docente nas séries iniciais**. São Paulo: Xamã, 1999.

CARVALHO, de M. G.; TORTATO, C. S. B. Gênero: considerações sobre o conceito. *In: LUZ, N. S. da; C., de M. G.; CASAGRANDE, L. S. Construindo a igualdade na diversidade: gênero e sexualidade na escola*. Curitiba: UTFPR, 2009.

CESAR, Maria Rita de Assis. Gênero, sexualidade e educação: notas para uma "Epistemologia". **Educ. rev.**, Curitiba, n. 35, p. 37-51, 2009.

CISNE, M. **Gênero, divisão sexual do trabalho e serviço social**. 1. ed. São Paulo: Outras Expressões, 2012. 144p.

CORTELLA, M. S.; LA TAILLE, Y. **Nos labirintos da moral**. Campinas: Papyrus, 2005.

COSTA, C. de L. O leito do procusto. **Cadernos Pagu**, Campinas, 1994.

CRENSHAW, Kimberlè "Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero". **Revista de Estudos Feministas**, v. 7, n. 12, 2002.

CROCHIK, J. L. **Preconceito indivíduo e cultura**. São Paulo: Robe Editorial, 1997.

CROCHÍK, J. L. et. al. Relações entre preconceito, ideologia e atitudes frente à educação inclusiva. **Estudos de Psicologia (PUCCAMP)**, v. 26, p. 123-132, 2009.

DAVIS, Angela. **Mulheres, Classe e Raça**. São Paulo: Boitempo, 2016.

DE STEFANI, D. et al. Intolerância associada à identidade de grupos. *In*: MENEGHETTI, F. K.; DE STEFANI, D. (Orgs.) **Intolerância: uma análise sobre a realidade brasileira**, Porto Alegre, RS: Editora Fi, 2020.

DERRIDA, J. **Margens da filosofia**. Campinas, São Paulo: Papyrus, 1991.

DEL PRIORE, Mary (org.); BASSANEZI, Carla (coord. de textos). **História das Mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto/Ed. UNESP, 1997, 678 p.

DICIONÁRIO HOUAISS. **sinônimos e antônimos**. São Paulo: Publifolha, 2012.

DICIONÁRIO MICHAELIS. **Dicionário de língua portuguesa online**. Disponível em: <http://michaelis.uol.com.br/> acesso em: 20/05/2018

DOLLARD, J. et al. **Frustration and aggression**. New York: Yale University Press, 1939.

DOVIDIO, J. et al. **The SAGE Handbook of Prejudice, Stereotyping and Discrimination**. London: Sage Publications, 2010.

CAMINO, L. et al. A face oculta do racismo no Brasil: Uma análise psicossociológica. **Revista de Psicologia Política**, n.. 1, 2001.

ELSHTAIN, Jean. **Public Man, Private Woman: Women in Social and Political Thought.** (Princeton, N.J.: Princeton University Press, 1981).

ENGELS, Friedrich. **A origem da família, da propriedade privada e do Estado.** Coleção perspectivas do homem, volume 99, direção de Moacir Félix: 1884.

FACHINI, Flávia Granzotto. **A sua cura é a minha.** VOL. 1, Nº 004 / 2020 - 01/12 (FRATERNIDADE).

FERES JUNIOR, J. Aspectos semânticos da discriminação racial no Brasil: para além da teoria da modernidade. **Rev. bras. Ci. Soc.**, São Paulo , v. 21, n. 61, p. 163-176, jun. 2006.

FOUCAULT, Michel. **História da Sexualidade I: a vontade de saber.** Rio de Janeiro, Edições Graal, 1977.

FOUCAULT, Michel. **História da Sexualidade II: a vontade de saber.** Rio de Janeiro, Edições Graal, 1977.

FOUCAULT, Michel. **História da Sexualidade III: a vontade de saber.** Rio de Janeiro, Edições Graal, 1977.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder.** 8. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1989.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa.** 28. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2003. 148 p.

GODOY, A. S. **Pesquisa Qualitativa: tipos fundamentais.** ERA, São Paulo, v. 35, n. 3, p. 20-29, mai./jun. 1995.

GEE, J. P. Identity as analytic lens for research in education. **Review of Research in Education**, v.25, 2000.

GEERTZ, C. **Nova luz sobre a antropologia.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

GONÇALVES, E. M.; SILVA, M. da. A amplitude do diálogo nas redes sociais digitais: sentidos em construção. *In*: GOULART, E. E. (orgs.). **Mídias Sociais: Uma contribuição de análise.** Porto Alegre : EDIPUCRS, 2014. 152p.

GUIMARÃES, A. S. A. **Preconceito racial: modos, temas e tempos.** São Paulo: Cortez, 2008.

HASENBALG, C. **Discriminação e Desigualdades Raciais no Brasil.** Rio de Janeiro, Graal, 1979.

HINE, C. Virtual methods and the sociology of cyber –social-scientific knowledge. *In*: HINE, C. (org). **Virtual methods: issues in social research on the internet**. Oxford: Berg, 2005.

HINE, C. **Etnografia virtual**. Colección nuevas tecnologías e sociedade. Barcelona, editorial UOC, 2004.

HOVLAND, C. I.; SEARS, R. R.. Minor studies in aggression VI: Cor–relation of lynching with economic indices. **Journal of Personality**, n. 9, 1940.

HIRATA, H.; KERGOAT, D. Novas Configurações da Divisão Sexual do Trabalho. **Cadernos de Pesquisa**, v. 37, n. 132, set./dez. 2007.

JONES, J. M. **Racismo e Preconceito**. São Paulo: Editora da USP, 1973.

KOLLROSS, Nicole. **Proposta de releitura das identidades de gênero enquanto categorias semânticas fundamentais**. Universidade da Beira Interior, 2018. Disponível em: www.bocc.ubi.pt

KOLLROSS, Nicole. **Revista, Gênero e Saúde: construções de estilos de vida saudável na revista men's health e woman's health**. Tese de Doutorado. Universidade Tuiuti do Paraná: 2017

KOZINETS, R. V. **On netnografy: initial reflections on consumer research investigations of cyberculture**. Evaston, Illinois, 1997.

KOZINETS, R. V. Netnografy 2.0. *In*: R. W. BELK. **Handbook of Qualitative Research Methods in Marketing**. Edward Elgar Publishing, 2007.

KOZINETS, R. V. The field behind the screen: using netnografy for marketing research in online communities. **Journal of Marketing Research**, v. 39, n. 1, 2002. Disponível em: <http://www.marketingpower.com> Acesso em: 13/03/2018.

LAQUEUR, Thomas. **Inventando o sexo: corpo e gênero dos gregos até Freud**. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 2001.

LIMA, Betina, Stefanello. O labirinto de cristal: as trajetórias das cientistas na Física. **Revista Estudos Feministas**. v. 21, n. 3, Florianópolis, set./dez.2013. Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/ref/v21n3/07.pdf>.

LOURO, Guacira Lopes. Heteronormatividade e homofobia. *In*: JUNQUEIRA, R. D. (Org.). **Diversidade sexual na educação: problematizações sobre homofobia nas escolas**. Brasília: Ministério da Educação/UNESCO, 2009. v. 32. p. 85-93.

LOURO, Guacira Lopes. A emergência do “gênero” *In*: LOURO, G. L. **Gênero, sexualidade e educação**: uma perspectiva pós-estruturalista. 6. ed. Petrópolis: Vozes, 2003a.

LUZ, N. S. da.; CARVALHO, de M. G.; CASAGRANDE, L. S. **Construindo a igualdade na diversidade**: gênero e sexualidade na escola. Curitiba: Editora UTFPR, 2009.

MARCUSE, Herbert. **A ideologia da sociedade industrial**: o homem unidimensional. Tradução de Giasone Rebuá. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.

MARCUSE, H. Tolerância repressiva. *In*: WOLFF, Robert Paul; MOORE JR., Barrington; MARCUSE, H. **Crítica da tolerância pura**. Rio de Janeiro: Zahar, 1970. p.87-126.

MARCUSCHI, L. A; XAVIER, A. C. Gêneros textuais emergentes no contexto da tecnologia digital. *In*: MARCUSCHI, L. A; XAVIER, A. C. **Hipertexto e gêneros digitais**. Rio de Janeiro: Editora Lucerna, 2005.

MARCUSE, Herbert. **Ideologia da sociedade industrial**: o homem unidimensional. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.

MARKHAM, A. **Life online**: researching real experience in virtual space. Walnut creek: Altamira Press, 1998.

MARSIGLIA, D. M. **Silêncio e invisibilidade**: a atitude discriminatória de professores diante da homossexualidade na escola. São Paulo: UNINOVE, 2009.

MELO, J. R. F. **Preconceito flagrante e sutil frente à esquizofrenia**: explicações com base em crenças causais e estereótipos (Tese de Doutorado). Universidade Federal da Paraíba – UFPB, João Pessoa, PB, Brasil, 2017.

MENEGHETTI, F. K. **Organizações totalitárias**: esquadrões da morte, tribunais do crime e o Hospital Colônia de Barbacena. Curitiba: Appris, 2019.

MENEGHETTI, Francis Kanashiro; DE STEFANI, Dorival; FACHINI, Flávia Granzotto. Preconceitos, discriminações e intolerâncias: definições e relações. *In*: MENEGHETTI, F. K.; DE STEFANI, D. (Orgs.) **Intolerância**: uma análise sobre a realidade brasileira, Porto Alegre, RS: Editora Fi, 2020.

MIGUEL, Luis Felipe, BIROLI, Flávia. **Feminismo e política**: uma introdução. 1.ed. São Paulo: Boitempo, 2014.

MISKOLCI, R. **A teoria queer e a questão das diferenças**. Congresso de leitura do Brasil. Volume 16, 2007.

MISKOLCI, R. A teoria *queer* e a sociologia: o desafio de uma analítica da normalização. **Sociologias**, Porto Alegre, ano 11, nº 21, jan./jun. 2009, p. 150-182.

MIKOLSCI, Richard; CAMPANA, M. “Ideologia de gênero”: notas para a genealogia de um pânico moral contemporâneo. **Revista Sociedade e Estado**, v. 32, n. 3, setembro/dezembro 2017.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O Desafio do conhecimento**: pesquisa qualitativa em saúde. 7.ed. São Paulo : Hucitec, 2000.

NUNES, A. O.; **Como restaurar a paz nas escolas**: um guia para educadores. São Paulo: Contexto, 2011. 139 p.

OKIN, Susan Moller. **Justice, Gender, and the Family**. New York: Basic Boo, 1989a.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DE SAÚDE. **Relatório mundial sobre violência e saúde**. Núcleo de Estudos da Violência da Universidade de São Paulo: 2014.

PAGER, D. Medir a discriminação. Tradução: Norberto Guarinello e João Henrique Costa. **Tempo Social, Revista de sociologia da USP**, v.18, n.2, nov., 2006.

PAGER, D; SHEPHERD, H. The sociology of discrimination: Racial discrimination in employment, housing, credit, and consumer markets. **Annual Sociologic Review**, v., n.34, 2008, p.181-209.

PAIVA, V. L. de O. Facebook: um estado atrator na internet. IN: **Redes sociais e ensino de línguas**: o que temos de aprender? ARAÚJO, Julho; LEFFA, Vilson (orgs.). São Paulo: Parábola Editorial, 2016. p.65-80

PATEMAN, Carole. **The sexual contract**. Stanford, Stanford University Press, 1988.

PIOVESAN, F. 2009. “Implementação do Direito à Igualdade”. In: PIOVESAN, F. **Temas de Direitos Humanos**. 3ª ed. São Paulo: Saraiva. p. 183-193.

PISCITELLI, Adriana. Interseccionalidades, categorias de articulação e experiências de migrantes brasileiras. **Sociedade E Cultura**, v.11, n.2, 2008. <https://doi.org/10.5216/sec.v11i2.5247>

RECUERO, Raquel; SOARES, Pricilla. **Violência simbólica e redes sociais no facebook**: o caso da fanpage “diva depressão”. *Galaxia* (São Paulo, Online), n. 26, p. 239-254, dez. 2013.

RECUERO, R. **A Conversação Em Rede**: Comunicação Mediada Pelo Computador E Redes Sociais Na Internet – Porto Alegre: Sulina, 2. ed, 2014.

REMENCHE, M.de L.; ROHLING, N. O horizonte valorativo em enunciados do gênero comentário online: uma escuta dialógica. **Fórum Linguístico**, Florianópolis, v. 13, n. 3, p. 1460-1475, out. 2016. ISSN 1984-8412.

ROKEACH, M. **The open and closed mind**. New York: Basic Books, 1960.

SANTOS, E. P.; FILHO, F. A.. O plurilinguismo no gênero comentário online: encontro e confronto entre muitas vozes sociais. **Revista FSA Teresina**. v. 11, 2014.

SARTRE, J-P. **L'être et le néant: Essai d'ontologie phénoménologique**. Paris: Gallimard, 1943.

SCALA, J. **La ideología del género**. O el género como herramienta de poder. Rosario: Ediciones Logos, 2010.

SCOTT, Joan. *Some more reflections on Gender and Politics*. In: SCOTT Joan. **Gender and politics of History**. New York: Columbia University Press. 1988, p. 199-255.

SILVA, Luciene M. da. O estranhamento causado pela deficiência: preconceito e experiência. **Rev. Bras. Educ.**, Rio de Janeiro , v. 11, n. 33, p. 424-434, dez. 2006.

SILVA, Rosane Leal da *et al.* Discursos de ódio em redes sociais: jurisprudência brasileira. **Rev. direito GV** [online]. v.7, n.2, 2011. <https://doi.org/10.1590/S1808-24322011000200004>.

SILVA, Tomaz Tadeu da Silva. **Identidade e diferença**. Organizado por Tomaz Tadeu da Silva. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 2000.

TRUTH, Sojourner. "**Ain't I a Woman?**", dezembro de 1851»

TAPSCOTT, D. **Geração Digital**. São Paulo, São Paulo: Macron Books, 1999.

TIBURI, M. **Como conversar com um fascista**. 8a. ed. Rio de Janeiro, Record: 2016.

TRONTO, J. C. Mulheres e cuidados: o que as feministas podem aprender sobre a moralidade a partir disso? In: JAGGAR Alison M.; BORDO, Susan R. P. **Gênero, Corpo, Conhecimento**. Rio de Janeiro: Record: Rosa dos Tempos, 1997, p. 186-204

SÁ, S. P. Netnografias nas redes digitais. In: PRADO, J. L. *Crítica das práticas midiáticas*. São Paulo: Hacker editores, 2002.

STRANGELOVE, N. Virtual vídeo ethonografy: towards a new field of internet cultural studies. **Revista Interin**, Curitiba, v. 03, 2007. Disponível em: <http://www.utp.br>. Acesso em: 11/03/2018.

SWAIN, Tânia Navarro. “As teorias da carne”: corpos sexuados, identidades nômades. **Labrys, Estudos Feministas**, n. 1-2, jul./dez., 2002. Disponível em: <www.unb.br/ih/his/gefem/labrys>. Acesso em: 10/11/2003.

TRIVIÑOS, A. N. S. **Introdução à Pesquisa em Ciências Sociais: a pesquisa qualitativa em educação**. 1.ed. 20 reimpr. São Paulo : Atlas, 2011.

XAVIER, A. C. **Retórica digital: a língua e outras linguagens na comunicação mediada por computador**. – Recife: Pipa Comunicação, 2013.

WELLMAN, B.; HOGAN, B. **Connected lives: The Project**. <<http://chass.utoronto.ca/~wellman/publications/ConnectedLives/purcell-CL-12a.pdf>> Acesso em: 06/03/2018.

WINNER, Langdon. “Do Artifacts Have Politics?” In WINNER, L. “The Whale and the Reactor – A Search for Limits in an Age of High Technology”. Chicago: The University of Chicago Press, 1986 p. 19-3

WOLLSTONECRAFT, Mary. **The Collected Letters of Mary Wollstonecraft**. Ed. Janet Todd. New York: Penguin Books, 2003.

WOODWARD, Kathryn. **Identidade e diferença: uma introdução teórica e conceitual**. Editora: Vozes, Petrópolis, 2000.

YIN, R. K. **Estudo de Caso: planejamento e métodos**. 2.ed. Porto Alegre : Bookman, 2001.

APÊNDICE A - Postagens na plataforma Facebook

Figura 9 – Protesto da esquerda



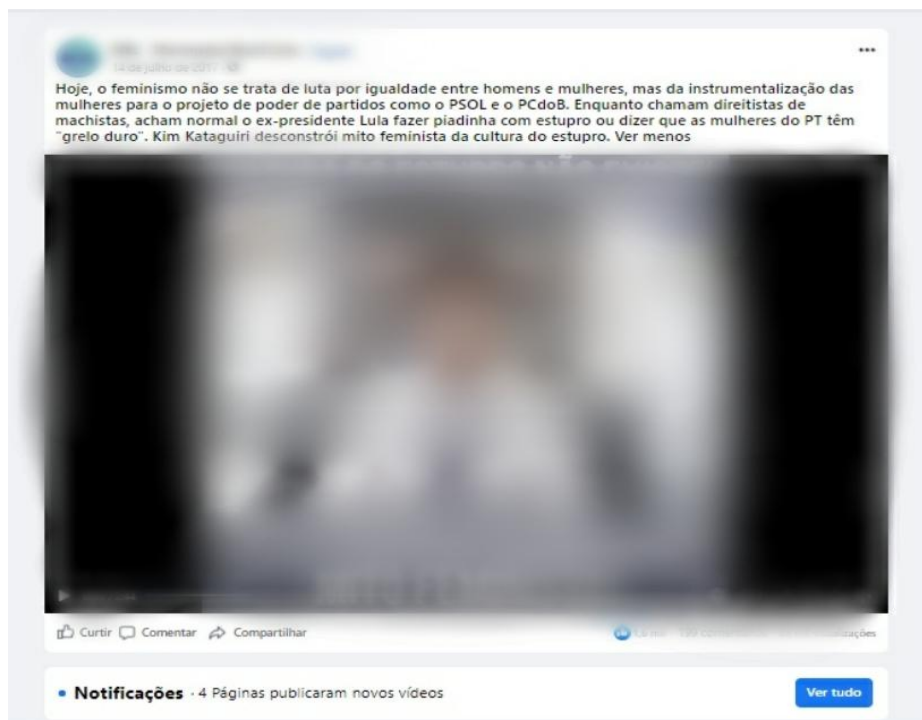
Fonte: Facebook (13 set. 2017).

Figura 10 – Feminismo



Fonte: Facebook (2 dez. 2017).

Figura 11 – Feminismo (luta por igualdade)

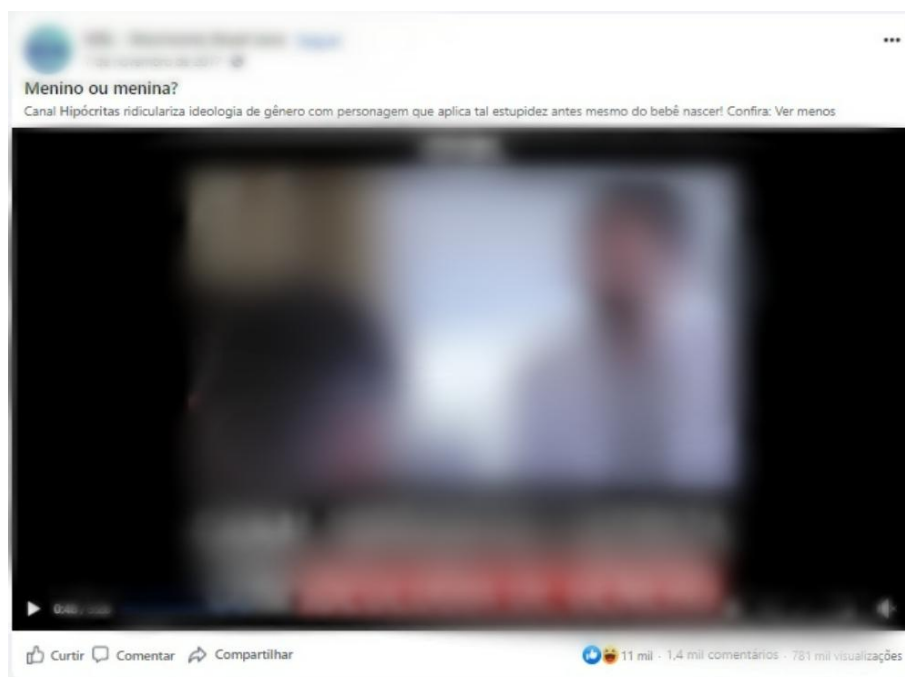


Fonte: Facebook (14 jul. 2017).

Figura 12 – Treta filme Olavo de Carvalho



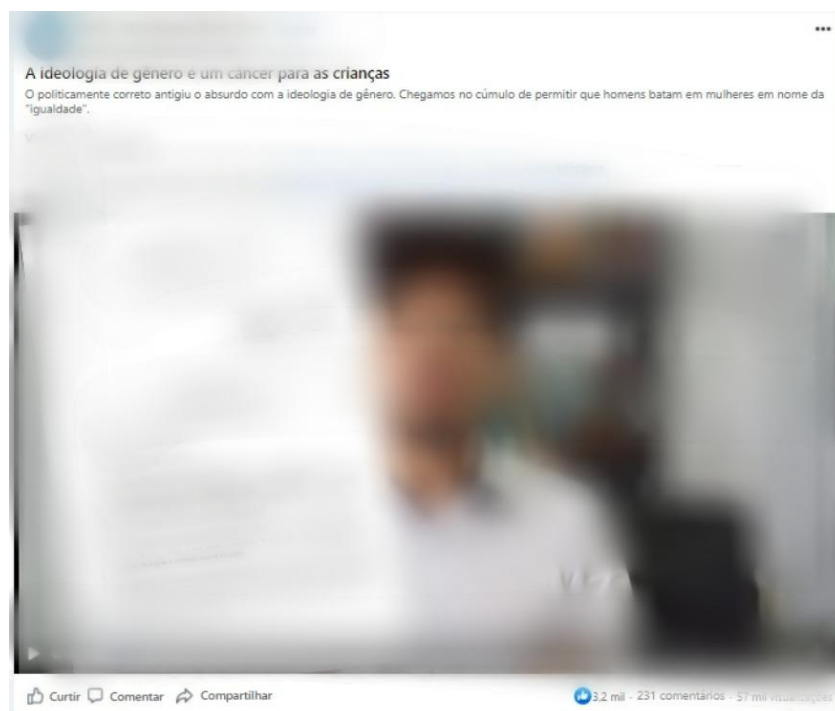
Fonte: Facebook (27 out. 2017).

Figura 13 – Ideologia de Gênero

Fonte: Facebook (07 nov. 2017).

Figura 14 – Ideologia de Gênero (Pondé)

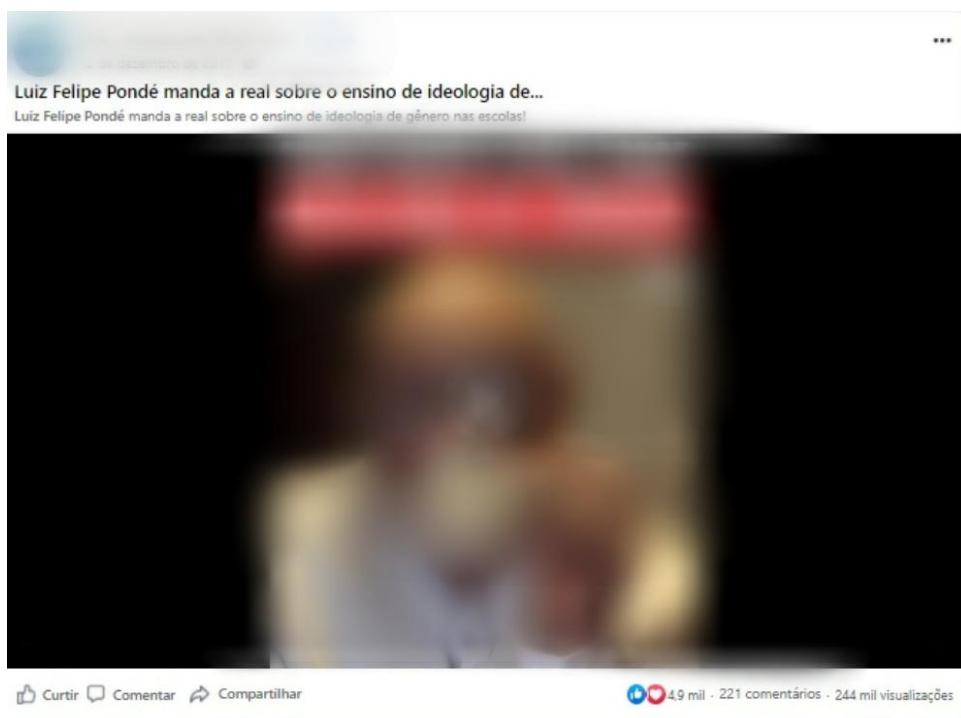
Fonte: Facebook (22 nov. 2017).

Figura 15 – Ideologia de Gênero (crianças)

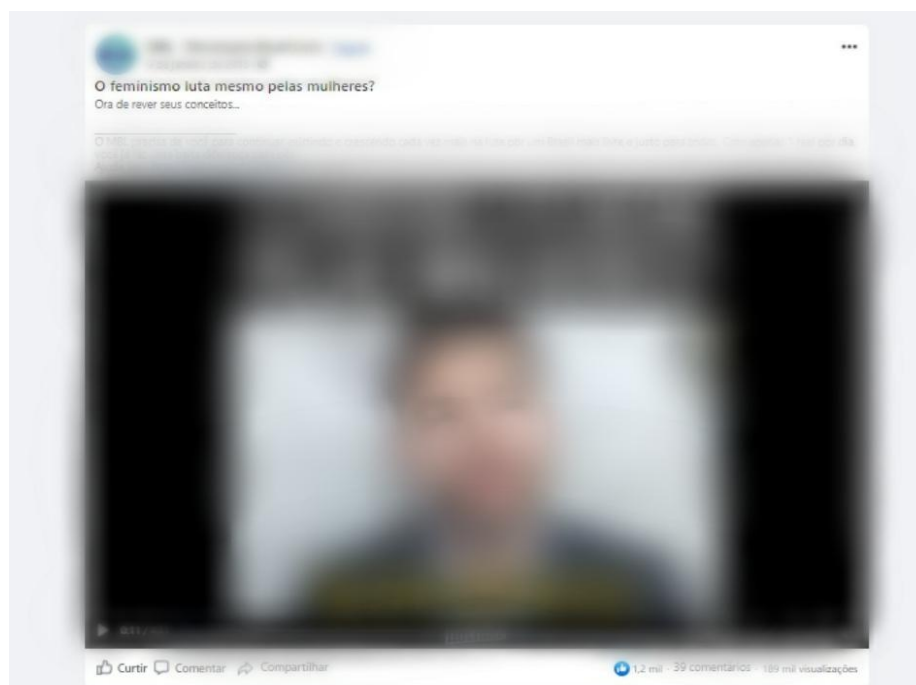
Fonte: Facebook (22 nov. 2017).

Figura 16 – Ideologia de Gênero

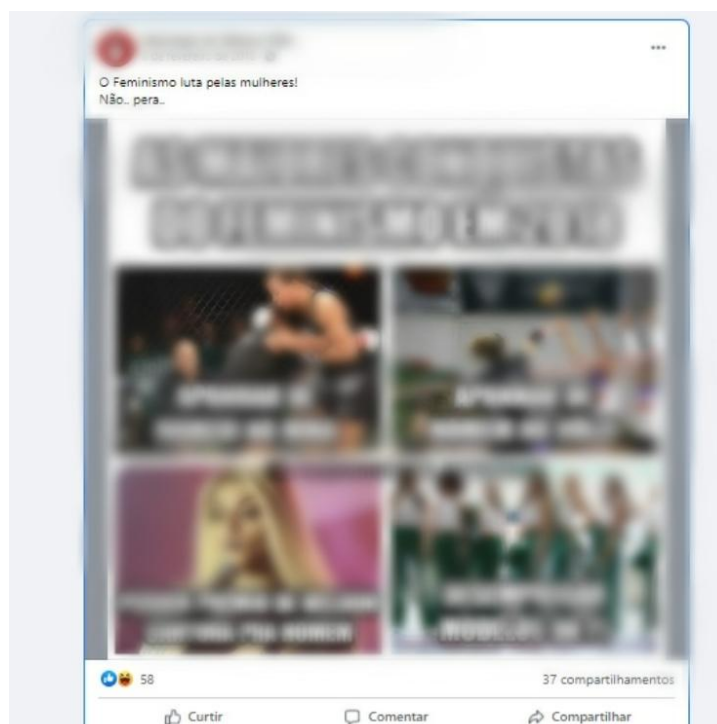
Fonte: Facebook (24 nov. 2017).

Figura 17 – Ensino de ideologia de gênero

Fonte: Facebook (12 dez. 2017).

Figura 18 – Feminismo (luta pelas mulheres)

Fonte: Facebook (9 jan. 2018).

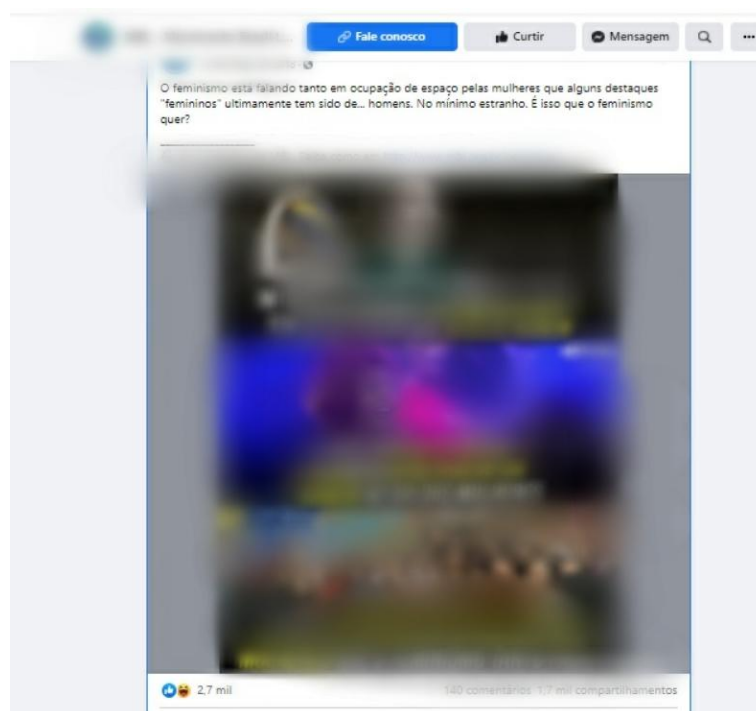
Figura 19 – O Feminismo

Fonte: Facebook (08 fev. 2018).

Figura 20 – Ideologia de Gênero (PR)

Fonte: Facebook (01 mar. 2018).

Figura 21 – Feminismo (espaço das mulheres)



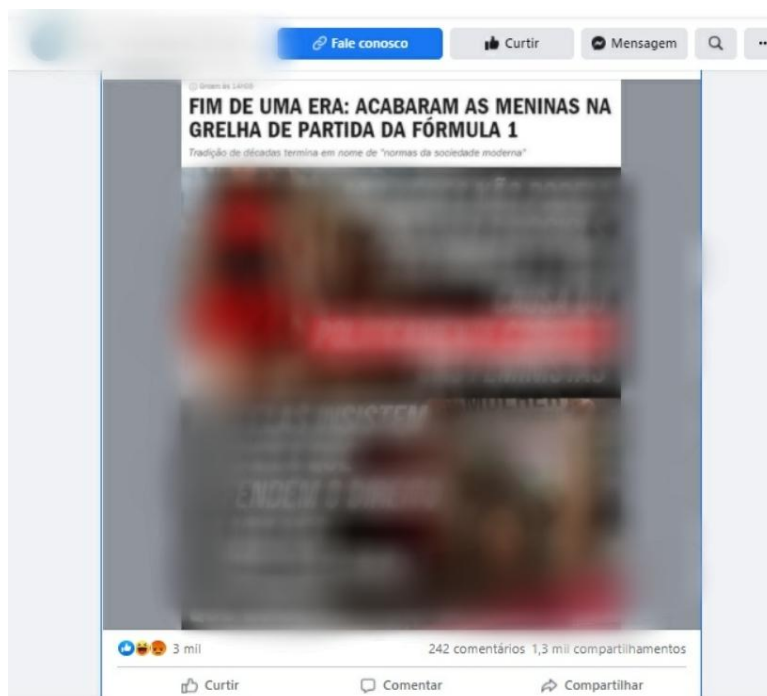
Fonte: Facebook (12 mar. 2018).

Figura 22 – Debate sobre Feminismo



Fonte: Facebook (29 abr. 2018).

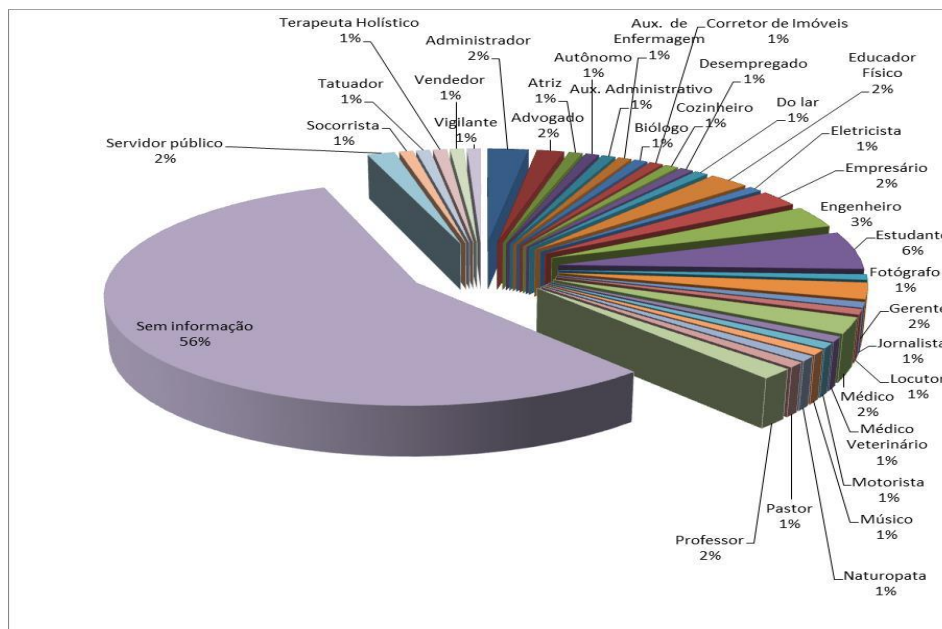
Figura 23 – Meninas (Fórmula 1)



Fonte: *Facebook (s/a).*

APÊNDICE B - Perfil do público interativo

Gráfico 1 - Ocupação



Fonte: Autoria própria.

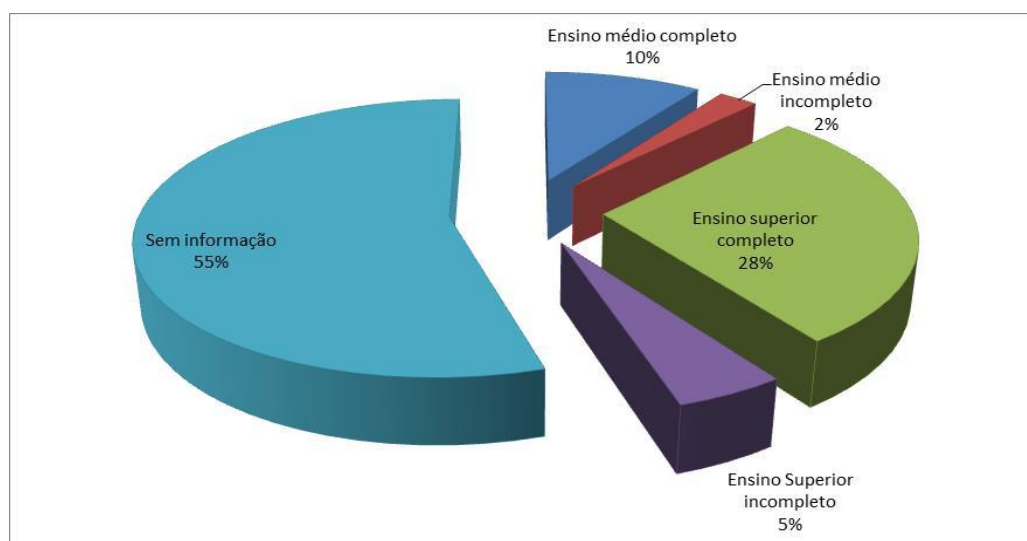
Quadro 3 - Ocupação

Ocupação	Números	Porcentagem
Administrador	3	2%
Advogado	2	2%
Atriz	1	1%
Autônomo	1	1%
Auxiliar administrativo	1	1%
Auxiliar de enfermagem	1	1%
Biólogo	1	1%
Corretor de Imóveis	1	1%
Cozinheiro	1	1%
Desempregado	1	1%
Do lar	1	1%
Educador Físico	3	2%
Eletricista	1	1%
Empresário	3	2%
Engenheiro	4	3%
Estudante	7	6%

Ocupação	Números	Porcentagem
Fotógrafo	1	1%
Gerente	3	2%
Jornalista	1	1%
Locutor	1	1%
Médico	3	2%
Médico Veterinário	1	1%
Motorista	1	1%
Músico	1	1%
Naturopata	1	1%
Pastor	1	1%
Professor	2	2%
Servidor Público	2	2%
Socorrista	1	1%
Tatuador	1	1%
Terapeuta Holístico	1	1%
Vendedor	1	1%
Vigilante	1	1%
Sem informação	70	56%

Fonte: Autoria própria.

Gráfico 2 – Escolaridade

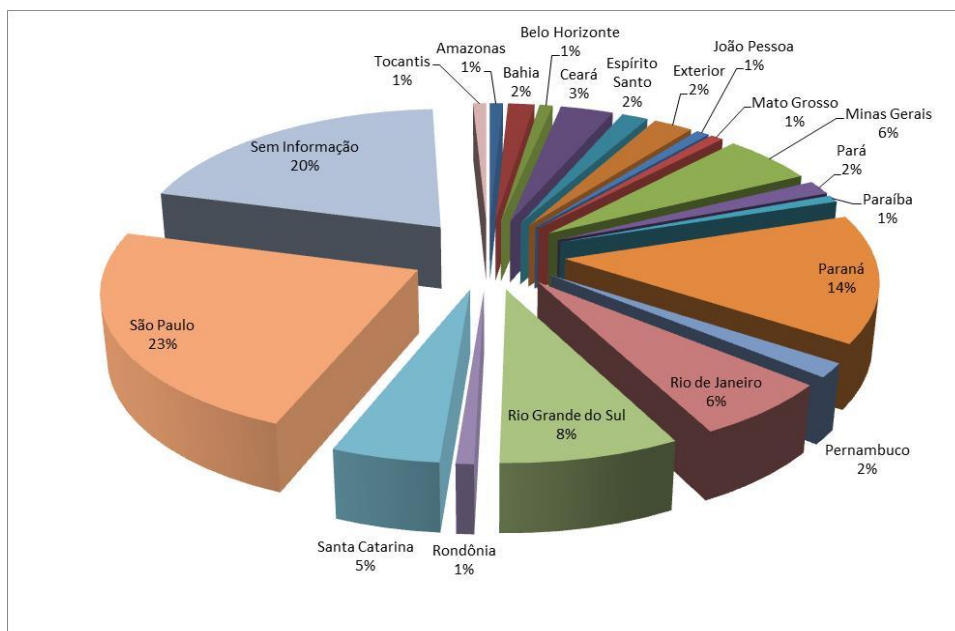


Fonte: Autoria própria.

Quadro 4 - Escolaridade

Escolaridade	Números	Porcentagem
Ensino Médio Completo	12	10%
Ensino Médio Incompleto	3	5%
Ensino Superior Completo	35	28%
Ensino Superior Incompleto	6	2%
Sem Informação	68	55%

Fonte: Autoria própria.

Gráfico 3 – Estado de Residência

Fonte: Autoria própria.

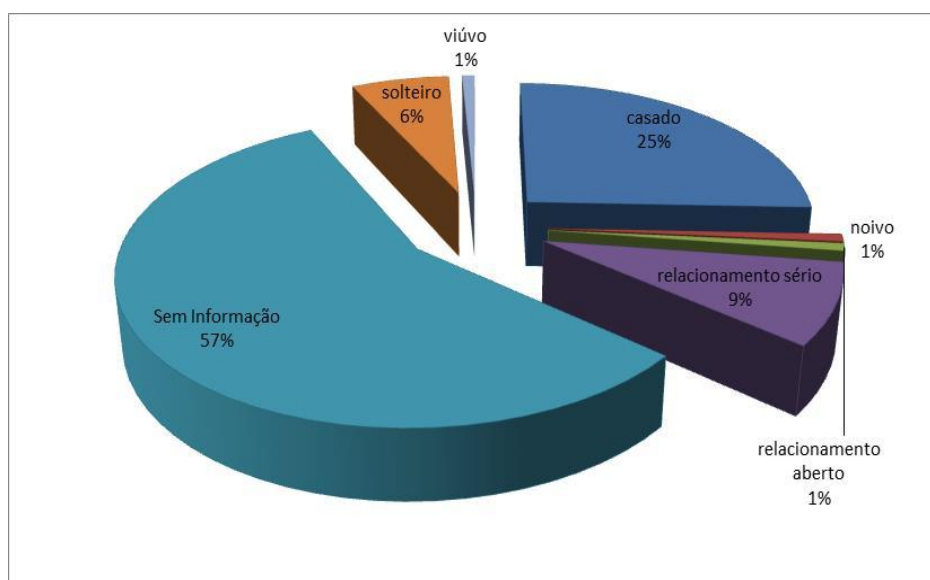
Quadro 5 – Estado de Residência

Estado de Residência	Número	Porcentagem
Amazonas	1	1%
Bahia	2	2%
Belo Horizonte	1	1%
Ceará	4	3%
Espírito Santo	2	2%
Exterior	3	2%
João Pessoa	1	1%
Mato Grosso	1	1%
Minas Gerais	7	6%
Pará	2	2%

Estado de Residência	Número	Porcentagem
Paraíba	1	1%
Paraná	18	14%
Pernambuco	2	2%
Rio de Janeiro	8	6%
Rio Grande do Sul	10	8%
Rondônia	1	1%
Santa Catarina	6	5%
São Paulo	29	23%
Tocantins	1	1%
Sem Informação	25	20%

Fonte: Autoria própria.

Gráfico 4 – Status de Relacionamento

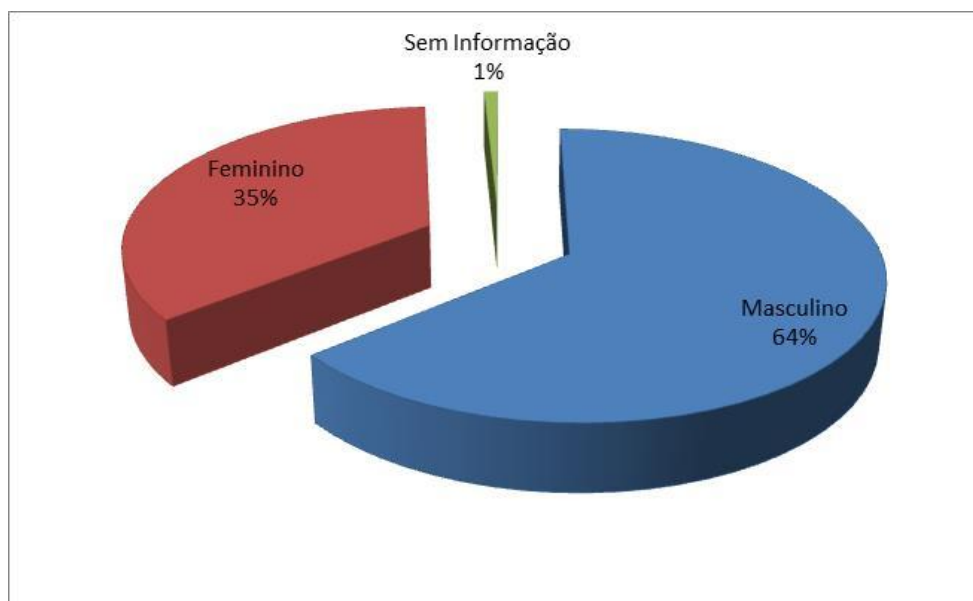


Fonte: Autoria própria.

Quadro 6 – Status de Relacionamento

Status de relacionamento	Número	Porcentagem
Casado	32	25%
Noivo	1	1%
Relacionamento aberto	1	1%
Relacionamento sério	11	9%
Solteiro	8	6%
Viúvo	1	1%
Sem Informação	71	57%

Fonte: Autoria própria.

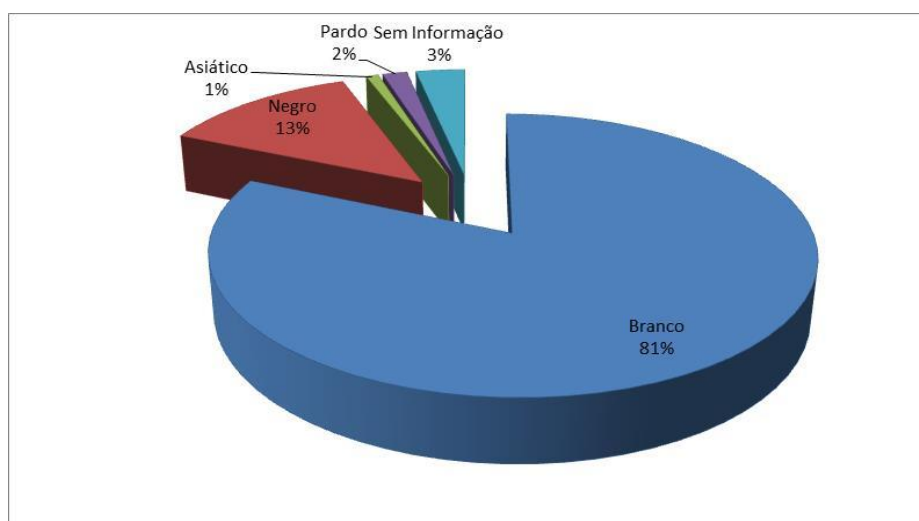
Gráfico 5 – Identidade de Gênero

Fonte: Autoria própria.

Quadro 7 – Identidade de Gênero

Identidade de Gênero	Número	Porcentagem
Feminino	44	35%
Masculino	80	64%
Outros	0	0
Sem informação	1	1%

Fonte: Autoria própria.

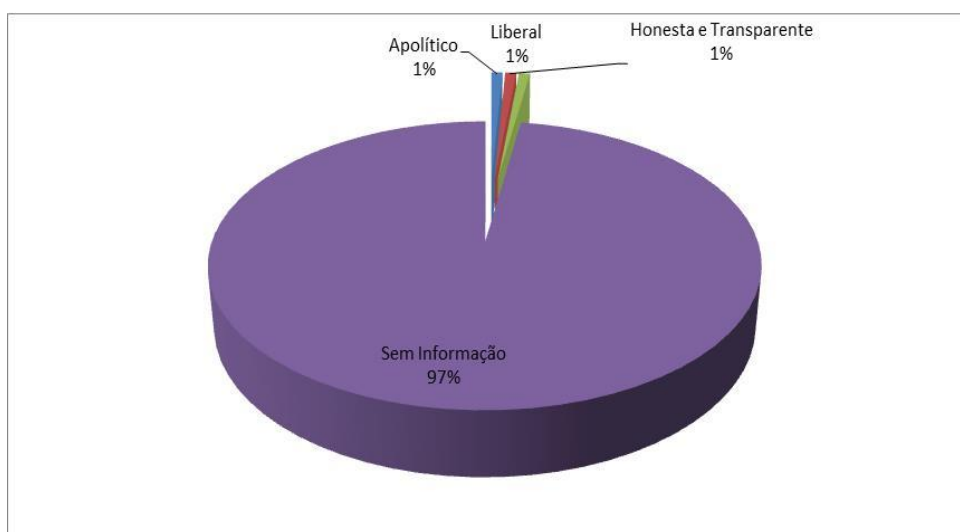
Gráfico 6 – Raça/Cor/Etnia

Fonte: Autoria própria.

Quadro 8 – Raça/Cor/Etnia

Raça/cor/etnia	Número	Porcentagem
Branco	102	81%
Negro	16	13%
Asiático	1	1%
Pardo	2	2%
Sem informação	4	3%

Fonte: Autoria própria.

Gráfico 7 – Preferência política

Fonte: Autoria própria.

Quadro 9 – Preferência política

Presença política	Número	Porcentagem
Apolítico	1	1%
Honeste e transparente	1	1%
Liberal	1	1%
Sem informação	122	97%

Fonte: Autoria própria.